



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCIANA MARTINEZ DE OLIVEIRA COSTA

**A PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS CHIQUITANO, BORORO, GUATÓ E
GUANÁ EM VILA MARIA DO PARAGUAI E SÃO LUIZ DE CÁCERES (1778-1874):
UMA ABORDAGEM DE TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

CÁCERES-MT

Junho/ 2020



LUCIANA MARTINEZ DE OLIVEIRA COSTA

**A PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS CHIQUITANO, BORORO, GUATÓ E
GUANÁ EM VILA MARIA DO PARAGUAI E SÃO LUIZ DE CÁCERES (1778-1874):
UMA ABORDAGEM DE TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

CÁCERES-MT

Junho/ 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

C837p COSTA, Luciana Martinez de Oliveira.

A presença de Povos Indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres (1778-1874): uma abordagem de temática indígena na Educação Básica / Luciana Martinez de Oliveira Costa. – Cáceres, 2020.

130 f. ; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim).

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

Orientadora: Dra. Marli Auxiliadora de Almeida.

1. Profhistória. 2. Temática Indígena. 3. Mato Grosso. 4. Lei No. 11. 645/08. 5. Site Didático. I. Almeida, M. A. de, Dra. II. Título. III. Título: uma abordagem de temática indígena na Educação Básica.

CDU 94(=81/=82)(817.2)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte às catorze horas, ocorreu a Defesa de Dissertação de Mestrado de Luciana Martinez de Oliveira Costa com a produção intitulada: **A presença de povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres (1778 - 1874): uma abordagem de Temática Indígena na Educação Básica**. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via plataforma digital *Jitsi Meet*. A Comissão Examinadora foi composta por Marli Auxiliadora de Almeida, Examinadora Externa Hellen Cristina de Souza - (Centro de Formação e Atualização Profissional - CEFAPRO/SEDUC - MT), João Ivo Puhl Examinador Interno e Carlos Edinei de Oliveira, Suplente. Concluída e exposição e a arguição da candidata, a Comissão Examinadora considerou a candidata **Aprovada**. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProfHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da defesa. A dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo (a) presidente da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida - UNEMAT (Presidente da Banca)
Prof.^a Dr.^a Hellen Cristina de Souza Examinador Externo (CEFAPRO/SEDUC - MT)
Prof. Dr. João Ivo Puhl Examinador Interno (UNEMAT) (Participação a distância)
Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT) (Suplente)

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Hellen Cristina de Souza - CEFRAPRO (SEDUC – MT)

Prof.^o Dr. João Ivo Puhl - PROFHISTÓRIA - UNEMAT

Prof.^o Dr. Carlos Edinei de Oliveira - PROFHISTÓRIA - UNEMAT
(Suplente)

Prof.^a Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida - PROFHISTÓRIA UNEMAT
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho: À Deus, meu melhor porto seguro em todos os momentos de minha vida. À Luiz Antônio, meu amado esposo que está sempre do meu lado. Aos meus filhos: Beatriz, filha carinhosa, amorosa e sensível e Benício, um menino com um grande coração – filhos que sofreram em muitos momentos com o meu “isolamento” e “silêncio”. Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado e souberam entender minha ausência em muitos momentos de nossas vidas. Aos amigos que me incentivaram nesta longa caminhada. Especialmente aos meus pais: José Antônio de Oliveira e Amélia Martinez de Oliveira – lembro-me no dia que meu pai e minha mãe alugaram uma casa na cidade (Rondonópolis - MT) que para nós (filhos) pudéssemos continuar os estudos e segundo eles, era a “única herança que iriam deixar para os filhos”. Pai e mãe, vocês sacrificaram parte de suas vidas por nós e, hoje estou realizando mais um sonho, não somente meu sonho, eu posso dizer com toda propriedade – nosso sonho. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, primeiramente, que me deu forças para concluir esta etapa de minha vida.

Em especial, à minha Orientadora Professora Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida pela oportunidade e apoio que me ofereceu durante todo o processo de construção desta dissertação e, principalmente pela paciência e competência ao indicar o caminho a ser seguido de uma forma tão delicada e ao mesmo tempo segura. Muito obrigada, Professora Marli!

Agradeço a todos os professores que contribuíram diretamente e indiretamente na construção desta dissertação, desde os textos trabalhados a cada aula do programa do ProfHistória, até as suas dicas preciosas.

Às instituições de ensino, Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT que em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, coordena e oferece o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), deixo minha enorme gratidão por respeitar e valorizar o professor de História da Educação Básica, sem elas, seria difícil. Pois, elas são instituições públicas e gratuitas.

Aos meus colegas do ProfHistória, pela convivência durante o período de aprendizagem em que todos tinham os objetivos: aprender e desenvolver uma pesquisa de mestrado, voltada para a contribuição do ensino de História.

Aos professores e alunos da Escola Estadual Onze de Março, – muito obrigado por fazerem parte da minha história profissional. Agradeço em especial, aos meus amigos José Maria de Sousa, um amigo querido que a todo momento me incentivou nos estudos e, a amiga Silene Fátima Rodrigues, que compartilhamos muitos momentos, ajudando-me na escola/trabalho, contribuindo para a realização deste sonho – o Mestrado.

Agradeço, em especial a Claudimar Coutinho e a Suellen Aparecida por ajudarem a cuidar dos meus filhos neste período. Sem vocês, acredito que seria mais doloroso e difícil.

À minha mãe, Amélia Martinez de Oliveira e ao meu pai José Antônio de Oliveira, a minha eterna gratidão por tudo que me ensinaram na “escola” da vida.

Aos amores de minha vida: Luiz Antônio da Costa, Beatriz Martinez de Oliveira Costa e Benício Martinez de Oliveira Costa, somente quero dizer que quando estou com vocês sinto-me forte e amada.

EPIÍGRAFE

[...] com esse silêncio, o Estado procura manter a distância, ignorar, e mesmo sufocar, a questão crucial do sujeito, isto é, dos modos com que pensa, deseja, critica, resiste... Nesse Estado, o negro chega a ter uma participação. De Segunda classe, é verdade, mas tem uma participação, à margem. O índio é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado.

Eni Pulcinelli Orlandi

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, estuda a presença dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná durante o povoamento de Vila Maria do Paraguai, em 1778, até o momento de sua elevação como cidade para São Luiz de Cáceres em 1874, (atual Cáceres/MT). Neste estudo objetivou-se a identificar a participação desses povos indígenas no cotidiano de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, abordando relações históricas e culturais do contato entre aqueles povos indígenas e não indígenas durante e depois da colonização portuguesa. Desse estudo, desenvolveu-se um *Site* Didático para apoiar professores de História e da Educação Básica para abordarem as temáticas indígenas e a implementação do Decreto de Lei n.º 11.645/08. O nosso referencial teórico-metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica baseada em dissertações e teses acadêmicas; relatos de viagens e pesquisas bibliográficas que abordaram sobre os referidos povos indígenas em Mato Grosso durante os séculos XVII e XIX, ao que analisamos de modo particular a presença desses povos indígenas em Vila Maria e São Luiz de Cáceres, em conexão com as discussões do campo da História Indígena, Ensino de História e História Local. Consideramos que esta produção acrescenta aos estudos, da temática indígena por meio de fragmentos da história e culturas desses povos num contexto de colonização. Além de contribuir com o produto pedagógico digital no fazer pedagógico do professor, possibilitando novos olhares sobre os remanescentes indígenas que habitam a cidade de Cáceres e regiões circunvizinhas.

Palavras-chave: ProfHistória, Temática Indígena, Mato Grosso, Lei n.º 11.645/08, *Site* Didático.

ABSTRACT

The present dissertation of the Professional Master in History Teaching - ProfHistória, studies the presence indigenous' peoples as Chiquitano, Bororo, Guató and Guaná, during the settlement of Vila Maria the Paraguay, in 1778, until its elevation as city, in 1874 – São Luiz of Cáceres (actually, Cáceres/MT). In the study the objective was to identify indigenous peoples participation in the daily life of Vila Maria and São Luiz of Cáceres city, approaching the historical and cultural relationships from the contact between indigenous people with non-indigenous people during and after Portuguese colonization. From this study we are developing a Didactic *Site* to support history teachers and teachers of Basic Education to approach indigenous themes and implementing the Law Decree no. 11.645/08. Our theoretical-methodological reference are composed of dissertation and thesis academics; scientific travel reports and bibliography's research that approaches the presence of those indigenous peoples in the History of Mato Grosso, particularly in Vila Maria the Paraguay and in the city of São Luiz de Cáceres, in connection with theoretical discussions in the field of Indigenous History, History Teaching and Local History. We consider that the study adds to indigenous thematic from the way of history fragments and culture of those peoples on the settlement of colonization. In addition, we will do a contribution with a pedagogical digital product to teacher's work, to possibility new ways of look about indigenous reminiscent that inhabit the Cáceres town and near regions.

Keyword: ProfHistory, Indigenous Themes, Mato Grosso, Law Decree no. 11.645/08, Didactic *Site*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EEOM – Escola Estadual Onze de Março

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

ISA – Instituto Socioambiental

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático de 2017

PROFHISTÓRIA – Programa Profissional em Ensino de História

TI – Terra Indígena

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização das Missões Jesuítas de Chiquitos na Bolívia	48
Mapa 02	Território Bororo – Ocupação Pré-Colonial	56
Mapa 03	Os Bororo do século XIX e XX	64
Mapa 04	Área aproximada de ocupação dos Guató	66
Mapa 05	Distribuição dos povos indígenas no Chaco	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Etnias em Missões de Chiquitos - São Rafael, São João Batista, Santa Ana e Santo Coração de Jesus - séculos XVII e XVIII.....	49
Quadro 02	Flechas utilizadas pelos Guató.....	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Descrição das casas dos Chiquitano pelos Jesuítas na Missão de Chiquitos (1703)	53
Figura 02	Vista aérea de uma aldeia Bororo	58
Figura 03	Homem Bororo.....	62
Figura 04	Mulheres Bororo com grande carga em Vila Maria	62
Figura 05	O uso do estojo peniano entre os Bororo.....	63
Figura 06	Família Guató, pintada por Florence (1825 a 1829)	69
Figura 07	Remo infantil e adulto dos Guató, por Schmidt, 1942	69
Figura 08	Duas pirogas dos Guaná que vão à Cuiabá.....	76
Figura 09	Moça Guaná e Guanité, chefe dos Guaná e vestimentas	77
Figura 10	Desenho de Vila Maria do Paraguai em 1827	86
Figura 11	Planta de Vila Maria do Paraguay – Ruas e Travessas 1785.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
A PRESENÇA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: PROVACAÇÕES E ESTÍMULOS.....	27
1. Indígenas na História do Brasil	27
1.1 Ensino de História e a Temática Indígena na Educação Básica	30
1.2 Lei nº 11.645/08: História e Culturas Indígenas	35
1.3 Presença indígena nos saberes escolares e o <i>Site</i> Didático	38
1.3.1 Chiquitano.....	39
1.3.2 Bororo	40
1.3.3 Guató	40
1.3.4 Guaná	40
1.3.5 Vila Maria e São Luiz de Cáceres	41
1.3.6 Relatos de Viajantes	41
CAPÍTULO II	
HISTÓRIA E CULTURA DOS INDÍGENAS CHIQUITANO, BORORO, GUATÓ E GUANÁ ANTES DE VILA MARIA DO PARAGUAI (1778)	44
2.1 Povo Indígena Chiquito	45
2.2 Povo Indígena Bororo	55
2.3 Povo Indígena Guató	65
2.4 Povo Indígena Guaná	72
2.5 Dinâmica da Cultura	79
CAPÍTULO III	
OS CHIQUITANO, BORORO, GUATÓ E GUANÁ NA VILA MARIA DO PARAGUAI (1778) E SÃO LUIZ DE CÁ CERES (1874)	81
3.1 Expansão portuguesa em Mato Grosso	82
3.2 História Local da Vila Maria do Paraguai (1778-1874)	85
3.3 Presença de Indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres	97
3.4 Trabalho dos “Indolentes” para o “Projeto de Colonização” de Vila Maria e São Luiz de Cáceres.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

Ao entrar para o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História ProfHistória/Unemat e iniciar a pesquisa para a dissertação, optei pela Linha de Pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar, por considerar imprescindível que o professor de História busque em suas práticas pedagógicas, ações que permitam melhorias e adequações no processo de ensino e aprendizagem de História, considerando-se as especificidades dos saberes e práticas discentes e docentes.

Nessa perspectiva, elaboramos esta dissertação intitulada, **A Presença de Povos Indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres (1778 - 1874): Uma Abordagem de temática indígena na Educação Básica**, construindo um produto pedagógico - *Site Didático* voltado para professores.

A partir desse estudo, objetivamos contribuir para o cumprimento da Lei n.º 11.645/08 e a implantação da temática indígena na Educação Básica (Etapas do Ensino Fundamental e Médio), com o intuito de vislumbrar e visibilizar aspectos das histórias e das culturas indígenas presentes e/ou coexistentes no cotidiano durante o processo de povoamento e nas atividades econômicas desenvolvidas que vão desde a formação de Vila Maria do Paraguai em 1778 até a sua elevação como cidade de São Luiz de Cáceres, no ano de 1874.

Como professora na Educação Básica desde 1997 (ano em que terminei o curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT), sendo assim, formada antes da aprovação das Leis n.ºs 10.639/03 e 11.645/08 que tornaram obrigatório o ensino da História e a Cultura dos Povos Afro-brasileiros e Indígenas nas escolas públicas e privadas. Desse modo, tais leis lançaram novos desafios aos professores, aspectos esses que no momento de escolha do tema dissertativo, levou-me a estudar e pesquisar a cultura dos Povos Afro-brasileira e Indígenas, cujas temáticas não foram oportunizadas e/ou contempladas durante a minha graduação.

Vê-se que desde a aprovação das referidas leis, passaram-se mais de uma década e, na condição de professora atuante na Educação Básica na disciplina de História, presenciei que mesmo depois de implantada a Lei n.º 11.645/08, isso não significou na prática do cotidiano escolar a garantia de que o ensino sobre a História e Culturas Indígenas ocorresse de maneira significativa; pois na prática, tornou-se evidente, que as mudanças previstas para serem implementadas pelas leis, ainda precisariam de um tempo maior, assim como, os profissionais

da Educação Básica também necessitavam de qualificação profissional nas temáticas dos Povos Afro-brasileiros e Indígenas.

A partir de 2010, integrando o corpo docente da Escola Estadual “Onze de Março” (EEOM) no Município de Cáceres – MT, que oferta o Ensino Médio Inovador, sendo conhecedora da legislação, desenvolvi ações pedagógicas e de ensino voltadas à Temática Indígena na Escola.

Então, nos anos letivos de 2014 e 2015, elaboramos e implementamos o projeto interdisciplinar denominado “Intercâmbio Cultural” que, para a sua execução o projeto foi contemplado com recursos federais destinados ao financiamento de ações referido Ensino Médio Inovador. O projeto “Intercâmbio Cultural” visava estreitar as relações e trocas culturais entre não-indígenas e indígenas, contando com a participação de alunos e professores da unidade escolar, alunos indígenas Nambiquara e professores da Terra Indígena do Sararé (MT), alguns alunos acadêmicos de curso de História da UNEMAT, com a professora responsável pelo Estágio Curricular de Ensino de História na escola. Durante a execução do projeto de intercâmbio cultural, visitamos a Terra Indígena dos Nambiquara e recebemos na EEOM alunos e professores indígenas da comunidade escolar da Terra Indígena do Sararé. Assim, houve intensas trocas culturais entre não-indígenas e indígenas, em especial os indígenas Nambiquara, que conheceram a cultura urbana ao visitar a nossa escola e a cidade de Cáceres.

O intercâmbio cultural evidenciou que nas trocas culturais, há a necessidade de estudar a história e a cultura dos povos indígenas da região de Cáceres, pois os livros didáticos não dão conta das diversidades étnica-culturais, pois quando citam ou fazem referências aos indígenas, os destacam de forma genérica e não mostram as especificidades dos povos indígenas na história local.

Atualmente, o desconhecimento e o desprestígio das Histórias Indígenas e de seus descendentes são perceptíveis, principalmente quando têm alunos que carregam fenótipos ou costumes indígenas. Tais desconhecimento e desprestígio estão arraigados na cultura brasileira, cujos estudantes, por vezes recebem denominações pejorativas, a exemplo do termo “Bugre”.

Neste cenário, vi-me atraída e ao mesmo tempo desafiada pela a Lei n.º 11.645/08¹, que exige reflexões sobre as condições de vida dos povos indígenas no Brasil. Diante dessa problemática, ao iniciar os estudos do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História ProfHistória/Unemat, encontrei um meio para contribuir com a relação social, étnica e

¹Lei Federal nº 11.645/08 assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que determinou a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e Cultura Indígena nas escolas do Brasil, alterando, a Lei 10.639/03.

educacional, entre a escola e a universidade. Compreendi melhor a relevância do ensino de História, assim como, o papel do professor de História na construção de uma sociedade mais humanizada, consciente de sua identidade e atuante. Também fui instigada a enfrentar a temática da História Indígena como um elemento agregador de conhecimentos dos alunos para a formação de uma consciência crítica.

Na escola, constata-se a presença de descendentes indígenas de maneira significativa, principalmente, quando se observa o número de alunos matriculados e provenientes da fronteira Oeste² (hoje, fronteira entre Brasil e a Bolívia), haja vista que muitos alunos têm descendência e/ou origem étnica da antiga Província de Chiquitos, onde nasceram seus antepassados que emigraram e, que ainda continuam emigrando para o lado brasileiro até hoje.

Para verificar as marcas étnicas na escola na escola Onze de Março, fizemos a constatação da presença de alunos remanescentes de indígenas através de uma investigação no ano letivo de 2018, por meio da aplicação de um questionário para nove turmas do Ensino Médio Inovador, sendo cinco turmas de 1º Ano, duas turmas de 2º ano e duas turmas de 3º ano, totalizando 194 alunos. Dentre as perguntas, estavam aquelas que referenciavam a origem familiar ou descendência, conforme a indicação do conceito de identidade, defendido por Irene Gomes e Mônica Marli (2018), no artigo “As cores da Desigualdade”, publicado na revista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a análise das autoras, quando o agente do IBGE vai nas casas das pessoas para realizar o censo, e perguntam o que as definem, utilizam as opções: cor ou raça (branca, preta, amarela, parda ou indígena). Desta forma, afirmam que o sistema de classificação adotado pelo instituto se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares, mas não deixa de ser passível de críticas, pois para a História Indígena, essas nomenclaturas não visibilizam os indígenas.

Diante da aplicação dessa opção metodológica, o resultado da pesquisa demonstrou que 1% dos alunos declararam-se como indígenas e amarelo, 8% como brancos, e 12% negros, e, a maioria, que equivale 78% declararam-se ser pardos. No entanto, os que se declaram indígenas não souberam responder posteriormente à qual etnia pertenciam. Somente sabiam que vieram da fronteira com a Bolívia.

A propósito dos alunos que se declararam pardos, foi solicitado na pesquisa para definirem qual seria sua descendência: cafuzo, mulato ou caboclo. Destes, 32% consideram-se

² Nesta pesquisa consideramos o termo fronteira Oeste para além da denominação geográfica de disputa territorial da América do Sul pelas Coroas Ibéricas, sobretudo como um lugar de relações étnicas.

caboclos (descendentes de branco com índio) e 15% declararam-se cafuzos (descendentes de negro e indígenas), ou seja 47% dos alunos pardos declararam-se ser descendentes de indígenas de uma das partes seja materna ou paterna. Hoje, após ter retomando minha formação acadêmica no ProfHistória, reconheço que essas terminologias (Cafuzo, Mulato e Caboclo) foram criadas numa perspectiva historiográfica “generalizante” da História do Brasil, em que os indígenas não eram considerados sujeitos da história.

Em relação aos números da pesquisa, confirmaram-se os dados referentes às matrículas e ao mesmo tempo ficou evidente que há necessidade de um contínuo trabalho sobre a Temática Indígena na Escola. Como já mencionado, existe um silêncio a respeito da identidade étnica de muitos alunos e de seus familiares, mesmo possuindo traços étnicos e culturais, ainda são chamados de “bugres” ou “preguiçosos”. Supomos que por isso, os participantes da pesquisa não queriam ser identificados como descendentes de algum povo indígena, pois sentiam-se associados a termos pejorativos e negativos.

Diante dessa problemática, ao ingressar no ProfHistória, essa temática de pesquisa tornou-se uma ideia para o desenvolvimento dissertativo, cuja reflexão ajuda a elucidar sobre ensino da Temática Indígena na Educação Básica. Tornando-se importante a abordagem de histórias e culturas de indígenas regionais, a exemplos de Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, no Mestrado Profissional em Ensino de História que pudesse fazer parte dos conteúdos escolares. Evidenciando a importância da História e Cultura de Indígenas, conforme preconiza a Lei n.º 11.645/08.

Dessa forma, abordar a Temática Indígena na Educação Básica pode justificar-se por “projetos curriculares que retomam o sentido humanístico do conhecimento escolar” (BITTENCOURT, 2018, p. 76), pois o ensino de História demanda material didático voltado para História Indígena, que oriente o professor em sala de aula. A falta de material didático de historiografia sobre os povos indígenas e suas contribuições para o povoamento e consolidação de Vila Maria do Paraguai desde 1778 a 1874, vislumbramos preencher com esta dissertação, resultando num *Site* Didático.

Assim, levantamos e analisamos as seguintes problemáticas: onde estavam os agentes históricos indígenas que habitavam o espaço colonial e imperial denominado de Vila Maria do Paraguai e da cidade de São Luiz de Cáceres e seu entorno? Quais os motivos que levaram o colonizador português a utilizar-se de grupos indígenas como: Chiquitano, Bororo, Guató e

Guaná³ em atividades econômicas? Quais foram as contribuições destes indígenas desde a fundação de Vila Maria até a elevação da cidade de São Luiz de Cáceres em 1874? Como contar e ensinar a história e os legados culturais destes povos indígenas em Cáceres?

A historiadora de História Indígena Maria Regina Celestino de Almeida (2003)⁴ no artigo: *Identidades Étnicas e Culturais: Novas Perspectivas para a História Indígena* chama atenção para o esquecimento na historiografia brasileira em relação a história dos povos indígenas na História do Brasil. Ela defende que isso tem que ser revisto, principalmente a partir da articulação teórico-metodológica entre a História e a Antropologia, chamada de História Indígena, que pode atenuar o papel de exclusão dos povos indígenas da historiografia brasileira. A pesquisadora salienta que:

[...] na historiografia brasileira, na qual os índios têm tido participação inexpressiva: aparecem, grosso modo, como atores coadjuvantes, agindo sempre em função dos interesses alheios. Aliás, não agiam, apenas reagiam a estímulos externos sempre colocados pelos europeus. (ALMEIDA, 2003, p. 27).

Inegavelmente é necessário discutir a participação “inexpressiva” dos povos indígenas na historiográfica brasileira que certamente colaborou para que a sociedade ainda mantenha o pensamento europeu colonizador. Muitos historiadores consideraram e ainda consideram os indígenas como povos “não civilizados”, “primitivos” ou até mesmo “selvagens”. Deste modo, são importantes as interfaces entre a história e a antropologia para pautar as pesquisas acadêmicas e contribuir de fato para as lutas e reivindicações travadas pelos indígenas. John Monteiro (1995) destaca o papel de uma história indígena:

Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e da conquista. (MONTEIRO, 1995, p. 223).

Diante das palavras de Monteiro (1995), guardadas as devidas proporções, podemos pensar o município de Cáceres como um local de contato e conquista. Pois, sobretudo porque Cáceres foi fundada em 1778, ainda no período colonial com a denominação Villa Maria do

³ A grafia de nomes indígenas no singular que utilizamos neste estudo acompanha a orientação da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, cujo texto foi publicado na Revista de Antropologia, vol. 2, nº 2, de dezembro de 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378>. Acessado em julho de 2020.

⁴ Ao longo da escrita da dissertação e no produto, citamos vários autores e suas produções no corpo do texto, com o objetivo de apresentar essas obras para professores, como forma de incentivá-los à pesquisa.

Paraguai, quando as fronteiras estavam sendo definidas entre os colonizadores portugueses e espanhóis, na Capitania de Mato Grosso, tornando-se um espaço de contato de indígenas e colonizadores.

Naquele cenário de conquista e de definição de limites, os indígenas oriundos da Província de Chiquitos foram abrigados sob a proteção do Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, após fugirem de missões religiosas mantidas por jesuítas do lado espanhol, foram aldeado no lugar que deu origem ao povoado de Vila Maria do Paraguai. Este povo, também pode ser considerado, conforme a indicação de João Pacheco de Oliveira e Carlos Freire que analisaram a presença indígena na formação do Brasil, como “povos indígenas que estavam se locomovendo geograficamente, como uma estratégia de sobrevivência e resistência, movimentos e articulações para fazer frente ao projeto colonizador dos portugueses”. (OLIVEIRA; FREIRE 2006, p. 22).

Na mesma indicação de presença de indígenas desenvolvendo estratégias de sobrevivência e resistência no contato com não indígenas, Maria Regina Celestino de Almeida (2010) enfatiza que os povos indígenas não estavam na América para servir ao colonizador e ocorreram sim, vários tipos de resistências por parte dos povos indígenas e podemos complementar com a análise de John Manuel Monteiro (1995) ao destacar que os povos não foram eliminados, não desapareceram como muitos acreditavam que iria ocorrer no Brasil, justamente por seu poder de resistência.

Assim, estudar e desenvolver uma produção acadêmica, leva-nos a repensar nossa prática docente na educação básica em relação ao ensino da Temática Indígena, pois não é uma tarefa fácil. Ainda hoje, a História dos Indígenas no Brasil, sobretudo os saberes escolares apresentam desconhecimentos e lacunas sobre os povos originários, promovendo preconceitos contra os indígenas e seus descendentes.

Mesmo em pleno século XXI, uma parte considerável da sociedade brasileira faz uso de termos pejorativos ao referirem-se aos indígenas, tais como “primitivos”, “não civilizados”, “selvagens” “indolentes” e “preguiçosos”. Desse modo, reforçam a ideia de que todos são iguais. Persiste um pensamento genérico ao se referir aos povos indígenas, demonstrando desconhecimento de histórias, culturas, diversidades étnicas e linguísticas desses povos que habitam no território brasileiro.

A partir da perspectiva de visibilizar histórias e culturas de indígenas nos conteúdos escolares, neste trabalho estudamos os fundamentos teórico-metodológicos de ensino de História, dialogando com autores Maria Auxiliadora Schmid e Marlene Cainelli (2004) em *Ensinar História* ou e Circe Bittencourt (2018) em *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*

quando analisam os saberes históricos em sala de aula e o papel da escola na implementação de conteúdos relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais⁵ e Ensino de História, que deve proporcionar aos alunos o conhecimento científico articulado com conhecimento cultural, ou seja, humanístico:

Tais objetivos articulados ao conteúdo a ser implementado constituem uma tarefa complexa, com necessidade de construção de projetos abrangentes, sobretudo porque está imerso em problemas que ultrapassam os muros escolares, nos quais não há como improvisar. (BITTENCOURT, 2018. p. 110).

Pensar no currículo, no “sentido humanístico” defendido por Bittencourt (2018) é olhar para o seu aluno e o seu entorno e enxergar as demandas escolares que fazem sentido ao ensino de História na vida deste aluno. Observando os dados apresentados na pesquisa mencionadas anteriormente, vemos que o preconceito em relação aos povos indígenas persiste no Brasil, sendo assim importante considerar e proporcionar um ensino de História que contribua de maneira significativa para a superação de tais preconceitos na sociedade.

Paralela à dissertação, desenvolvemos simultaneamente um produto pedagógico para ensinar a *Temática Indígena na Escola*⁶ a partir da relação étnico-cultural e política entre indígenas e não indígenas em Vila Maria e São Luiz de Cáceres. Este produto tomou o formato de *Site* Didático para professores acessarem aos materiais didáticos e pedagógicos para trabalhar com seus alunos, a partir do conceito de História Temática da autora Circe Bittencourt (2018) em conexão aos Saberes Históricos no Espaço Escolar, da linha de pesquisa do Programa de Mestrado – ProfHistória/UNEMAT, a que norteamos para que pudéssemos devolver esse estudo.

O suporte teórico-metodológico desta dissertação baseia-se na pesquisa bibliográfica de fontes historiográficas, em dissertações e teses de Programas de Pós-Graduações Acadêmicas em História e Antropologia, em narrativas de viajantes que estiveram em Mato Grosso entre a segunda metade do século XVIII e a década de 70, do século XIX. Além dessas fontes, utilizamos outras referências bibliográficas sobre História Indígena e Ensino de História que

⁵ As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais de acordo com o historiador Osvaldo Mariotto Cerezer (2015, p. 129) foi elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) justamente para auxiliar a implantação das Leis nº. 9394/96 e nº 10.639/03, pois na época estavam cientes que as instituições escolares precisavam de documentos com objetivo de orientar o sistema de ensino perante as Relações Étnico-Raciais.

⁶ Tomamos de empréstimo o termo *A Temática Indígena na Escola* utilizado pela primeira vez pelos autores Aracy Lopes Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni (1995).

nos possibilitou o olhar do presente numa configuração histórica da fronteira Oeste, pontualmente, a espacialidade de Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres.

Segundo José D'Assunção Barros (2019, p. 44), “os próprios textos historiográficos de uma época terminam por se tornar fontes voluntárias para os historiadores do seu futuro, que os examinarão criticamente para seus próprios objetivos. Nesse sentido, para analisarmos a presença indígena em Vila Maria e São de Cáceres, elencamos como fontes os seguintes escritos antropológicos e historiográficos: *La Primeira Evangelización Em Las Reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691 - 1767)* Roberto Charupá (2002); *Os Chiquitano em Mato Grosso: estudo das classificações em um grupo indígena da fronteira Brasil- Bolívia* de Renata Silva (2007); *Cibáe Modojobádo - a Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroados (1845-1887)* de Marli Almeida (2002); *Guerreiros Cabaçais: A Luta deste Povo Bororo Pela Sobrevivência na Região do Guaporé* de Lecy Rocha (2009); *O Jorubo e o Meriri Ikureu Oiagadu Rogu: Encontro Intercultural e Poder entre os Bororo da Aldeia Meruri* de Eloir Inácio Oliveira (2016); *Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Mato-grossense* de Jorge de Oliveira (1995); *Guató: povo das águas* de Anna Maria Ribeiro F. M. Costa (2015); *Missão, Aldeamento e Cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá* de Verone Silva (2001).

Como fonte de pesquisa, os relatos de viagens que nos valem, são principalmente: **1)** Hercules Florence “*Viagem do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*”, publicado em 1977; **2)** Francis Castelnau “*Expedição às regiões Centrais da América do Sul (1843 a 1847)*”, publicado em 1949; **3)** Joaquim Ferreira Moutinho “*Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*”, publicado em 1869. Desses relatos pudemos extrair aspectos relevantes para compreender o contato interétnico entre indígenas e colonizadores durante a fundação e constituição do povoamento de Vila Maria do Paraguai, em 1778 e sua consolidação como Freguesia de São Luiz de Cáceres, em 1874, quando foi elevada à categoria de cidade.

Os relatos de viagem são considerados como fontes diretas, pois seus autores vivenciaram os fatos ou impressões daquele período ou acontecimentos que capitaram em seus registros. Assim, a partir de pesquisas desses relatos apreendemos aspectos dos vários olhares e/ou impressões registradas por seus autores em que descrevem sobre a vila/cidade e sua população.

De acordo com José de D'Assunção Barros:

[...] as fontes ou documentos narrativos podem ser tratadas de um lado como “testemunhos de uma época ou situação”, e de outro lado como “discursos daquela mesma época”. Heródoto, com sua obra historiográfica, dá-nos testemunho de certas informações sobre sua época (mesmo sem querer) e também gerou concomitantemente discurso sobre a sua própria época que a precederam. (BARROS, 2019, p. 44).

Em termos de contribuição o Programa de Mestrado – ProfHistória/UNEMAT exige um produto final – que no caso deu-se pela à construção do produto pedagógico *Site Didático*, este poderá ser utilizado por professor(es) no ensino da Temática Indígena na Escola, a partir de conteúdos sobre a História, tendo como principal objetivo a inserção de história e culturas dos Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, presentes em Vila Maria e São Luiz de Cáceres. Ademais, foram analisadas obras das historiadoras do Ensino de História: Circe Bittencourt (2018), Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004) e Selva Guimarães (2012), assim como historiadores da História Indígena: John Manoel Monteiro (1994), Maria Regina Celestino de Almeida (2010) e João Pacheco de Oliveira (2006), entre outros. Através do *Site Didático* denominado – *A Presença de povos indígenas em Vila Maria do Paraguai (1778) e em São Luiz de Cáceres (1874)* sob o link – <http://www.vilamariadoparaguai.com.br>; são pontuados aspectos históricos e culturais referentes aos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná. Além disso, há outros *links* com sugestões de várias produções acadêmicas e historiográficas, de documentários referentes aos povos indígenas e de materiais didáticos voltados à Temática Indígena na Educação Básica.

Deste modo, o *Site Didático* foi pensado e construído considerando a Lei n.º 11.645/08, para ser um recurso didático-pedagógico no ensino de História, inserindo em sala de aula a temática indígena – Histórias e Culturas. Pois, é importante saber que o contato entre indígenas e não indígenas ocasionou conflitos, perdas de territórios, massacres com a morte de muitos. Contudo, também houve resistência dos povos indígenas e muitos povos conseguiram sobreviver e seus remanescentes se fazem presentes na sociedade. Porém, por não conhecermos e valorizarmos suas Histórias e Culturas, muitas vezes, invisibilizados, negados e silenciados, quando não explorados, oprimidos, submetidos ou excluídos.

Ao professor disponibilizaremos o processo de elaboração do produto pedagógico – *Site Didático: A Presença de povos indígenas em Vila Maria do Paraguai (1778) e em São Luiz de Cáceres (1874)* e, os referenciais teórico-metodológicos da tecnologia digital utilizados na construção do *Site Didático*. Ademais, demonstraremos alguns dos passos da construção deste *Site* didático e o que o mesmo oferece ao professor ao acessar o link – <http://www.vilamariadoparaguai.com.br>. Assim como, sugestões de ações de como o professor

pode proceder em uma pesquisa por *site/internet* e, também ter acesso a uma cópia original da Ata de Fundação de Vila Maria do Paraguai e sua tradução.

A propósito da organização e fundamentação deste trabalho de Mestrado, a dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *A Presença dos Indígenas no Ensino de História: Provocações e Estímulos* analisamos algumas abordagens teórico-metodológicas do ensino de História e Temática Indígena na Educação Básica através de fontes historiográficas sobre a história Indígena Brasil, introduzidas a partir de um diálogo entre a História e a Antropologia, abordando inclusive as narrativas pessimistas e negativas referentes aos povos indígenas, como o seu “desaparecimento” que também refletiam nos livros didáticos da Educação Básica até a aprovação da Lei n.º 11.645/08 que foi fundamental para o fortalecimento da Temática Indígena na Escola e no ensino de História. Também abordamos a questão da Tecnologia Digital no ensino escolar, uma realidade no mundo atual e constantemente que questionamos dentro das escolas. Como a Tecnologia Digital pode contribuir com o ensino e o aprendizado de maneira significativa?

O segundo capítulo, intitulado *História e Cultura dos Indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná antes de Vila Maria do Paraguai (1778)*, versa sobre a história e Culturas dos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná antes da fundação de Vila Maria Paraguai, para o qual analisamos fontes historiográficas acadêmicas, os relatos dos viajantes Hercule Florence, Francis Castelnau e Joaquim Ferreira Moutinho, para elucidar e alguns aspectos da história e elementos culturais desses povos indígenas que habitaram a região de Vila Maria do Paraguai e, posteriormente, Freguesia de São Luiz de Cáceres, período compreendido entre os anos 1778 à 1874. A partir dessas análises historiográficas, compreendemos que os povos indígenas são compostos por uma diversidade cultural como as suas: línguas, crenças únicas, organizações sociais, políticas e econômicas e seus conhecimentos, em que cada um tem sua própria história e suas características socioculturais. Por isso, não podem ser enquadrados como uma única história. Assim como, estas informações a respeito da diversidade cultural contribuíram para pensar na construção do *site* didático (produto desta dissertação), um material pedagógico e didático com a temática indígena voltado para o professor da Educação Básica.

No terceiro capítulo, intitulado *Os Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná na Vila Maria do Paraguai (1778) até São Luiz de Cáceres (1874)* aborda brevemente a história da expansão portuguesa na Fronteira Oeste em Mato Grosso, Vila Maria do Paraguai até o momento elevada à categoria de cidade São Luiz de Cáceres com o propósito de analisarmos a presença dos povos indígenas: Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, sob os aspectos de relatos dos viajantes

Hercule Florence e Francis Castelnau e uma releitura bibliográficas de produções acadêmicas (Tese de doutorado, dissertação de Mestrados e artigos) de diferentes autorias para compreender a importância dos povos indígenas em Vila Maria do Paraguai, depois São Luiz de Cáceres. Assim como, subsidiou o *Site* Didático com dados sobre o modo de vida e as atividades econômicas (diversificadas) que estes povos desenvolveram neste período analisado.

Ademais, o Mestrado Profissional em História exigiu a apresentação de um produto pedagógico direcionado à Educação Básica. No *Site* Didático, com produto do Mestrado, será disponibilizado um manual de passo a passo de como foi elaborado o mesmo. Bem como, inúmeros referenciais bibliográficos sobre a Temática Indígena referente aos povos Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná. Além disso, serão disponibilizadas outras informações e dicas sobre pesquisas em *sites* didáticos. O nosso produto pedagógico encontra-se hospedado no *Oul Host* sob o **Link:** <http://www.vilamariadoparaguai.com.br> – *Site* Didático: *A Presença de povos indígenas em Vila Maria do Paraguai (1778) e em São Luiz de Cáceres (1874)*.

Desse modo, contribuiremos com uma ferramenta prática de apoio aos professores que enfatiza o Ensino de História Indígena e que valoriza a contribuição das histórias e culturas dos povos indígenas e seus descendentes para a formação da população brasileira.

Em suma, esperamos que esta dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – possa contribuir de forma significativa aos professores para trabalharem a Temática Indígena na Educação Básica.

CAPÍTULO I

A PRESENÇA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: PROVACAÇÕES E ESTÍMULOS

1. Indígenas na História do Brasil

A presença indígena ao longo da História do Brasil tem suscitado inúmeros estudos, debates e escritos de pesquisadores de História, Antropologia, Educação e outras ciências. Por muito tempo, os indígenas foram vistos como “[...] povos na infância, a-históricos” (VARNHAGEN, 1854), como observou a historiadora de história indígena Maria Regina C. de Almeida (2010, p. 13), ao analisar a escrita da História do Brasil no século XIX. A autora considera que os conquistadores europeus tratavam os povos indígenas como se estivessem à disposição de seus interesses coloniais. Consideravam que índios sempre estavam prontos para as atividades de povoamento e como mão de obra na produção da economia colonial.

Em relação à utilização dos indígenas como mão de obra, sobretudo escravizada, o historiador John Manuel Monteiro inaugura os estudos da História Indígena no Brasil, destacando a importância dos indígenas na formação colonial de São Paulo, na obra: “Negros da Terra”. Em suas palavras: “[...] o acesso ampliado a terras e à mão-de-obra indígena constituiu, ao longo do século XVII fator de peso no desenvolvimento econômico da região do planalto”. (MONTEIRO, 1994 p. 113).

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha ao estudar a Política Indigenista do Brasil no século XIX, também analisa a utilização da mão obra dos indígenas durante o período imperial brasileiro, considerando-a como remanescente da política de colonização portuguesa no Brasil. Segundo Cunha (1998), ao longo dos séculos XVI e até início do XIX, os conquistadores portugueses atribuíam aos povos nativos de diferentes etnias, línguas e culturas, as seguintes terminologias: *Tupi*, *Guarani* (habitantes do litoral), *Botocudo* (sertão), a condição de indígenas dóceis ou bravios. Em distinção, o indígena era considerado dócil se aceitasse a colonização, e bravo se não a aceitasse.

Nas duas condições, de dóceis e/ou bravios, os indígenas no século XIX foram um debate científico muito presente no Brasil⁷. A autora chama atenção para a utilização do braço

⁷ O debate sobre a perfectibilidade (signo de distinção humana) dos indígenas envolvia naturalistas estrangeiros que visitavam o Brasil em Expedições Científicas governamentais ou particulares, como Carl. F. P. Von Martius, e também brasileiros letrados e influentes no governo imperial, como José Bonifácio. Sobre detalhes dessa

indígena como mão de obra nos territórios de conquista colonial. Chega a considerar a questão indígena como uma questão de terra, já que os povos originários sofriam espoliação de suas terras porque “[...] as fronteiras do Império, ainda em expansão, trata-se de alargar os espaços transitáveis e apropriáveis”. (CUNHA, 1998, p. 141).

Estudos sobre as legislações indigenistas na colônia e império⁸ de Perrone-Moisés (1998), Losada (2002) e Sampaio (2009), mesmo que em localidades e contextos diferentes, demonstram que os indígenas se faziam presentes não apenas na relação de trabalho como escravizados, mas também participavam como aliados em guerras, em atividades de trabalho em terras de colonos, na configuração das políticas imperial e na manutenção de povoados como aponta Oliveira-Freire (2006, p. 72) “Os índios eram repartidos entre as necessidades das povoações e dos moradores”.

A relação adversa que os conquistadores, com apoio dos jesuítas, impunham aos indígenas no povoamento, defesa e trabalho compulsório ou capitalista durante o período colonial e imperial provavelmente contribuiu para o desaparecimento ou à integração forçada de muitos indígenas no Oitocentos. Porém, recentes pesquisas no campo da História Indígena demonstram o contrário. Uma dessas pesquisas foi de John Monteiro (1995), quando analisou as mudanças historiográficas nas décadas de 1980 e 1990, apontando a interlocução da História com a Antropologia, advertindo que:

A historiografia brasileira, ao longo das últimas duas décadas, tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia. Ao mesmo tempo, abordagens antropológicas têm penetrado diversas áreas de investigação histórica, abrangendo estudos sobre a inquisição, a escravidão, as relações de gênero, as mentalidades, entre outros assuntos. Diante deste quadro, contudo, é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores. Com exceção aos poucos estudos, parece prevalecer, ainda hoje, a sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen (MONTEIRO, 1995, p. 221).

Por outro lado, Monteiro problematiza a sentença de desaparecimento dos indígenas na História do Brasil indicada por Varnhagen. Escreveu a obra, “Os desafios da História Indígena no Brasil” (1995) enfatizando a fecundidade de pesquisas sobre sociedades indígenas na área

discussão, ver a produção de CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia no Brasil: Mito, História, Etnicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

⁸ As legislações governamentais que administravam os índios no período Colonial (Diretório) e Imperial (Regimento de Missões) foram objetos de dois importantes estudos inaugurais. ALMEIDA, Rita Heloisa (1997) que estudou o Diretório e CUNHA (1992), com o estudo da Legislação Indigenista Imperial. Ambas demonstram que o cenário da conquista portuguesa e luso-brasileira era um terreno fértil para ações de indígenas, que ora resistiam ao projeto colonizador, ora aliavam-se para preservar suas sobrevivências.

de História que recorreram à Antropologia e ao novo Indigenismo. Ele denominou esta historiografia de Nova História Indígena, que subsidiou as lutas de indígenas por direitos, quando saiu do campo acadêmico.

Nesse sentido, os trabalhos da nova história indígena no Brasil corroboram com a área de ciências sociais e demais ciências, retirando os índios do passado. Na década de 1990, vários estudos dessas áreas analisaram as sociedades indígenas, contrariando a perspectiva do seu desaparecimento em trabalhos de intelectuais brasileiros. Monteiro (1995) argumenta que novas questões indígenas foram visibilizadas: “Estabilidade populacional em relação ao discurso do declínio populacional desde o século XVI; Movimentos em prol dos direitos indígenas, com criação de organizações indígenas e indigenistas; Aumento de trabalhos acadêmicos sobre povos indígenas” (MONTEIRO, 1995, p. 223 - 224).

Atualmente, nos núcleos do PROFHISTÓRIA existem várias produções acerca da História Indígena no Brasil. Na Universidade Federal do Tocantins/UFT a dissertação de Dhiogo Gomes (2016) analisa o paradoxo da política indigenista⁹ na transição do século XIX para o XX. Segundo o autor, estaria representada por defensores do “[...] pró-índio ou anti-índios que acabavam por definir um isolamento dos indígenas no passado, anterior ao Império e a nação brasileira ou que se forjava” (GOMES, 2016, p. 54). Salienta que a leitura desse paradoxo somente foi possível pela interface entre a História e Antropologia, ou seja, com a história indígena quando as manifestações dos povos indígenas por direitos, antes negados na estrutura da colonização, começam a ser narrados pela História.

Na compreensão de Oliveira e Freire (2006), mesmo no governo dos militares e apesar da tutela da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), nas décadas de 1960 e 80 do século XX, a presença dos indígenas no contexto histórico do Brasil foi significativa. Oliveira e Freire afirmam que ocorreram várias lutas por direitos:

Superando a censura do regime militar e da FUNAI, os índios construíam uma nova imagem com a criação do movimento indígena e a participação em foros internacionais, como o IV Tribunal Russel (1980). Como represália aos interesses regionais contrariados por suas atitudes de afirmação política, líderes como Ângelo Kretan (Kaingang) e Marçal de Souza (Guarani) foram assassinados. Entre as ações vitoriosas, Mário Juruna foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro (1982-1986) e outros líderes como Ailton Krenak,

⁹ Toda vez que usarmos o termo Política Indigenista estamos nos referindo às ações governamentais empreendidas por governantes, proprietários de terras, religiosos, militares e demais pessoas da elite brasileira para governar as populações indígenas. Ao longo da Colônia, Império e República a Política Indigenista foi organizada no formato de aldeamentos (Diretório no século XVIII e Regimento de 1845, no XIX); Serviço de Proteção aos Índios (SPI, criado em 1910); substituído pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI, em 1967). Ainda hoje, a FUNAI é responsável pela tutela dos indígenas.

Marcos Terena, Davi Yanomami e Paulinho Paiakan (Kayapó) ganharam repercussão internacional pelo trabalho político de organização indígena. A ECO-92 permitiu a circulação internacional das reivindicações indígenas. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 160)

As lutas por direitos num contexto de ditadura civil-militar possibilitaram aos movimentos indígenas e sociais, a aprovação da Constituição de 1998, que lhes garantiu o direito à diferença. Sendo assim, os povos indígenas não desapareceram: “[...] Tornam-se cada vez mais presentes na arena política brasileira, ao mesmo tempo em que despertam o interesse dos historiadores” (ALMEIDA, 2010, p.18 - 19).

Nessa vertente, afirmamos que foi com esse interesse de abordar a presença indígena na História do Brasil, preferencialmente como partícipes da História, que optamos por estudar a história e cultura dos Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres, no ensino de História com foco na temática indígena.

1.1 Ensino de História e a Temática Indígena na Educação Básica

Na Constituição de 1998, os povos indígenas tiveram assegurada a diversidade étnica e o direito de manter seus territórios, conquistas garantidas na lei maior como pontuou Celestino de Almeida (2010). As conquistas derivaram da participação ativa de indígenas na luta pelos seus direitos e o reconhecimento de suas histórias, demonstrando que não desapareceram.

Neste contexto histórico de lutas sociais, a historiografia brasileira teve que rever a participação dos povos indígenas na história do país. Assim como, o ensino de História também acompanhou as mudanças teórico-metodológicas, incluindo-os nos currículos escolares. O ato de (re)ver a história dos povos indígenas teve início ao longo da década de 80, do século XX, concomitante ao surgimento da história indígena, conforme destacamos no item acima. Segundo Bittencourt:

No Brasil, as reformulações curriculares iniciadas no processo de redemocratização da década de 1980 pautaram-se no atendimento às camadas populares, com enfoques voltados para uma formação política que pressupunha o fortalecimento da participação de todos os setores sociais no processo democrático proporcionado pela Constituição de 1988. (BITTENCOURT, 2018, p. 80).

Em relação às mudanças na legislação que ocorreram devido às lutas dos movimentos sociais, Bittencourt (2018) pontua que as instituições educacionais também tiveram que adequar os documentos oficiais que norteiam a educação no país às mudanças. Por outro lado, a autora adverte que ao longo da década de 1990, as mudanças propostas pelo Ministério de

Educação (MEC) sofreram influências de projetos representados pela política liberal, seguindo os interesses multinacionais. O exemplo desse cenário foram as mudanças propostas nos currículos da educação básica até ao superior através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, conhecida como Lei n.º 9394/96¹⁰ (LDB).

Contudo, antes de adentrarmos à análise da influência dessa legislação em relação ao ensino da temática indígena, façamos um parêntese para apresentar a terminologia: A Temática Indígena na Escola que utilizamos como empréstimo para construção desta dissertação.

Em termos históricos e educacionais brasileiros, a denominação – A Temática Indígena na Escola –, nasceu antes da aprovação da LDB de 96, na obra organizada pelos antropólogos Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni, intitulada *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Essa obra publicada em 1995 pelo Ministério de Educação e Desporto (MEC), junto ao Comitê de Educação Escolar Indígena, visava apresentar o programa de promoção e divulgação de materiais didático-pedagógicos sobre as sociedades indígenas.

A produção bibliográfica foi dividida em quatro partes que analisam vários aspectos das sociedades indígenas brasileira, dentre: Parte I - As sociedades indígenas no cenário político-jurídico brasileiro e internacional; Parte II - As sociedades indígenas na história, na cultura e na literatura brasileiras; Parte III - Sociedades, línguas e culturas indígenas no Brasil; Parte IV - Recursos didáticos para professores (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 8 - 10). Após a leitura inicial dessa obra, fiz a opção de aprofundar na leitura e análise das partes II e IV, para pensar como tornar o estudo da presença dos indígenas em Vila Maria e São Luiz de Cáceres, no formato de ensino da temática indígena.

Embora, essa obra seja produzida antes da aprovação da LDB de 1996 e da Lei n.º 11.645/08, que traz a obrigatoriedade do ensino da temática africana e indígena na educação básica, algumas problemáticas sobre o ensino de História no livro didático, levantadas pelos autores são atuais. Com por exemplo, citamos o trato dado aos indígenas. Segundo Silva e Grupioni (1995, p. 19) nos materiais didáticos “[...] os índios não têm passado ou que representam um estado fossilizado do desenvolvimento humano”. Ideias que foram propagadas através de recursos mais utilizados pelos professores de História, os livros didáticos.

Os indígenas vistos em alguns livros didáticos apenas no passado colonial da História do Brasil, também podem ser pensados na perspectiva da análise de Circe Bittencourt:

¹⁰ A LDB n. 9394/96 é a lei responsável pela legislação que regulamenta o sistema educacional do Brasil, público ou privado, referente a educação básica ao ensino superior.

[...] O livro didático é um importante *veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura*. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade burguesa. (BITTENCOURT, 2012, p.72. Grifos da autora).

Nas circunstâncias apontadas por Silva e Grupioni; Bittencourt podemos refletir que o fato de muitos livros abordarem as populações indígenas como desaparecidas num passado inócuo, geralmente descontextualizando suas ações históricas, culturas, políticas das histórias de outras camadas sociais na História do Brasil, nos faz lembrar o pensamento de Adolf Varnhagen exposto no início do capítulo, considerando-os a disposição dos feitos dos colonizadores.

Inclusive, essa visão dos indígenas como despossuídos de História, tendo apenas etnografia, como salientou Varnhagen, predominou por muito tempo não apenas no livro didático, foi também uma constante no saber acadêmico durante o século XIX e boa parte do século XX. Segundo Gomes (2016, 45), “[...] para historiadores *a priori* da História como disciplina acadêmica e escolar, *a posteriori* também, salvo raras exceções, a história indígena foi um pântano, cujo passado estava afundado e impossível de se chegar”.

Por essa razão, os currículos escolares e acadêmicos mantiveram os indígenas por muito tempo como personagens que poderiam fazer parte apenas da etnografia. Discutiremos esta questão ao analisar a presença de indígenas no povoamento de Vila Maria e São Luiz de Cáceres. Assim, como podemos conhecer suas histórias e culturas e ensiná-las na educação básica através da temática indígena?

Em se tratando de temática indígena foi necessário retomar a discussão da LDB n.º 9394/96, em seu Art. 26, que a considera como questões regionais e locais, assim como suas populações, determinando que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996 [s. p.]).

Apesar dos interesses neoliberais, conforme pontuou Bittencourt, houve avanços com homologação Lei n.º 9.394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, embora sua construção tenha começado em 1996. Esse documento educacional com influência da psicologia de aprendizagem piagetiana orienta os professores a trabalhar e valorizar a diversidade e convivência harmoniosa. Com relação à História, deve ser aquela que está mais

próximo do aluno, ou seja, traçar um paralelo com os fatos ocorridos na história da humanidade com a realidade dos mesmos. Conforme expressa Gontijo (2003) ao referir-se aos PCNs:

A posição dos PCNs, portanto, é bastante clara no que diz respeito a reconhecer e valorizar os grupos minoritários que compõem o Brasil, recuperando suas contribuições e especificidades (“reconhecer” e “valorizar” as diferenças são palavras de ordem), posicionando-se contra a diluição da cultura. (GONTIJO, 2003, p. 64-65).

Aos PCNs aprovados em 1998, segue a elaboração dos Temas Transversais. Segundo o Ministério da Educação, são temas voltados para a compreensão da construção da realidade do educando. Dentre os Temas Transversais, o tema da Pluralidade Cultural representa o “[...] sinônimo de diversidade – corresponde às características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional” (GONTIJO, 2003, p. 63).

Segundo Gontijo (2003) o tema transversal Pluralidade Cultural encaminha para a discussão identitária do Brasil, principalmente por tratar de questões da identidade nacional, de particularidades locais e culturas locais. Trouxe discussões temáticas para a escola, mas aponta que nos PCNs, a diversidade indígena, ainda era tratada numa visão harmônica entre as “[...] três raças (índios, brancos e negros)”. (GONTIJO, 2003, p. 65).

Apesar dos fatos mencionados acima, mudanças significativas iniciaram gradativamente nas leis que foram sendo alteradas e ao mesmo tempo impactaram a LDB e os PCNs, que desencadearam novos conceitos e metodologias referentes à temática indígena na Educação Básica, como também direcionar os novos livros didáticos utilizados em sala. Grupioni (1995) traz para o debate a importância de introduzir a temática indígena na sala de aula:

Sabemos da importância da escola, e do espaço ocupado pelo livro didático, no processo de formação dos referenciais básicos das crianças da nossa sociedade. A historiadora Norma Telles mostra que é na infância e na adolescência, portanto, durante o período em que se frequenta a *escola*, que se recebe uma série de informações sobre outras culturas e sobre outros povos. Poucos terão, após essa fase, oportunidade de aprofundar e de enriquecer seus conhecimentos sobre os *outros* seja através de viagens, romances, mostras de filmes internacionais, seja prosseguindo seus estudos. Neste contexto, o livro didático é uma fonte importante, quando não a única, na formação da imagem que temos do *Outro*. (GRUPIONI, 1995, p. 486).

Esta análise de Norma Telles (1987) mencionada por Grupioni (1995), demonstra a importância que o livro didático tem nos conteúdos abordados em sala de aula na formação das crianças e jovens. Mas também nos remetem a necessidade de uma produção da historiografia

brasileira referente aos povos indígenas, que possa contribuir na construção de uma temática indígena para a educação básica no ensino de História de forma significativa.

Uma das produções historiográficas significativas sobre a temática indígena, foi desenvolvida por Bittencourt e Ladeira (2000), através do livro *A História do Povo Terena: uma produção voltada para a temática indígena na escola*. Essa produção iniciou a partir de um encontro entre professores Terena e a Universidade de São Paulo (USP), por meio do Centro Trabalho Indigenista, em 1994, quando a própria universidade fez uma reflexão crítica sobre os livros de História. Concluíram que “[...] escrevem pouco sobre as populações indígenas, omitindo muito da participação destes povos na história de toda a nação brasileira”. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 07).

Dando sequência, a possibilidade de visibilizar a participação de indígenas na História do Brasil, inspiramos no conceito de História Temática proposta por Bittencourt na obra *Ensino de História: fundamentos e métodos*, quando menciona novas propostas curriculares para o ensino de História através de temas:

A História Temática, normalmente produzida pela pesquisa de historiadores – que estabelecem o tema a ser investigado e delimitam o objetivo, o tempo, o espaço e as fontes documentais a ser analisadas –, caracteriza a produção histórica acadêmica. Cada tema é pesquisado em profundidade, sendo analisada verticalizada, por meio de diversas possibilidades oferecidas, por ser intermédio de um máximo de documento a ser selecionada segundo critérios próprios, a qual é interpretada de acordo com determinadas categorias e princípios metodológicos. (BITTENCOURT, 2011, p.126).

Analizando as possibilidades de trabalhos que podem ser desenvolvidas em sala de aula com a *História Temática*, citados pela autora e a experiência que teve no encontro entre os professores Terena e a universidade que resultou num livro com a temática indígena na escola para ser utilizado pelos professores da educação básica, nos sentimos estimulados.

Nesta dissertação adotamos o conceito de História Temática, como mais um referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento e construção da temática indígena a partir da história de contato dos Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná e não indígenas em Vila Maria¹¹ e São Luiz de Cáceres. Analisamos suas relações culturais no cotidiano citadino. Nessa perspectiva concordamos com Bittencourt (2011, p. 128) ao referir-se que os professores e os

¹¹ O Nome original de fundação da povoação é “Vila Maria do Paraguai” e segundo Sousa (2013, p. 18) em sua dissertação: *Manuscritos de Vila Maria: edições fac-similar e semi-diplomática* – ao transcrever 100 documentos percebeu uma redução do nome do povoado: “[...] Vila Maria do Paraguai (1778-1812), sendo reduzido para Vila Maria (1813-1850) [...]” e percebemos esta denominação ao pesquisar nas narrativas dos viajantes Florence e Castelnau utilizaram somente “Vila Maria”. Portanto, utilizaremos a terminologia no decorrer desta dissertação “Vila Maria” e “Vila Maria do Paraguai” quando for fazer citações manteremos a terminologia original da fonte.

alunos “[...] devem pesquisar, estudar, organizar e sistematizar materiais didáticos apropriados para as diversas condições escolares”.

Estas ações e conceitos abrem um diálogo que contribui para novas abordagens historiográficas e temáticas na escola. Assim, a Educação Básica também foi influenciada pelas mudanças nas legislações que mexeram na “caixa de pandora” dos currículos escolares no início do século XXI. Destacamos o Art. 26-A, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394/96, modificado pela Lei n.º 11.645/08 que alterou a Lei n.º 10.639/03¹², tornando obrigatório aos professores de Linguagem e Ciências Humanas trabalhar a História e a Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, em perspectiva interdisciplinar. Essas práticas pedagógicas devem reconhecer os diversos povos indígenas e suas diferenças.

1.2 Lei n.º 11.645/08: História e Culturas Indígenas

A LDB foi modificada em 2003, pela Lei n.º 10.639/03, quando se tornou obrigatório nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas, o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Cinco anos depois, o Art. 26 A, foi alterada novamente pela Lei n.º 11.645/08 acrescentando o ensino da História e Cultura Indígena, além de determinar que “[...] Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira” (BRASIL, 2008, [s. p.]).

Para iniciarmos a discussão da Lei n.º 11.645/08, trazemos uma indagação do historiador Edson Silva (2012, p. 218), em relação ao seguinte questionamento: “Por que se aprovou a Lei n.º 11.645/2008, que tornou obrigatório nos currículos escolares o ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas?”. Respondemos o questionamento de Silva (2012), apropriando-se da explicação de Bittencourt (2018) sobre a questão. Segundo a autora, estas leis que alteraram a LDB n.º 9.394/96, foram resultados provocados por uma demanda e pressão política de diversos movimentos de resistência de grupos afro-brasileiros e indígenas, que visam o reconhecimento e valorização de suas Histórias e Culturas para “[...] o combate a formas de racismo, de intolerância, de xenofobia”. (BITTECOURT, 2018, p. 108).

A elaboração e aprovação destas leis reconhecem o problema e ao mesmo tempo obrigam as instituições educacionais e os professores, a cumprir texto base da Constituição

¹² **Lei n.º 10.639/03** – Assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que altera a Lei nº 9.394/06 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

brasileira de 1988. Castrillon e Ribeiro explicam o contexto da criação da Lei n.º 11.645/08, quando mencionam que:

Apesar da Constituição de 1988 ter completado três décadas e ser denominada de cidadã, ainda é um tabu nos bancos escolares. Visto que, suas atuações nas narrativas históricas foram (e continuam) sendo silenciadas, ou quando aparecerem, obedecem discursivamente à lógica do colonizador. (CASTRILLON; RIBEIRO, 2019, p. 80).

Ao analisarem os 10 anos de implantação da Lei n.º 11.645/08, Castrillon e Ribeiro consideram que ocorreram avanços e retrocessos significativos em nossa sociedade referentes à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena. Sendo que os avanços seriam os direitos conquistados daqueles que são chamados de “minorias”, além da historiografia brasileira está sendo revista por com uma história vista de baixo. Entre os retrocessos destacam o surgimento de movimentos como “[...] Escola Sem Partido¹³ e Escola Livre, assim como os impasses, nas tentativas frustradas e golpeadas de formulação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica, com destaque para área de História”. (CASTRILLON; RIBEIRO, 2019, p. 82).

A despeito da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no ano de 2015, os autores citados destacam uma acalorada discussão quando se propõe à época no Currículo Nacional mais História da América e da África e menos História da Europa. Isto significa nas palavras dos autores, deseuropeizar a proposta que teve muitas críticas. Apesar das falhas contidas na primeira versão, na visão destes historiadores, o texto do documento “Não era a negação da Europa, mas a busca de uma interface ou diálogos mais conectados à realidade dos jovens estudantes brasileiros do século XXI” (CASTRILLON; RIBEIRO, 2019, p. 82).

No entanto, a versão final (terceira versão) que foi homologada em dezembro de 2017 pelo Governo Federal, segundo Silva e Meireles (2019, p. 220) “as temáticas Africanas, Afro-Brasileira, assim como, a Indígena estão presentes, mas de forma superficial. Percebe-se um recuo em relação à primeira versão”. Para os autores o texto aprovado do documento BNCC é considerado um retrocesso em relação à versão que estava sendo dialogada com a sociedade. Foi trocada de última hora, a toque de caixa, por uma versão elaborada por outra equipe do

¹³ Referente ao movimento da “Escola sem Partido” Circe Bittencourt (2018, p.89) classifica como “[...] são de tendências partidárias e ideológicas bastante evidentes, conforme se pode constatar pela trajetória pública de seus componentes, apesar das declarações de uma aparente neutralidade política [...] os projetos apresentam uma mudança radical quanto à atuação dos professores ao negarem sua ação como educadores”.

governo. Segundo os autores a BNCC por isso ficou conhecida como “[...] um currículo formal, criado, portanto, pelo poder estatal” (SILVA; MEIRELES, 2019, p. 219).

Outra metamorfose que deveria ocorrer com a implantação da Lei n.º 11.645/08 são os livros didáticos de História referentes às temáticas Indígena e Africana. Silva e Meireles (2019) ao analisarem o Programa Nacional do Livro Didático de 2017 (PNLD) afirmam que: “[...] há um descompasso entre o que prevê a Legislação e o que é de fato” (SILVA; MEIRELES, 2019, p. 227). Assim, constata-se que as mudanças acerca da história indígena na historiografia brasileira e, conseqüentemente, no ensino da temática indígena ainda são consideradas tímidas nos livros didáticos.

A situação apresentada pelos analistas não difere de nossa percepção enquanto professora da educação básica, pois no cotidiano escolar ainda utilizamos livros didáticos de História, que durante anos foram considerados vilões por professores. Alguns ainda veiculam nas suas páginas a história oficial dos fatos narrados.

Entretanto, Bittencourt (2018, p. 254) afirma que: “[...] o livro didático não é nem deve ser o único material a ser utilizado pelos alunos”. Logo, o livro didático não é o lugar em que se encontra toda a história, o professor deve oportunizar outras fontes de estudo ao aluno. Corroborando com essa afirmativa, Guimarães (2012, p.106) menciona que: “[...] acervos de museus e arquivos, livros não didáticos, produção literária e artística”, podem contribuir para o ensino de História.

Silva e Meireles (2019, p. 232) criticam que no material didático prevalece a cultura europeia, o professor deve: “[...] libertar-se dessas amarras e propor que se avance em termos de uma discussão mais pluricultural e aberta à diferença e à diversidade na História”.

A implementação da Lei n.º 11.645/08 problematiza os livros didáticos que narram a história oficial negando a presença dos indígenas como partícipes da História do Brasil e evidencia novas abordagens referentes aos povos indígenas em sala de aula. Mostra também que estas mudanças não são tarefas fáceis.

Para Giovani José Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. Costa (2018) em sua obra – *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*, – a implementação da Lei n.º 11.645/08 pode provocar uma revisão de ideias de alunos e professores. Enquanto, os professores como formadores de opinião podem rever suas ideias que muitas vezes são equivocadas em relação aos povos indígenas:

Assim, é possível reescrever uma história, dentro e fora das escolas, que rompa com certos padrões em vigência, que excluam, discriminam e tentam diminuir ou apagar a presença do diverso, do diferente, diminuindo-o,

inferiorizando-o e desqualificando-o de diversas formas. (SILVA; COSTA, 2018, p. 98 e 99).

Os pesquisadores Danielle Krislaine Pereira, Luis Henrique Mioto e Marisa Noda (2018, p. 42) ao proporem o ensino da História e as Culturas dos Povos Indígenas destacam a importância de trabalhar “a diversidade cultural, um tema indispensável na política educacional que propõe construir democracias multiétnicas e promover a paz, a coesão social mediante o respeito e valorização da identidade”.

Afirma Thomaz (1995, p. 426) que é preciso valorizar a diversidade cultural entre os indígenas no Brasil, pois “[...] os povos indígenas são marcados pelas particularidades culturais de cada grupo, embora haja uma série de características que os aproximam em contraposição à sociedade nacional.”

A Lei n.º 11.645/08 vem oportunizando esse debate, uma vez que a:

[...] discussão, proposição, ampliação e produção de conhecimentos no campo das Ciências Humanas, possibilitando a visibilização de diversas experiências de sujeitos de origens africana e indígenas. (MORTARI; WITTMANN, 2019, p. 15).

Os pesquisadores da temática indígena na escola a partir da Lei n.º 11.645/08, os autores Silva e Silva (2016, p. 158), afirmam que: “[...] essa mudança ocorreu em razão da visibilidade política conquistada por essa população. Suas mobilizações e reivindicações pelo reconhecimento étnico, pelo respeito à suas expressões socioculturais específicas”.

Nesta dissertação consideramos as ponderações na interface entre as propostas curriculares que foram analisadas neste capítulo (LDB de 1996, PCNs e a BNCC) e a legislação que obriga o ensino da História e Cultura Indígena, para evidenciar a história e as culturas dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná nas atividades econômicas em propriedades rurais e no centro urbano de Vila Maria e a cidade de São Luiz de Cáceres, entre os anos de 1778 a 1874.

A partir de uma detalhada revisão bibliográfica das produções acadêmicas como dissertações, teses e artigos; revistas e livros publicados; além de relatos de viajantes que registraram e analisaram a presença desses indígenas em Vila Maria e, depois em São Luiz de Cáceres, é que desenvolvemos uma proposta didática para ensinar a temática indígena.

1.3 Presença indígena nos saberes escolares e o *Site* Didático

A presença de povos indígenas em Vila Maria e de São Luiz de Cáceres, entre os anos de 1778 e 1874, foi possível de ser analisada a partir da releitura de produções acadêmicas e

relatos de viagens, nas quais captamos aspectos da história de contato entre os indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná e os colonizadores portugueses e luso-brasileiros. Assim como, identificamos traços culturais específicos desses povos, que configuram sua participação na história a ser ensinada no currículo escolar na temática indígena em Cáceres.

O corpus documental analisado teve como objeto de estudo o cotidiano da população na espacialidade de Vila Maria e São Luiz de Cáceres do final do século XVIII e XIX. Consideramos as narrativas de viagens a partir da referência de Barros (2019, p. 295) como “fontes dialógicas, pois os viajantes entram em contato com culturas que lhes são totalmente estranhas, e fazem um esforço sincero de compreender e transmitir ao leitor”. As arguições nas dissertações e teses foram fontes indiretas que dizem respeito a presença indígena nessa espacialidade.

Na “fonte indireta” Barros (2019, p.32) afirma que um “autor ou enunciador de texto que chega ao seu objeto ou transmite alguma informação passando por um intermediário ou mais”. Neste estudo de revisão bibliográfica, as fontes secundárias, possibilitaram a sistematização de aspectos da história e cultura dos indígenas para a produção de material didático de ensino de temática indígena na escola, ou seja, as dissertações, teses e relatos de viagens funcionaram com “intermediário” para produção de saberes sobre os indígenas em Vila Maria e São Luiz de Cáceres, resultando no *Site Didático*.

As principais bibliografias analisadas para produzir o material didático de ensino de História que priorizaram a temática indígena compreendem os seguintes estudos:

1.3.1 Chiquitano

– A obra do historiador boliviano Roberto Tomichá Charupá (2002): *La Primera Evangelización en las Reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691-1767)*, conta como os Chiquitos¹⁴ se organizavam nas Reduções/Missões, compostas por populações de origens étnicas diversas.

– A tese: *Os Chiquitano de Mato Grosso - um estudo das classificações sociais em um grupo indígena de fronteira Brasil - Bolívia*, da antropóloga Renata Bortoletto da Silva (2007), que oferece uma análise etnográfica dos Chiquitano que habitavam e ainda habitam a região da fronteira entre a Bolívia e Brasil. Seu estudo reafirma que as populações das reduções da província de Chiquitos eram compostas de várias etnias indígenas, que num processo de mestiçagem resultaram nos atuais Chiquitano.

¹⁴ Forma de referência nas fontes do período contemporâneo às reduções, hoje denomina-se Chiquitano.

Os estudos sobre os indígenas Bororo em Mato Grosso, com abordagens sobre a presença deles em Vila Maria, São Luiz de Cáceres e entorno foram representados pelas seguintes dissertações e teses.

1.3.2 Bororo

– A dissertação: *Cibáe Modojobádo - A Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroados (1845-1887)*, de Marli Auxiliadora Almeida (2002), analisa o contato interétnico entre os Bororo Orientais e Ocidentais com a sociedade mato-grossense, pela intermediação da indígena Rosa Bororo. Assim como utilizamos como fonte, a tese da mesma autora (2013), intitulada: *Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*, que analisa a política indigenista e políticas indígenas dos Bororo e os Guaná na fronteira oeste.

– A dissertação: *Bái, a casa Bóe: Bái, a casa Bororo: uma história da morada dos índios Bororo* de José Afonso Botura Portocarrero (2001) analisa os aspectos da história e cultura dos Bororo a partir do significado cultural da casa Bororo.

– A obra: *Guerreiros Cabaçais: a luta deste povo Bororo pela sobrevivência na região do Guaporé* de Lécio Figueiredo Rocha (2016), oriunda de sua dissertação de mestrado, destaca o modo de vida dos Bororo Cabaçal, quando viviam na região, foi o local onde Vila Maria fundada.

1.3.3 Guató

– A dissertação: *Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Mato-grossense* de Jorge Eremites Oliveira (1995), aborda os assentamentos desses indígenas no pantanal mato-grossense no pré-colonial.

– O artigo: *Guató: povo das Águas de Anna Maria Ribeiro F. M. Costa (2015) trata das mobilidades desses indígenas no pantanal.*

1.3.4 Guaná

– A dissertação: *Missão, Aldeamento e Cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 - 1901)* de Verone Cristina da Silva (2001), visibiliza a presença dos Guaná em Albuquerque, na região sul da província de Mato Grosso (atual, Corumbá/MS), e sua migração para a margem esquerda do rio Cuiabá, originando a atual cidade de Várzea Grande (MT).

– A obra do renomado Antropólogo Roberto Cardoso Oliveira (1976): *Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*, possibilita compreender como foi a

deslocamento dos povos indígenas Guaná e os subgrupos Terena, Layâna, Exoaladi e Kinikinau da região do Chaco para as margens orientais do rio Paraguai no Pantanal hoje do Mato Grosso do Sul e analisar o tipo de e relações entre os Guaná e Mbayá-Guaikurú, além da abordagem e o processo de mudança sociocultural dos Guaná que ocorreram com a “interação intertribal” e seus contatos com o colonizador.

1.3.5 Vila Maria e São Luiz de Cáceres

As dissertações que pesquisadas para entendermos a configuração da Vila Maria e São Luiz de Cáceres na província de Mato Grosso e sua inserção na colonização portuguesa e no império luso-brasileiro, compreenderam:

– A dissertação: *Vila Maria do Paraguai: um Espaço Planejado para Consolidar a Fronteira Oeste 1778-1801* de Maria de Fátima Mendes Lima Moraes (2003), que mostra o planejamento e a estruturação de Vila Maria pelo governo português para expandir seus domínios na fronteira Oeste.

– A dissertação: *O Governo Local na Fronteira Oeste do Brasil: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)* de Maria de Lourdes Fanaia Castrillon (2006), que estuda a história política e a administração pública de Vila Maria até sua elevação para a cidade de São Luiz de Cáceres.

– A dissertação: *Manuscritos de Vila Maria: Edições Fac-Similar e Semidiplomática – Um Estudo Linguístico entre o período de 1769 a 1860*, de José Maria Sousa (2013), que transcreve cem documentos manuscritos (cartas e ofícios, requerimentos de sesmarias, de patentes e ordens militares) sobre a formação e povoamento de Vila Maria. Utilizamos alguns documentos transcritos neste estudo para a história de diversos aspectos de Vila Maria.

1.3.6 Relatos de Viajantes

Em relação às fontes no formato de narrativas, de viagens, elegemos as descrições de dois viajantes: Hercule Florence e Francis Castelnau¹⁵, que narraram vários encontros com os povos indígenas Bororo, Guató e Guaná ao longo de suas viagens à província de Mato Grosso.

Muitos desses viajantes foram financiados por países europeus que buscavam novos mercados e, aproximavam-se do governo imperial brasileiro com objetivo de intermediar as relações políticas e econômicas. Contudo, de maneira mais efetiva “inventariavam” cientificamente o espaço e a população brasileira, sobretudo, os indígenas.

¹⁵ Utilizaremos as grafias conforme suas nacionalidades (francesa).

O viajante francês Hercule Florence produziu a obra *Viagem do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, republicada, pela editora Cultrix, em 1977, como resultado de sua participação como desenhista na expedição Russa, chefiada e organizada pelo Barão Georg Heinrich von Langsdorff, que esteve no Brasil entre os anos de 1824 a 1829. Segundo Deborah Pimenta Martins em sua dissertação - *Revisitando a Cuiabá e a Vila de Guimarães nos Cantos e Encantos de Hercule Florence (1827)*, a expedição estava “[...] a fim de realizar descobertas científicas, investigações geográficas, estatísticas e produzir estudos sobre produtos desconhecidos no comércio”. (MARTINS, 2018, p.73).

Francis Castelnau (de origem Inglesa) foi outro viajante que esteve na província de Mato Grosso e produziu a obra *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul entre os anos 1843 a 1847*, publicada em 1949 pela editora Nacional. Esse viajante, ao percorrer o continente Sul-Americano entre os anos 1843 e 1847, enquanto naturalista realizou o levantamento cartográfico das regiões que percorreu, além de registrar o seu contato com povos indígenas. O viajante destaca: “[...] a presença de diversas sociedades indígenas, cujos territórios localizavam-se na região que hoje é conhecida como Pantanal.” (MORAES; COSTA; SILVA, 2014, p. 952).

As fontes de relatos de viagem citadas acima são importantes, pois foram analisadas a partir da interface com o conceito de História Local, que ajuda a pensar a presença dos indígenas em Vila Maria e cidade de São Luiz. Segundo Schmidt e Cainelli (2004, p. 113), a história local pode “[...] ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História”. Essa diversidade de sujeitos históricos numa determinada localidade também é pontuada “[...] como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, trabalho e lazer.” (BITTENCOURT, 2018, p. 146).

A história local propicia a visibilidade dos povos indígenas de etnias Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, nos espaços citadinos e regiões circunvizinhas, em coexistência pacífica ou conflituosa com o colonizador. Além disso, como resultado desta reflexão (povos indígenas), esta vertente teórica (história local) foi complementada pelo uso de tecnologias digitais para ensinar história a temática indígena. Segundo Selva Guimarães (2012), as pessoas que nasceram antes dos anos 80, são imigrantes digitais. Estes, “[...] não nasceram na era digital, mas estão aprendendo a lidar com a tecnologia” (GUIMARÃES, 2012, p. 363).

Ainda sobre essa discussão de uma nova demanda de formação de professores para ensinar história no século XXI, embasamos a construção do *Site* Didático, considerando a análise de Marcos Silva e Selva Guimarães:

No campo do ensino, vale assinalar a existência de *sites* didáticos da área de História – em geral, ainda fracos. São livros eletrônicos até piores que os livros impressos mais articulados; repetem os vícios desses livros como a sugestão de que “toda a história” se encontra ali resolvida. Seus usos se dão, quase sempre, de formas lastimáveis. (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 113).

Entretanto, os referidos autores comentam que existem *Sites* didáticos que podem proporcionar um material com mais qualidade no seu conteúdo no campo do conhecimento histórico. Assim como, alertam que: “[...] é preciso, preliminarmente, evitar uma imagem fetichizada do computador e da internet como remédio para os males” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p.115). Apesar dos fatores citados, não significa que a tecnologia digital não possa contribuir de maneira significativa com o ensino aprendido do aluno, haja vista que, as mesmas estão cada vez mais incorporadas nas atividades do dia a dia do aluno e na sociedade em que vive.

Ainda tentando entender essa relação do professor com a tecnologia digital, em termos didáticos, concordamos com Guimarães (2012) quando reconhece os fatos negativos citados acima. No entanto, acreditamos no esforço do professor para “[...] não reduzir a atividade de pesquisa a uma cópia mecânica (GUIMARÃES, 2012, p 367). A autora também pondera que se não houver um professor, não adianta ter a tecnologia digital, pois, a máquina não substitui o homem/professor.

Nessa perspectiva, este estudo aponta como resultado além da dissertação de defesa do mestrado, também a construção de um *Site* Didático, voltado ao professor da Educação básica para visibilizar os povos indígenas em Vila Maria e São Luiz.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA E CULTURA DOS INDÍGENAS CHIQUITANO, BORORO, GUATÓ E GUANÁ ANTES DE VILA MARIA DO PARAGUAI (1778)

Neste capítulo, abordamos alguns aspectos históricos e culturais das populações indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, que segundo fontes históricas e antropológicas eram originários da espacialidade e cercanias, onde as autoridades coloniais portuguesas estabeleceram durante o século XVIII, a Vila Maria do Paraguai¹⁶, e no século XIX, o governo provincial de Mato Grosso, a elevou para freguesia de São Luiz de Cáceres. Antes da ocupação dessa parte da América Meridional, representada pela disputa entre Portugal e Espanha, esses indígenas compunham sociedades com história e culturas diversas.

Os diversos estudos acadêmicos demonstram práticas, costumes e culturas diferenciadas entre as sociedades indígenas. As fontes registram que cada povo indígena tem e conta uma história diferente. Porém, cada uma está ligada a outras histórias e culturas, vividas, narradas e registradas. Segundo o antropólogo Roque de Barros Laraia (2001, p. 51), “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores”. Portanto, conhecer as trajetórias históricas desses povos, possibilita-nos conhecer suas culturas.

Ainda em relação às culturas indígenas, Giovane José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. Costa (2018) ressaltam que os povos indígenas são compostos por uma diversidade sociocultural, e por isso, o professor da educação básica deve inteirar-se de conhecimentos e respeito às sociedades indígenas e suas organizações:

Respeitá-la é importante, não porque deva interessar aos não índios “preservar” as culturas indígenas - algo impensável quando se percebe as culturas perpetuamente ressignificadas e reelaboradas pelos grupos humanos –, mas porque esse respeito interessa, sobretudo, às próprias sociedades indígenas. Além disso, o reconhecimento da diversidade é uma marca das democracias e da educação para a cidadania. (SILVA; COSTA 2018, p. 18).

Desse modo, entendemos a necessidade de conhecermos as histórias dos indígenas que contribuíram para construir a vila e freguesia, considerando suas organizações étnicas e socioculturais, que possibilitem serem ensinadas na educação básica a partir da História Temática, com problemas que propiciam a pesquisa e a construção de conhecimento pelos

¹⁶ Para facilitar a leitura e compreensão deste estudo, daqui para frente utilizaremos as denominações de vila e freguesia para denominar Vila Maria do Paraguai e Freguesia de São Luiz de Cáceres.

docentes e alunos. A seguir apresentamos uma breve abordagem sobre as histórias e culturas dos Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, sobretudo aspectos que envolveram o contato com os colonizadores, e as formas como lidaram culturalmente com esses contatos.

2.1 Povo Indígena Chiquito

As culturas dos indígenas que originaram os povos denominados pelos espanhóis como Chiquitos (pequenos), eram diversificadas e compreendiam especificidades.

Ainda hoje, a falta de conhecimento sobre a história de contato desse povo com os colonizadores europeus, sobretudo nos currículos escolares, ocasiona uma generalização de sua cultura. Principalmente, quando os Chiquitano foram reunidos nas missões jesuíticas ao longo dos anos de 1691 a 1767, formando o topônimo, Chiquitano.

O antropólogo Aloir Pacini, em seu estudo *As identidades Chiquitanas em perigo nas Fronteiras* (2019) considera que a cultura dos povos indígenas que formaram o Chiquitano só pode ser “[...] compreendida a partir do momento em que se compreende os contextos das relações interétnicas subjacentes nestes *pueblos misionales* e dos meios sociais das aldeias” (PACINI, 2019, p. 8).

Na tentativa de entender essa denominação, Chiquitano, que subdividem-se em outros topônimos, encontramos no trabalho do historiador Roberto Tomichá Charupá (2002): *La Primera Evangelización Em Las Reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691 - 1767)*, as informações que situam os territórios de Chiquitos indicado as províncias bolivianas de *Ñuflo de Chavez, San José de Chiquitos, José Miguel de Velasco, Angel Sandoval e Germán Busch* no Departamento de Santa Cruz. Segundo o autor, a província de Chiquitos localizava-se nas terras baixas do Oriente da Bolívia, fazendo fronteira com a capitania portuguesa de Mato Grosso, ou seja, na fronteira Oeste do Brasil.

Neste vasto território viviam mais de uma centena de povos indígenas antes dos colonizadores espanhóis chegarem. Desse modo, a denominação Chiquitos corresponde com a localização geográfica que os jesuítas espanhóis descreveram no início do século XVIII:

[...] al Norte, las colinas situadas por el río Iténez o Guaporé, hacia los 15° de latitud; al sur, los llanos del Chaco Boreal con los cuales se confundia, hacia los 20° de latitud sur; al este, la región de Matogroso, separada por el lago de los Xarayes y el río Paraguay, a 320° de longitud este de Hierro (62° 40' de longitud oeste de Greenwich). CHARUPÁ, 2002, p. 210).¹⁷

¹⁷**Observação:** Optamos por traduzir as descrições em espanhol para facilitar a leitura e interpretação dos leitores.
Tradução: “[...] ao Norte, as colinas situadas pelo rio Iténez ou Guaporé, aos 15° de latitude; ao sul, os ilanes do

No entanto, a partir do final do século XVII, mais de 50 etnias indígenas foram aldeadas em reduções (missões) pelos jesuítas espanhóis, como Chiquitos. As reduções faziam parte da estratégia de colonização realizada pela coroa espanhola para explorar o espaço geográfico e humano, além de fazer frente aos interesses portugueses nessa região.

Afinal, quem são estes povos indígenas transformados em Chiquitanos? Ao desenvolver sua pesquisa, Charupá (2002) analisou relatos de missionários espanhóis sobre os diversos grupos étnicos desta região “[...] la región chiquitana fue poblada por numerosos grupos indígenas siendo muy difícil sino imposible de completa identificación de cada una de las etnias que la habitaban.” (CHARUPÁ, 2002, p. 219).¹⁸

Percebe-se que nas fontes historiográficas referentes ao povo Chiquitano existiam numerosos grupos de povos indígenas que habitavam a Província de Chiquitos, que até o momento os pesquisadores de História e Antropologia não conseguiram identificar ainda todos os povos indígenas que viviam na região.

Um dos fatores que contribuiu para dificultar a identificação dos diversos povos indígenas desta região corresponde à forma como os conquistadores espanhóis teriam denominado esses povos que pertenciam a vários grupos étnicos do planalto de Chiquitos ou Chiquitano. Segundo Charupá (2002), essa maneira genérica de chamá-los resultou na seguinte classificação:

En otras palabras, llamamos “chiquitanos” a todos los nativos reducidos que, *prescindiendo* de la propia nación o cultura de origen y después de un período de aculturación, reducional, incorporaran la lengua chiquita como medio de comunicación habitual. Por el contrario, como ya se ha dicho, llamamos “chiquitos” a aquellas etnias que ya antes de su conversión a la fe cristiana hablaban la lengua chiquita (CHARUPÁ, 2002, p. 231).¹⁹

Charupá defende a ideia de que apenas um dos grupos indígenas reduzidos pelos jesuítas era chamado de Chiquitos e falavam esta língua. Porém, indistintamente nas reduções, foram

Chaco Boreal com os quais se confundia, aos 20° de latitude sul; ao este, a região de Mato Grosso, separada pelo lago dos Xarayes (pantanal) e o rio paraguay, a 320° de longitude este de Hierro (62° 40’ de longitude oeste de Greenwich)” (CHARUPÁ, 2002, p. 210, tradução nossa).

¹⁸ **Tradução:** “[...] A região chiquitana foi povoada por numerosos grupos indígenas sendo muito difícil senão impossível de completa identificação de uma das etnias que a habitavam.” (CHARUPÁ, 2002, p. 219, tradução nossa).

¹⁹ **Tradução:** “Em outras palavras, chamamos “chiquitanos” a todos os nativos reduzidos que, prescindindo da própria nação ou cultura de origem e depois de um período de aculturação reducional, incorporaram a língua chiquita como meio de comunicação habitual. Do contrário, como já foi dito, chamamos “chiquitos” a aquelas etnias que já antes de sua conversão a fê cristã falavam a língua chiquita” (CHARUPÁ, 2002, p. 231, tradução nossa).

reunidos com outros povos que também passaram a ser chamados de Chiquitos, e aprenderam a se comunicar na língua destes. O pesquisador encontrou nos registros dos colonizadores espanhóis, nomes de vários grupos indígenas que viveram na Província de Chiquitos antes da chegada desses colonizadores.

De acordo com Charupá (2002), ao pesquisar estudos do jesuíta Lorenzo Hervás que trabalhou nas reduções de Chiquitos, existiam quatro dialetos de língua Chiquita. Em suas palavras:

Em base de estos informantes, Hervás distingue al menos cuatro dialectos de la lengua chiquita: el dialecto tao considerado como el más universal; el dialecto piñoco; el dialecto manasí; y por último el dialecto penoquí, que se diferenciaba notablemente de los tres anteriores. (CHARUPÁ, 2002, p. 242).²⁰

A partir da narrativa de Hervás, o estudioso Charupá (2002, p. 253) afirma que possivelmente existiram outras etnias pertencentes à mesma família linguística; contudo frisou as dificuldades para averiguá-lo com precisão. Também destaca a existência de outros povos indígenas, além das etnias chamadas de Chiquitas que também compunham as reduções. Evidenciou outras cinco línguas faladas nesta região, além da língua Chiquita, dentre elas “[...] Arawaca, Chapacura, Guaraní, Otuqui, Zamuca.” (CHARUPÁ, 2002, p. 260).

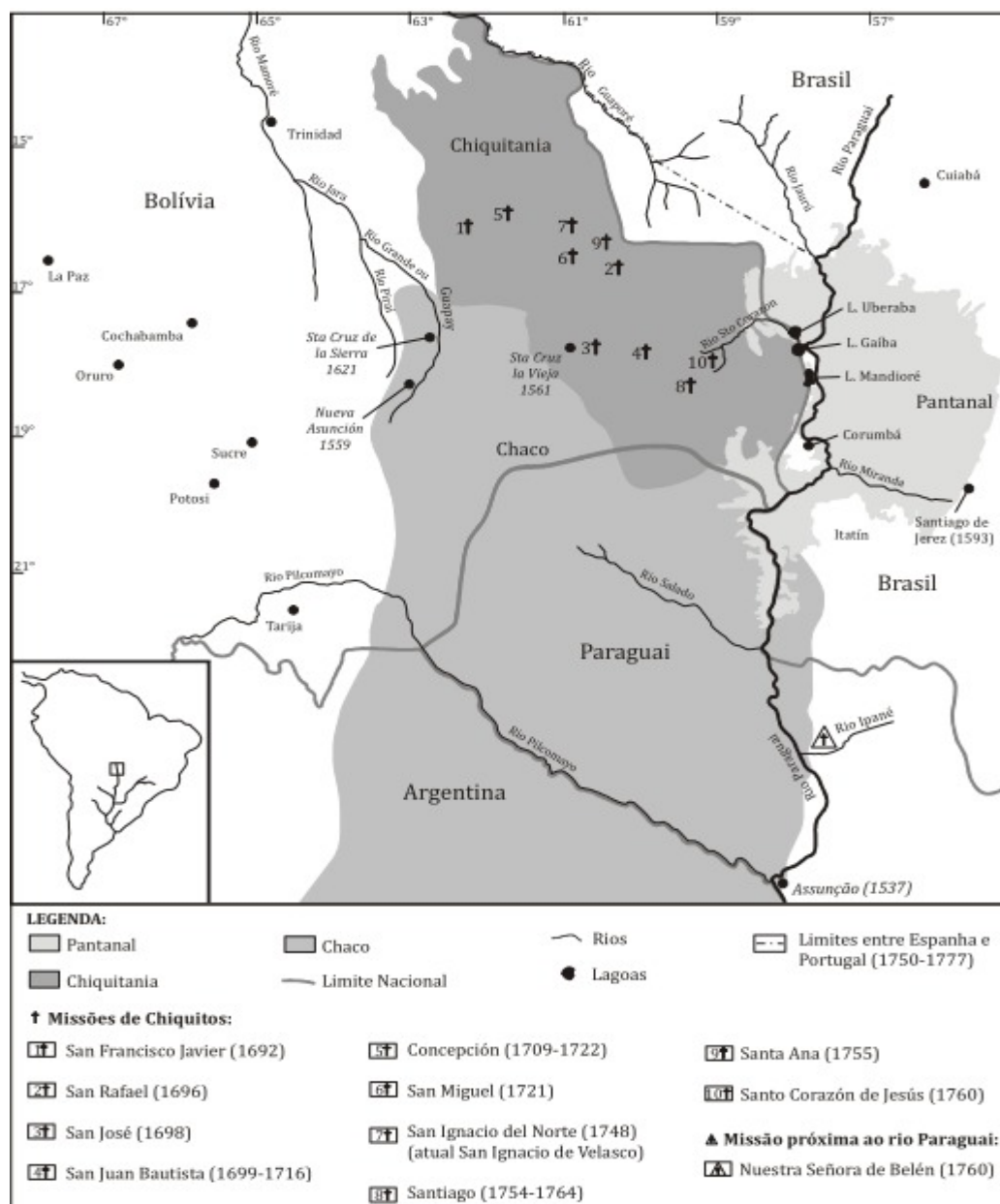
Notadamente, havia uma diversidade de grupos indígenas na Província de Chiquitos e, provavelmente muitos viviam dispersos. No entanto, com a chegada do colonizador, uma das primeiras consequências negativas aos povos indígenas foi à imposição do regime de trabalho conhecido como *encomienda* (encomenda), seguido da escravização e depois a criação de reduções jesuítas. Nas reduções vários grupos étnicos eram forçados a viver juntos no mesmo espaço colonial.

Arruda (2011, p. 103), assim como, Charupá (2002) demonstra que no final do século XVII, os jesuítas fundaram na Província de Chiquitos dez Missões entre os anos 1691 a 1760: São Francisco Xavier (1691), São Rafael (1696), São José de Chiquitos (1696 e 1698), São João Batista (1699 e 1716), Concepción (1709 e 1722), São Miguel (1721), São Ignacio de Chiquitos (1748) Santiago (1754), Santa Ana (1755) e Santo Coração de Jesus (1760).

²⁰ **Tradução** “Com base nestes informantes, Hervás distingue pelo menos quatro dialetos da língua chiquita: o dialeto *tao* considerado como o mais universal; o dialeto *piñoco*; o dialeto *manasí*; e por último o dialeto *penoquí*, que se diferenciava notadamente dos três anteriores.” (CHARUPA, 2002, p.242, tradução nossa).

Mediante ao exposto, a localização geográfica das reduções Chiquitana na região de Chiquitos, além de destacar o Chaco e o Pantanal como suas fronteiras, como podemos observar ilustração do Mapa 01, a seguir:

Mapa 01: Localização das Missões Jesuítas de Chiquitos na Bolívia



Fonte: ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho (2011, p.98).

Retomando a historiografia de Charupá (2002) sobre o contato entre indígenas Chiquitano e conquistadores espanhóis ele analisou documentos escritos por missionários e dados do *Livro de Batismos de San Xavier (1738 - 1769)*, identificando inúmeras etnias que

viveram em determinados momentos nas missões da Província de Chiquitos. Conforme descremos no quadro seguinte:

Quadro 01: Etnias das Missões de Chiquitos – São Rafael, São João Batista, Santa Ana e Santo Coração de Jesus – séculos XVII e XVIII

Etnias em reduções Chiquitana – 1691 – 1709		Etnias em reduções Chiquitana – 1709 – 1724		Etnias em reduções Chiquitana – 1724 – 1754		Etnias em reduções Chiquitana – 1754 – 1769	
Missões/ Reduções São Rafael (1695)							
Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas
Tabicas, Penoquis e Xamarus	Guarayos, Curuminas, Quies e Tapacuras	Tabicas, Pequicas, Xamarus e Tanipicas	Carabecas, Cupíes, Xarayes, Otoquis, Ecobares, Curucanes, Carerás, Betaminis, Aripuires, Lipes e Fedes	Taus e Tabicas	Xarayes, Curuminas, Veripones, Escobares, Batasis. Quidabones, Jurarisones, Curucanes, Merejones, Cupies, Parisis, Caipotorades, Guarayos e Guifones	Taus	Curucanes, Batasis, Veripones, Quidabones, Carabecas, Escobares
Missões/ Reduções São João Batista (1699)							
Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas
Xamarus, Tanipica, Cursicas, Pequicas, Suberecas, Purasis, Petas e Piñocas	Guarayos e Curucanes	Taus, Boros e penoquis	Morotoco, Tapis, Cucutades, Zinotecas, Japorotecas, Zamucos, Quiripecodes e Ugaraños	Taus, Boros e Penoquis	Morotoco, Cucutades, Panonos, Tomoenos, Ororobedas, Caipotorades, Tunuchas, Tapaivenes e Tobas	Boros e Parayacas	Morotoco, Tomdenos, Panonos, Tieques, Cucutades, Zeriventes, Ororobedas, Caipotorades e Zamucos
Missões/ Reduções Santa Ana 1755							
Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas
						Tabicas	Xarayes, Curuminas, Escobares
Missões/ Reduções Santo Coração de Jesus (1760)							
Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas	Chiquitas	Diversas
						Taus e Boros	Otuquis, Cucutades, Zatienos, Carabecas e Guaravos

Fonte: Charupá (2002, p. 281 - 292).

De acordo com os dados do Quadro 01, vê-se que diversas etnias dos povos indígenas foram tornadas e/ou incorporadas como pertencentes à etnia Chiquitano/a e que viveram nas Missões de São Rafael, São João Batista, Santa Ana e Santo Coração de Jesus mais próximas da fronteira com os domínios portugueses. Dessas missões, vários indígenas fugiram para o lado lusitano, mais precisamente para o posto militar denominado Registro do Jauru (atualmente, é a região onde se localiza o município de Porto Esperidião), sendo esta, a

oportunidade aproveitada pelo governante português que se utilizou dos números indígenas Chiquitano para compor e povoar a Vila Maria do Paraguai, em 1778 (conforme registra o Termo de Fundação).

Estas informações expõem diversas etnias de povos indígenas reduzidos na Província de Chiquitos entre os anos 1691 a 1769 fazendo parte da população missioneira em determinado período e, também estão citados em documentos referentes ao povoado de Vila Maria, analisados no próximo capítulo.

Em virtude da diversidade de grupos étnicos na Província de Chiquitos, Charupá (2002) destaca a presença da língua *chiquita* como fundamental para os interesses dos colonizadores. Conforme destaca Charupá (2002): “[...] Resalta com evidencia la presencia de etnias de lengua chiquita em todos los pueblos, aspecto que era fundamental para los fines globalizadores de jesuítas, en lo civil, militar, cultural, religioso y misional.” (CHARUPÁ, 2002 p. 293)²¹.

Nesse sentido, destacamos algumas características marcantes da cultura dos povos indígenas Chiquitano, levantadas por Charupá: formado de grupos com hábitos, costumes e línguas diferentes; traços compostos pela língua chiquita de quatro dialetos (*Tao, Pinoco, Manasi e Penoqui*); além de outras cinco línguas diversas de outras nações: (*Arawaca, Chapacura, Guaraní, Otuqui e Zamuca*), completavam o quadro nas reduções.

Outra característica cultural dos Chiquitano, apontada pelo pesquisador boliviano, está relacionada ao cotidiano de trabalho, representada pela centralidade da agricultura. Segundo Charupá (2002, p.301) uma das atividades desenvolvidas pela maioria dos grupos étnicos e “Los chiquitos ocupaban la mitad de la jornada laboral en actividades agrícolas”. E acrescenta que “Entre las naciones no chiquitas reducidas que conocían la agricultura hay que señalar en modo especial las etnias de lengua arawaca e los puizocas.”²²

O mesmo autor, afirma que muitos Chiquitano já eram sedentários ou semissedentários, pois alternavam períodos de perambulação/fixação. (CHARUPÁ, 2002, p. 302). Estes tinham grande apego às suas terras, onde viviam e praticavam a caça, pesca e coleta de frutos silvestres e mel. Os sedentários tinham o hábito da caça, pesca e a agricultura era praticada com o cultivo

²¹ **Tradução:** “[...] Ressalta com evidência a presença de etnias de língua chiquita em todos os povos, aspecto que era fundamental para os fins globalizadores de jesuítas, no civil, militar, cultural, religioso e missionário” (CHARUPÁ, 2002 p. 293, tradução nossa).

²² **Tradução:** “Os chiquitos ocupavam a metade de jornada de trabalho nas atividades agrícolas”. E acrescenta que “Entre as nações não chiquitanas reduzidas (aldeadas/missões) que conheciam a agricultura tem que pontuar de modo especial as etnias de línguas arawaca e os puizocas.” (CHARUPÁ, 2002, p.301, tradução nossa).

do milho, mandioca, tabaco, diversos tipos de abóboras e outros produtos com um sistema de roça e queima para o plantio.

A historiadora Ione Aparecida Martins Castilho Pereira (2014) destacou, em sua tese: *Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos, Chiquitos, Guaraní e Maynas (1607 - 1767)*, o sedentarismo dos povos Chiquitano baseado no relato do padre Julián Knogler:

[...] é possível perceber a existência de outro tipo de vivenda indígena, de carácter mais provisório, que provavelmente estava relacionada à vida semi sedentária que os Chiquitos levavam em seus limitados territórios. (PERREIRA, 2014, p. 62).

Giovani José. Silva (2009) falando da cultura dos Chiquitano no texto, *A Presença Camba-Chiquitano na Fronteira Brasil-Bolívia (1938 - 1987): Identidades, Migrações e Práticas Culturais* destacou a organização social da maioria dos povos indígenas Chiquitano. Compunham sociedades igualitárias e as decisões eram debatidas entre os membros adultos para chegar à um acordo comum a todos. Destacando que “[...] não produziam excedentes, não havendo, pois, grandes diferenças econômicas entre as famílias extensas que formavam os grupos.” (SILVA, 2009, p. 115). No entanto, quando tiveram contatos com os colonizadores os espanhóis, enfrentaram mudanças nas suas práticas econômicas através do incremento de excedentes e introdução da criação de gado bovino. Este alimento tornou-se ao longo dos anos uma referência alimentar e de abastecimento da Província de Chiquitos.

Nas reduções os jesuítas também incentivaram a criação de animais galinhas e porcos, como também a extração de produtos nativos, como a erva mate e a poaia²³. Além de receberam treinamentos de atividades variadas, como destacou a antropóloga Meireles (1989, p. 82) em sua obra *Guardiões da Fronteira: rio Guaporé, século XVIII*, quando os jesuítas fundaram as primeiras missões incentivaram a produção de gado bovino, cavalar e também de galinhas. Entre outros produtos produziam (ovos, arroz, milho, legumes, bananas, cacau e cana-de-açúcar) para o comércio além de suprir o mercado interno. Segundo a autora “[...] os índios deveriam receber treinamento em carpintaria, marcenaria e outras habilidades e, finalmente, cada uma deveria ter uma área de cultivo de exportação para o Peru.” (MEIRELES, 1989, p. 82).

²³ Cf. Almeida (2013, p. 166) “A Poaia, conhecida cientificamente como *Cephaelis ipecacuanha*, era uma planta brasileira encontrada nas matas cerradas da bacia do rio Paraguai à bacia do Guaporé, e muito usada pelos moradores dessa região no tratamento de doenças como bronquite, disenterias e coqueluches.”

A partir da fala de Meireles, percebemos que os Chiquitano adquiriam hábitos alimentares e de produção dos alimentos dos colonizadores, mas sem abandonar suas tradições de uso do milho, mandioca, banana, abóboras, algodão arbustivo, caça, pesca, ervas medicinais, terapias curativas, artesanatos de madeira, argila, couros, cestaria, tecelagem, etc. Muitos pesquisadores consideram a adoção de tecnologias, de variedades agrícolas novas como cítricos, trigo, arroz, frutas, gado bovino, cavalos, porcos, galinhas e outras espécies alimentares como perda de identidade.

Entretanto, Maria Regina Celestino de Almeida (2010), enfatiza que a cultura é dinâmica, ou seja:

A compreensão da cultura como um produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica. (ALMEIDA, 2010, p. 22).

Em se tratando da estrutura familiar dos Chiquitano, Charupá (2002) destaca que a constituição familiar desses indígenas era monogâmica, com a predominância de famílias patriarcais:

El matrimonio entre los chiquitos debía cumplir ciertos requisitos como el hecho que el padre de familia sólo cedía en casamiento a su hija si el pretendiente a esposo mostraba con alguna proeza (por ejemplo, una buena y abundante caza) su capacidad de mantener a la futura esposa. (CHARUPÁ, 2002, p.311).²⁴

Em suas pesquisas, Charupá (2002) destaca que a monogamia era uma das características da formação das famílias entre os Chiquitos, entretanto a poligamia era praticada pela figura do cacique que poderia ter mais de uma mulher. Características culturais muitas vezes justificadas em razão de suas atribuições perante a comunidade em que liderava, como por exemplo, organizar festas, fazer chicha (bebida tradicional) para servir em momentos especiais na comunidade.

Vários dos povos indígenas Chiquitano eram semissedentários, como indica a forma de construção de suas casas, descritas por espanhóis nos primeiros contatos com esses indígenas, sendo que as moradias eram consideradas casas simples e com formato de forno e feitas com palhas (CHARUPÁ, 2002, p. 318). Entretanto, o que chamou a atenção dos colonizadores foi

²⁴**Tradução:** “O matrimônio entre os chiquitos devia seguir certos requisitos, como o feito que o pai de família somente cedía em casamento sua filha se o pretendente a esposo demonstrava com alguma proeza (por exemplo, uma boa e abundante caça) sua capacidade de manter a futura esposa.” (CHARUPÁ, 2002, p. 311, tradução nossa)

o estilo da porta de entrada que dava acesso ao interior da casa, pois era pequena, em espanhol significa *chico* (pequenino/criança pequena), daí em analogia às moradias, derivou-se o termo *Chiquitos*.

Por isso, estes povos indígenas que habitavam aquela região (Província) foram errônea e genericamente denominados de *chiquitos*, dificultando a compreensão étnico-cultural dos subgrupos Chiquito e, ao mesmo tempo, criando vácuo etnográfico ao serem apelidados.

A antropóloga Alda Lúcia Monteiro Souza (2009) em sua dissertação *A história dos Chiquitanos: (re)configurações sociais e territoriais*, reitera que:

As numerosas aldeias dos Chiquitos estavam situadas em terrenos elevados para evitar inundações. A comunicação entre as aldeias dispersas era garantida por várias estradas. As aldeias formavam uma espécie de “unidade social básica”, ligadas umas às outras pela solidariedade de uma língua comum e laços de parentesco. (SOUZA, 2009, p. 47).

Com relação à descrição do formato das aldeias indicadas acima, observa-se que as organizações destas, também foram retratadas por representantes religiosos que tiveram contato com os Chiquitano. Conforme representação de Hans Roth (1993), a partir do desenho elaborado pelo Padre Burgés, em 1703 que, encontra-se exposto no Museu de História de Santa Cruz/Bolívia.

Figura 01 – Descrição das casas dos Chiquitano pelos Jesuítas na Missão de Chiquitos (1703)



Fonte: Aloir Pacini (2012, p. 412).

As casas eram simples, o material mais utilizado para a construção era a palha, mas havia uma construção que os próprios jesuítas mantiveram ao ser reduzido nas Missões, a chamada casa comum. Em sua tese Renata Bortoletto Silva (2007) explica que: “Nas aldeias existiam também as chamadas casas dos homens, um espaço cerimonial, onde ficavam os garotos na puberdade. Eram construções abertas, e lá recebiam os visitantes e faziam as festas.” (SILVA, 2007, p. 44).

E, ainda a propósito do adolescente, salienta-se ainda que aos quatorze ou quinze anos permaneciam neste espaço cerimonial por um tempo e, logo poderiam constituir sua própria família, desde que provasse que poderia sustentar sua futura companheira através da caça. Além de ganhar prestígio na comunidade, uma vez que, “[...] caçadores hábeis eram tidos com muito orgulho pelo grupo.” (SILVA, 2007, p. 45). Sendo esta casa um espaço cerimonial, onde ali também recebiam hóspedes, realizavam muitas festas. A principal bebida servida aos convidados era a chicha feita do milho e distribuída nas ocasiões especiais e nos festejos.

As crenças dos povos indígenas de Chiquito segundo os missionários: “[...] coinciden en señalar la carência de una divindade suprema entre los chiquitos.” (CHARUPÁ, 2002, p. 328).²⁵ Isto não significa que não tinham suas crenças. Os relatórios dos jesuítas também dão algumas pistas que existiam crenças como evidenciou Meireles que:

[...] os grupos *chiquitanos* propriamente estavam divididos em numerosas aldeias com chefias independentes; ostentavam os "templos" ou "casas de bebida" e contavam com a presença de poderosos xamãs que "oficializavam" os rituais de consumo coletivo de chicha. Por outro lado, a religião era absolutamente distinta. Não havia o culto ao jaguar, mas cerimônias celebradas em honra a "divindades" distintas, conduzidas pelos xamãs que eram os intermediários entre a humanidade e o rico panteão. (MEIRELES, 1989, p. 60).

Os Xamãs faziam um papel de interlocutores entre os humanos e os seres sobrenaturais que agregavam funções de chefia e feitiçaria. E podemos destacar as divindades cósmicas: o sol, a lua, as estrelas e animais. Sendo que, os povos indígenas com o dialeto Manasí, o sol era venerado como “[...] un hombre luminoso [...] en el caso de la luna, los chiquitos la honraban con el título de “Madre”, pero sin un culto especial sino durante los eclipses.” (CHARUPÁ, 2002, p. 333).²⁶

²⁵ **Tradução:** “[...] coincidem em pontuar a falta de uma divindade suprema entre os Chiquitano.” (CHARUPÁ, 2002, p. 328, tradução nossa).

²⁶ **Tradução:** “[...] um homem luminoso [...] no caso da lua, os chiquitano a honravam com o título de “Mae”, mas sem um culto especial senão durante os eclipses.” (CHARUPÁ, 2002, p. 333, tradução nossa).

Segundo Charupá (2002), em geral não havia uma divindade suprema entre os chiquitos. Assinala também ao interpretar o relato do padre Francisco Burgés da Companhia de Jesus na Província de Paraguay, evidencia que esse jesuíta considerava os Chiquitos como um povo mais bárbaro em relação às demais nações, visto que não reconheciam e nem respeitavam nenhuma divindade.

Por outro lado, Verone Cristina Silva (2015) na tese *Carnaval: Alegria dos Imortais - Rituais, pessoa e Cosmologia entre Chiquitano no Brasil*, afirma que uma das festas mais tradicionais deste povo é o Carnaval, celebração que representa o começo do mundo:

De acordo com a filosofia Chiquitano, no fim de cada ciclo anual, a terra estaria suja, prestes a adoecer, assim como os seres que nela habitam; diante deste entendimento, é necessário, portanto, que juntos todos se renovem, permitindo o reinício da vida. (SILVA, 2015, p.15).

Salienta-se que é uma celebração religiosa dos Chiquitano, contradizendo o relato de Francisco Burgés, quando afirmou que era um povo bárbaro, e que segundo Cristina Silva (2015) atualmente a celebração do carnaval acontece “[...] na mesma data do carnaval ocidental, contudo há um calendário ritual próprio que marca o fim e o início de um novo tempo, pois consideram que, depois do carnaval, vem o Ano Novo.” (SILVA, 2015, p. 15).

Portanto, o carnaval tem todo um ritual, com elementos culturais reúnem toda a comunidade para celebrarem e ao mesmo tempo consumirem uma das bebidas mais tradicionais, a *chicha* (bebida fermentada do milho), além de dançarem ao som do *curussé*, dança de origem chiquitana. Pacini (2012, p. 528) descreve a dança através dos relatos descritos pelo Padre Burgés em 1703 que registrou uma festa, em que fazem uma roda em torno dos músicos com “flautas largas”, além de alguns instrumentos que foram incorporados a partir do contato com os jesuítas como o violino. Contudo, as pesquisas indicam que já tinham a tradição de dançar e tocar instrumentos antes mesmo dos jesuítas chegarem na região que ficou conhecida como a província de Chiquitos.

2.2 Povo Indígena Bororo

O povo indígena Bororo, segundo Rocha (2009, p. 19) em *Guerreiros Cabaçais: A Luta deste Povo Bororo Pela Sobrevivência na Região do Guaporé* se autodenominam *Bóe* que tem o significado de “[...] gente verdadeira ou homem verdadeiro”. Assim como, o significado da palavra Bororo na língua dos nativos, é o pátio da aldeia, local importante para a cultura dos Bororo, onde realizavam-se a maioria dos rituais, como o funeral.

Em relação ao tronco linguístico, Rocha (2009) não considera que os Bororo pertençam aos principais grupos linguísticos: Jê, Tupi, Aruak e Karib. Segundo Rocha (2009, p. 28) “os estudos de Greg Urban apontam atualmente para o “tronco linguístico Macro-Jê”.

Temos que frisar que o termo Bororo foi muito utilizado para identificá-los, mas que ao longo da história, outros nomes também foram usados para identificar membros desse mesmo grupo, tais como: “Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororo Aravirá ou da Campanha, Bororo Cabaçal, entre outros.” (ROCHA, 2009, p. 24).

Mapa 02: Território Bororo – Ocupação Pré-colonial



Fonte: PORTOCARRERO, José Afonso Botura, (2001, p. 20)

No Mapa 02, pode-se visualizar o quanto era vasto território dos Bororo antes da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis. Conforme José Afonso Botura Portocarrero (2001) descreve em sua dissertação *Bái, a casa Bóe: Bái, a casa Bororo: Uma história da morada dos índios Bororo*, além do território do Estado de Mato Grosso, inclui também parte dos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás e ainda uma parte de uma área da Bolívia que faz fronteira com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A partir de sua localização, podemos apontar algumas características culturais dos indígenas Bororo. Haja vista que, este povo tem uma explicação mitológica para o seu ressurgimento na terra exposto na *Enciclopédia Bororo*, citada por Almeida (2002) em sua dissertação *Cibáe Modojobádo - a Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887)*, o mito *Meríri Póro*.

Segundo esse mito, a origem Bororo ocorreu quando:

[...] a região onde moravam sofreu uma grande inundação, que cobriu quase todo o território e causou a morte do povo Bororo, exceto a de um índio, *Meríri Póro*. Este sobrevivente ficou sobre o cume de um morro, único lugar que as águas não cobriram, e ali, para se aquecer, acendeu uma fogueira com restos de madeira e pedras. Quando as pedras ficavam incandescentes, ele as jogava nas águas, provocando com isso a evaporação e o retorno delas ao nível normal. Mais tarde, *Meríri Póro* encontrou um animal que também havia sobrevivido à inundação, uma cerva, com quem procriou, construindo aldeias e reiniciando a povoação da terra. (ALMEIDA, 2002, p. 24).

Neste mito, a união de *Meríri Póro* com um animal de outra espécie, a cerva, resultou em filhos que nasceram com semelhanças à mãe (animal) que foram sacrificados e os filhos que nasceram com semelhanças ao pai (humano) sobreviveram, dando início ao ressurgimento do povo Bororo. Assim, reconstruíram a aldeia com os mesmos traços e formato de antes da inundação.

O formato das aldeias é uma característica importante da cultura dos Bororo, sua população dividida por dois grupos: os *Eceráe*, ao norte, e os *Tugarege*, ao sul. Segundo Portocarrero (2000, p. 37) “A construção começa, segundo a lenda pelo *Bái mána gejewu* ou *baíto*, forma comum usada pelos Bororo para designar a casa dos homens”. Desta maneira, as casas eram confeccionadas ao redor de um grande círculo e no meio do círculo é construída a casa dos homens (*Bái mána gejewu* ou *Baito*). Sendo a *Bái/Baito* destinada para os rapazes solteiros, que são obrigados a deixar a casa da mãe e viver neste local quando se tornam adolescentes. Iniciando, assim o seu processo de formação material e espiritual. E, só sai quando for constituir sua própria família. Por outro lado, as moças permanecem na casa da mãe.

Almeida (2002) indica que em torno do círculo, várias casas são construídas, sendo divididas por clãs. Cada clã tem um espaço reservado e representado por um *totem*, isto é, um animal “[...] que se faz presente em manifestações culturais como nascimento, casamento, funeral e outros” (ALMEIDA, 2002, p. 25).

Outro fator que chama atenção está relacionado à localização da aldeia, pois geralmente, a *Baí (casa)* fica próxima de um curso d’água, como destaca Almeida ao descrever as características das aldeias deste povo:

Os Bororo habitam em aldeias geralmente construídas em terrenos inclinados, próximos a um curso d’água, tendo em sua composição aspectos da natureza. As aldeias possuem formação circular em duas metades exógamas: a metade *Ecerae*, composta pelas casas na posição sul, e *Tugarege*, ocupando a posição norte, no centro há uma grande casa, o Baíto, que é circundada por um pátio, o Bororo; ou seja, o nome que os conquistadores atribuíram a esses indígenas corresponde ao grande espaço interno das suas aldeias. (ALMEIDA, 2002, p. 25).

Observar a figura 02 através de uma foto da antropóloga Novaes (1971) facilita a compressão e ilustra de como era o formato da aldeia Bororo:

Figura 02: Vista aérea de uma aldeia Bororo



Fonte: Sylvia Caiuby Novaes, 1971. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo/> Acesso em 03/03/2002.

Observa-se na imagem acima, a casa central no meio do grande pátio é a *Baito*, isto é, “casa dos homens” com um formato retangular. As outras casas acompanham em um grande círculo, e uma linha imaginária dividindo-se em dois grupos: os *Eceráe*, ao norte, e os *Tugarege*, ao sul.

Desta forma existem algumas regras entre os clãs, como exemplo a união matrimonial dos Bororo que deve ser dos clãs diferentes. Por exemplo, se a moça pertence à parte da aldeia do grupo *Eceráe* o seu pretendente deve fazer parte da outra metade, o *Tugarege*, com Mariana Ribeiro (2006) em *O Sagrado na Dança Ritual Indígena Brasileira: Bororo, um estudo de Caso* definir que tradicionalmente as relações entre os homens e mulheres possuem regras bem estipuladas, como por exemplo “as relações sexuais entre homens e mulheres da mesma metade são expressamente proibidas.” (RIBEIRO, 2006, p. 34).

Fato também citado por Almeida (2002, p. 26) no que diz respeito à formação de novas famílias na cultura do Bororo. Quando o homem se casa com a mulher, o clã deve ser diferente da sua família. Assim como, ele é obrigado a acompanhar a esposa, mudando-se para a casa da mãe de sua mulher, e os futuros filhos passam a pertencerem ao subclã da família da esposa, adquirindo os sobrenomes do clã.

Esse modelo de família foi classificado como matrilinear. Assim, a organização de um povo, grupo populacional, família, clã ou linhagem em que a descendência é contada em linha materna. E, segundo Almeida (2002 p. 26) “a mulher é a responsável direta pela conservação e propagação do seu subclã”.

No momento atual, a organização social da sociedade Bororo ainda conserva elementos importantes de sua cultura e podemos destacar a contínua valorização do Funeral, que em termos rituais é considerado como um dos traços culturais mais importantes da sociedade Bororo. O Funeral pode levar alguns dias ou até três meses. A despeito disso, Tolentino (2009, p. 238) em seu artigo: *Ética Bororo: a sobrevivência de um povo* descreve que funeral “é um importante momento de expressão artística, de socialização e de integração cultural dos mais jovens, de perpetuação da memória dos antepassados e, paradoxalmente, de reafirmação da vida”.

Para Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa (2018), em *Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica*, o funeral Bororo é um momento em que marca a vida dos jovens ao começando a socialização dos jovens “Isso porque muitos deles são formalmente iniciados a partir desse evento. Por meio da participação em cantos, danças, caçadas e pescarias coletivas há a oportunidade de inserção dos mais novos nas tradições que marcam a cultura do povo Bororo.” (SILVA; COSTA, 2018, p. 50).

Oliveira (2016) em sua dissertação *O Jorubo e o Meriri Ikureu Oiagadu Rogu: Encontro Intercultural e Poder entre os Bororo da Aldeia Meruri* descreve o *Itága*, o funeral, desde o primeiro momento quando o moribundo não teve uma morte súbita. Daí realiza-se a ornamentação do doente, iniciando com a preparação do corpo com plumas de animais e pinturas corporais e faciais. Segundo Oliveira (2016, p. 76), essa preparação é “[...] como se fosse participar de uma festa”. A partir do momento que falece, segundo suas crenças, a pessoa passa a ser alma. Outra característica do funeral é que as mulheres e crianças não podem ver o rosto do morto, que é coberto por uma esteira, enquanto acontecem cantos entoados com choros e gritos de parentes e amigos.

Além disso, Oliveira (2016, p.77) pontua outros rituais, entre eles, o ritual das escarificações, no qual “Riscavam o próprio corpo até brotar sangue, o qual cai abundantemente sobre o falecido coberto pela esteira”. Essa manifestação é mantida até a realização do primeiro enterro em uma cova provisória e rasa no pátio da aldeia.

Oliveira (2016) também destaca que durante vários dias no período da tarde os parentes do falecido jogam água em cima da cova para acelerar a decomposição do corpo. Enquanto isso, a aldeia se prepara para o enterro definitivo, quando o corpo é exumado e os restos mortais (ossos) passavam por uma lavagem e são enfeitados para serem finalmente colocados em um cesto proporcional aos seus restos mortais e levados ao rio mais próximo da aldeia, quando finalmente são depositados no fundo das águas.

Outra característica importante dos Bororo, antes da chegada dos colonizadores portugueses, era a atividade de coletar frutos silvestres. Assim como, as atividades de caça, pois são exímios caçadores. Em sua dissertação *A Colonização Agroindustrial do Cerrado em Mato Grosso (1970- 2000)* Cruz (2014) destaca a característica nômades desse povo, afirmando que no “[...] período da seca que a população Bororo seguia um ritmo de vida nômade, realizando as grandes migrações denominadas *Magúru*.” (CRUZ, 2014, p. 62).

Antes do contato com os colonizadores, os Bororo tinham um vasto território que permitia seus deslocamentos de lugar para outro em busca de alimentos. Migrando no período da seca e buscando uma rota que poderia oferecer o sustento para a sua sobrevivência. Por outro lado, no período chuvoso de acordo com historiador Cruz (2014) tornavam-se sedentário:

Na estação das chuvas dedicavam-se ao plantio de espécies de milho, cabaças, algodão, tubérculos, abóboras. Este tempo de chuvas determinava um período de vida sedentária e a ocorrência dos ciclos cerimoniais, principalmente daqueles identificados com a agricultura. A pesca também era condicionada pelo ritmo das enchentes. (CRUZ, 2014, p. 62).

Desse modo, a principal atividade de trabalho do povo Bororo não era a produção agrícola. Entretanto, isto não significa que não praticavam a agricultura. De fato, faziam pequenas roças, consideradas bem rústicas. Oliveira (2016) descrevia a roça Bororo da seguinte forma:

O local era escolhido numa clareira já feita pela própria natureza, região de mata, onde a terra era mais fértil. Os homens faziam a derrubada das árvores menores usando o *Paratori* (Machado de pedra) e em seguida completavam a limpeza do local com o fogo. O cultivo, desde a plantação, cuidados e colheita, era tarefa elementarmente das mulheres. (OLIVEIRA, 2016, p. 59).

Ressaltamos também que, a divisão de tarefas entre homens e mulheres na época da seca (*Magúru*) quando realizavam viagens longas, as mulheres acompanham e “[...] coletavam com habilidade frutas, cocos, pequis, jatobás, carás, palmitos, sementes de camarú, caules de palmeiras e mel silvestre” (OLIVEIRA, 2016, p. 59).

Neste período da *Magúru*, como o antropólogo também destaca que, durante esta migração, o sucesso da jornada do grupo passava pelas funções que eram bem definidas entre os homens e as mulheres. Assim “[...] cabia à mulher carregar os filhos e os utensílios necessários, ambos constituindo pesada carga. O esposo carregava somente o arco e a fecha, estando assim sempre pronto para uma possibilidade de caça ou praticar a defesa do grupo e da família (OLIVEIRA, 2016, p. 61).

Esta divisão de tarefas aparece representada nos desenhos feitos pela comitiva de Hercule Florence (1827) ao integrar a expedição chefiada pelo cônsul Langsdorff e financiada pelo governo Russo ao interior do Brasil entre os anos de 1825 a 1829. Reencontrou com indígenas Bororo em Vila Maria (atual, Cáceres- MT), à espera de uma canoa que os levaria para conhecer à embocadura do rio Jauru e presenciou a chegada dos Bororo e, descreve que as mulheres carregavam além das crianças menores e também “esteira” grande onde eram armazenados os objetos do grupo, bem como os alimentos (desde a caça aos frutos coletados) enquanto os homens andavam com seu arco e flechas.

Na ocasião retardou sua partida para produzir ilustrações com riquezas de detalhes, e ao descrevê-los, assim como, fez críticas pontuais sobre o comportamento dos homens indígenas perante as suas esposas indígenas Bororo:

[...] parece ter 40 anos; mostra-se alegre e é um tanto cheia de corpo. Carrega às costas um fardo, que posto em terra era da altura dela. Esse fardo compõe-se de esteiras, couros, peles enroladas, e jacás cheios de vários objetos, peso enorme para essas infelizes mulheres que são os animais de carga daqueles índios. [...] Desenhei também ainda um rapaz e uma menina. Aquele não carregava senão um arcozinho e fechas, ao passo que esta levava já um cesto

com diversas coisas, pouco pesada em verdade. (FLORENCE, [1827], p. 201 e 204).

A partir dessa narrativa podemos visualizar suas descrições pelos desenhos feitos pela comitiva do viajante Hercule Florence (1977) durante a sua passagem por Vila Maria, conforme se vê abaixo:

Figura 03: Homem Bororo

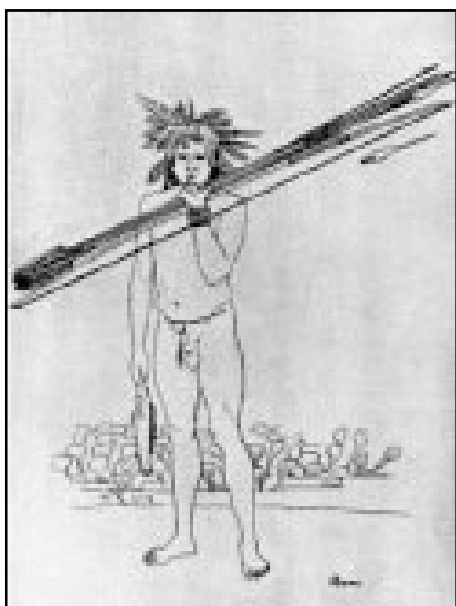
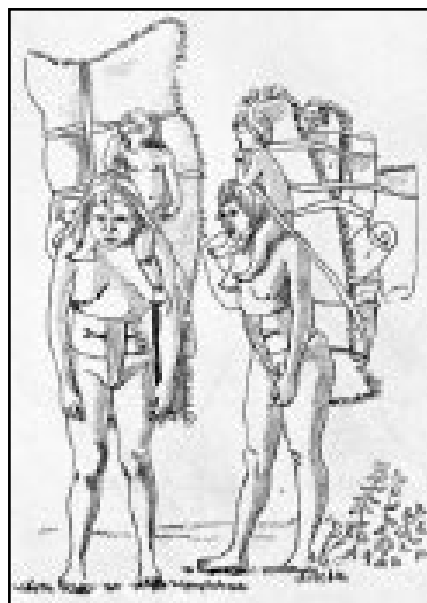


Figura 04: Mulheres Bororo com grande carga em Vila Maria



Fonte: Hercules Florence (1977, p. 202 e 203)

As ilustrações produzidas durante a viajante Hercule Florence representam cenas do cotidiano em Vila Maria, e nas quais podemos perceber que registram como os Bororo dividiam as tarefas entre os homens e mulheres para praticarem a caça e a coleta, conforme foi explicado por Oliveira (2016).

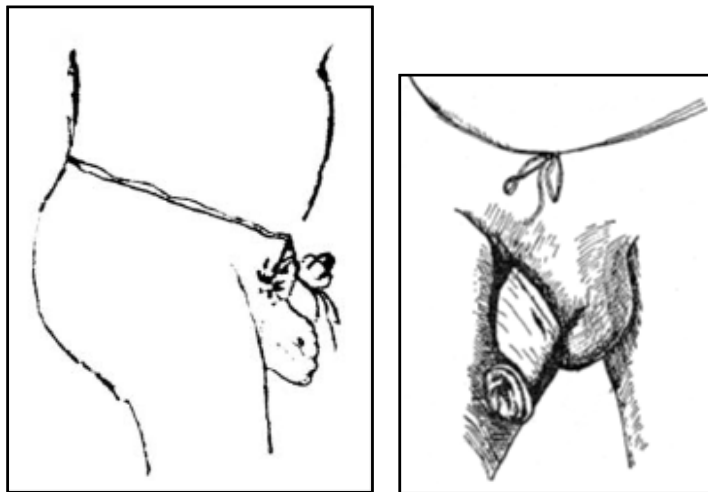
Devemos destacar que os povos indígenas têm suas especificidades, pois não são iguais. Nesse sentido, para dar um exemplo, destacamos o uso do estojo peniano pelos Bororo, retratado por Johann Natterer em 1826 e por Lévi-Strauss em 1925 e, ainda descrito por Christian Feest:

Natterer informou sobre as Bororo da Campanha: “Eles andam completamente nus. A única cobertura usada pelos homens é uma tira da largura de um dedo feita de uma folha da palmeira babaçu, trançada de modo a formar um anel, colocado na ponta do órgão sexual, que é direcionado para cima, preso a um barbante que lhes envolve a cintura”. Mais de um século depois, Lévi-Strauss observa o seguinte acerca dos Bororo Orientais de Quejare: “Os homens estavam completamente nus, salvo o pequeno estojo de palha que encobria a extremidade do pênis e era mentido preso pelo prepúcio”.

Observe-se a pequena diferença em relação aos Bororo da Campanha. (FEEST, 2012, p. 83).

Descrição que podemos observar através dos desenhos que demonstram as especificidades entre os Bororo Ocidental e Oriental, subdivisões que explicaremos no decorrer dos próximos parágrafos. Eis, a descrição sobre um símbolo cultural dos Bororo:

Figura 05: O uso do estojo peniano entre os Bororo



Fonte: Fonte: Christian Feest (2012, p. 83). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262011040_Bororo_A_Joia_da_Coroa_para_Antropologia. Acesso em 10/05/2020

Percebe-se as especificidades de cada um, cujos desenhos anteriores, representam a preocupação com a proteção dos órgãos sexuais masculinos feita pelos Bororo, destacado pelos pesquisadores citados. Sendo que, o primeiro desenho à esquerda feito por Johann Natterer (1826) refere-se ao Bororo da Campanha, enquanto o segundo desenho à direita representa um Bororo Oriental da aldeia de Quejare, baseada numa foto de Lévi-Strauss feita em 1925 (Lévi-Strauss 1957: 227).

Por fim, destacamos que, com a chegada dos colonizadores, os povos indígenas Bororo sofreram a redução, ao longo do tempo, de seu território tradicional e de sua população. Contudo, permaneceram resistentes e lutando para continuarem a sua história.

Segundo Almeida (2002, p. 28) desde os primeiros contatos com os colonizadores portugueses os Bororo tiveram suas terras invadidas e, continuamente perderam mais seu território tradicional. Ocorreram também “situações de apresamento”. Neste contexto aconteceu:

[...] a divisão dos Bororo a partir do contato com os civilizados, orientando-se

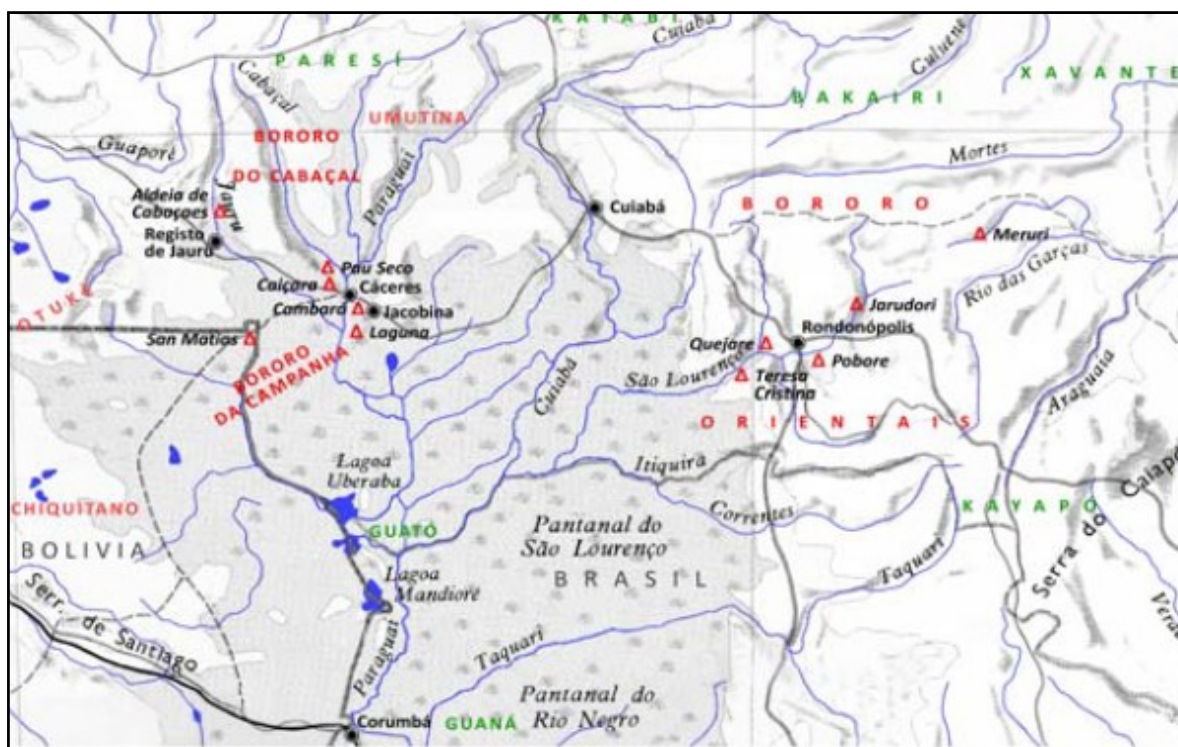
pela localização geográfica e tendo como referência o rio Cuiabá. Nesta perspectiva, os Bororo que foram habitar a oeste receberam a denominação de Ocidentais, e os que permaneceram a leste ficaram conhecidos por Orientais. (ALMEIDA, p. 28).

Lecy Figueiredo Rocha (2016, p. 86) destaca que esta migração dos Bororo para Oeste pode ser interpretada como uma forma de resistência ao colonizador, pois “os Bororo nunca deixaram de impor resistência”. E, de acordo com Almeida (2002), os Bororo Orientais que permaneceram no lado Leste da província, ficaram conhecidos como Bororo Orientais ou Coroados, no lugar onde atualmente encontram-se.

Enquanto, os Bororo Ocidentais migraram para o Oeste, subdividindo-se em dois principais grupos: Bororo da Campanha e os Cabaçal, indo habitar nas imediações dos rios Jauru e Cabaçal.

Essas divisões entre Bororo Oriental e Ocidental podem ser compreendidas, na conformidade do Mapa 03, feito por Christian Feest (2012, p. 81):

Mapa 03: Os Bororo do séculos XIX e XX



Fonte: FEEST, Christian (2012, p. 81). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262011040-Bororo-A-Joia-da-Coroa-para-Antropologia>. Acesso no dia 15 de Março de 2020.

Estes grupos que migraram para Oeste, segundo Rocha (2016, p. 24), os moradores e/ou colonizadores do período Colonial e Imperial denominavam os Bororo da Campanha ou

Aravirá que se estabeleceram no vale do Paraguai, nas proximidades do rio Jauru e, os Bororo Cabaçal conhecidos também por *Purianas* estabeleceram e habitaram as proximidades do rio Cabaçal e afluente da margem direita do rio Paraguai. Foi nesta região que, sobre as ordens do rei de Portugal, o capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ordenou a fundação de Vila Maria em 06/10/1778 (Conforme, o Termo de Fundação). Povos que foram descritos através dos relatos dos viajantes Hercule Florence (1825 a 1829) e Francis Castelnau (1843 a 1847).

Todavia, nesta região dos Bororo da Campanha e Cabaçal, é o local onde foi fundada pelo Capitão Leonardo Soares a fazenda Jacobina e, além de ficar também nas proximidades de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, locais hoje nos quais não há TI Bororo reconhecidas e demarcada para os descendentes.

Algumas pesquisas como a de Edir Pina (1990), Renate Vitler (1990) e Oliveira (2016, p. 121) apontam remanescentes dos Bororos que vivem principalmente na região de Cáceres destacando que “seria necessário um estudo profundo sobre estes remanescentes”.

2.3 Povo Indígena Guató

A dissertação de Jorge de Oliveira (1995) foi um estudo arqueológico inaugural sobre a história e a cultura dos Guató intitulada: *Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Suas pesquisas em sítios arqueológicos apontam indícios que comprovam a presença dos Guató em uma vasta área do Pantanal:

Destacam-se dessa área as seguintes extensões, comprovadamente ocupadas pelos Guató: curso principal do rio Paraguai, rio Paraguai-Mirim, rio Alegre, região do Caracará, rio São Lourenço, parte do rio Cuiabá, canal D. Pedro II, lagoas Uberaba e Gaíba, morraria dos Dourados, serra do Amolar e Ilha Ínsua. Outras grandes lagoas, como a Mandioré, Vermelha e Cáceres, também devem ter sido ocupadas pelo grupo serra do Amolar e Ilha Ínsua. (OLIVEIRA, 1995, p.101 - 102).

Essa indicação da existência de povos indígenas no pantanal desde o período pré-colonial, também foi analisada por Maria de Fátima Costa (1999) no seu livro *História de um país Inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. No qual a autora analisa o processo de construção histórica do termo *pantanal*, denominado por colonizadores espanhóis com o nome indígena de *laguna ou mar de los Xarayes*. Segundo Costa (1999, p.17) os expedicionários europeus, Ulrico Schmidl e Alvear Nuñez Cabeza de Vaca em suas campanhas

A partir dos apontamentos desses autores constatamos que a história do povo indígena Guató está intimamente ligada com as águas do Baixo e Alto Pantanal constituído pelo rio Paraguai e seus afluentes. Diante da ilustração anterior, vemos a sua localização com um mapa da pesquisa de Oliveira (1996), que mostra o vasto território explorado e ocupado pelos Guató, abrangendo em vários pontos que hoje são conhecidos como Pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:

De acordo com a localização dos Guató, pontuamos algumas de suas características culturais, que conforme argumenta Oliveira (1995, p. 70) os Guató pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, pois as outras línguas foram extintas com o tempo. Estabelecidos no vasto Pantanal, desde os tempos pré-colombianos, ficaram conhecidos dos espanhóis e portugueses como um dos povos canoeiros. Eles conheciam inúmeros cursos das águas do Pantanal, porque os percorriam em suas atividades de caça, pesca e coleta. Por isso, muitos deles serviram de guias para os conquistadores e colonizadores.

Dados do Instituto Socioambiental do Brasil (ISA)²⁷, também apontam que atualmente:

[...] a língua Guató está praticamente extinta. Até o começo de 2008, havia 5 falantes no núcleo de Corumbá, mas com o falecimento de Francolina, que tinha mais de 100 anos de idade, o número ficou reduzido a quatro. Existe mais um único falante do Guató na região de São Lourenço/ Cuiabá. (ISA, 2014, s/p).

Outras características culturais deste povo canoeiro do Pantanal, destaca-se pelo seu caráter nômade ou seminômade, indicado por não terem locais fixos de moradia e cultivos. Ao longo do tempo colonial, os Guató ficaram conhecidos como um povo que tinha um grande conhecimento do Pantanal, áreas que se deslocavam com facilidade com as inundações da cheia que modificava as ilhas e os canais, muitos de seus hábitos estavam ligados ao ambiente em que viviam.

O viajante Francis Castelnau quando esteve com os Guató no Pantanal na *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (1845), descreveu os Guató como “[...] um povo sem nenhum liame nacional e que nunca se concentra em povoado; cada família leva vida isolada e constrói a sua moradia nos lugares mais inacessíveis.” (CASTELNAU, 1949, p. 321).

Ainda, a exemplo da descrição de moradia dos Guató realizada por Castelnau, ou seja, caracterizada pelo abrigo provisório Guató, a casa tradicional, Oliveira (1995, p. 121) destaca que os vestígios arqueológicos indicam que “ao contrário de outros grupos, o Guató não possui

²⁷ Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>. Acesso em fev./2020.

casa-aldeia”. Segundo Oliveira (1995, p.123 e 124) a moradia dos Guató era uma espécie de abrigo provisório, com construção rústica de pequenas dimensões, geralmente utilizadas para pernoitar ou para passar alguns dias e depois continuar sua jornada. Ainda, assinala que, a casa tradicional Guató pode ser classificada como simples, mas ao contrário da primeira, tem um teto do tipo duas-águas, sendo considerada um pouco mais elaborada e resistente por ter uma estrutura mais sólida.

Oliveira (1995, p.127) também expõe através dos relatos do viajante Hercule Florence (1825 a 1829) e o cronista Júlio Koslowsky (1895) que as pesquisas arqueológicas, indicam que os Guató têm poucos utensílios domésticos dentro da sua residência. Isso facilitaria o transporte dos seus pertences na canoa em qualquer momento e lugar, permitindo assim uma grande mobilidade fluvial.

Ainda, segundo o estudo de Oliveira (1995), outra característica do modo de vida dos Guató que se destaca são os hábitos alimentares. Dentre estes, o arroz-do-pantanal²⁸, considerado uma importante fonte para sua subsistência. Sua colheita acontece no período da cheia do Pantanal, pois “[...] é coletado nos campos inundados e brejos, durante a cheia. Os Guató coletam o arroz em suas próprias canoas.” (OLIVEIRA, 1995, p. 144). Em seguida, o arroz era posto para secar e depois socado em um pilão para descascar, sendo finalmente cozido para o consumo.

Segundo Oliveira (1995, p.148) há poucos relatos sobre a agricultura desenvolvida pelos Guató. Sabe-se por escassos registros que cultivavam milho, mandioca, batata, abóbora, algodão e fumo. As roças provavelmente eram feitas em terrenos mais elevados para proteger das inundações provocadas pelas cheias dos rios do Pantanal.

Em relação à outra fonte alimentar tradicional dos Guató, Oliveira (1995, p.165) destaca o consumo de peixes. A pesca era a atividade mais tradicional e dela participava toda a família, inclusive mulheres e crianças. Utilizavam, basicamente, a canoa, o arco e a flecha para capturar o peixe. No entanto, havia arcos e flechas específicas que usavam para a caça de animais ou a pesca como explica o autor:

[...] compreende flechas com pontas de arpão em osso ou “*mats'áabaga*”, especialmente destinadas à pesca. A ponta é presa numa espiga com várias farpas que é encaixada frouxamente na parte superior da vareta, e ligada à haste por uma corda de fibras de *magueto* (*Bactris glaucescens*), chamada “*eits'degeri*”. Ao atingir o peixe a ponta se desprende da vareta, permanecendo presa apenas na haste que funciona como um flutuador.

²⁸ Planta nativa que até hoje a população tradicional ribeirinha utiliza na sua culinária.

(OLIVEIRA, 1995, p. 159).

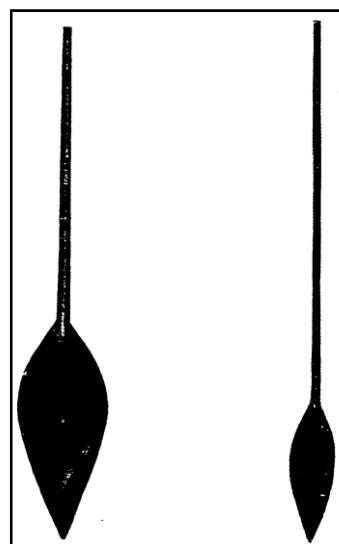
Nas pescarias, geralmente, o homem ficava em pé com o arco e a flecha para tentar apanhar o peixe, e a mulher permanecia sentada, remando na popa da canoa. Ainda, segundo Oliveira (1995, p.17), “[...] a pesca praticada em conjunto (homem e mulher) demonstra a organização social dos Guató, baseado em famílias autônomas, que viviam de forma isolada umas das outras, adaptando-se ao ecossistema pantaneiro”.

Pode-se observar nas figuras a seguir, cujo desenho de Hercule Florence (1827) retrata uma família Guató em sua canoa no Pantanal, com destaque para o desenho do remo infantil, e do remo adulto. Assim descreve Oliveira (1995):

Figura 06: Família Guató,
pintada por Florence (1825 a 1829)



Figura 07: Remo infantil e
adulto dos Guató, por
Schmidt, 1942



Fonte: Oliveira (1995, p. 160 e 167).

Pelas imagens retratadas, podemos constatar que a confecção de artefatos indígenas, neste caso, a canoa e os remos, liga-se às situações do cotidiano. Assim, como podemos identificar as singularidades de um artefato produzido por um povo percebemos que “[...] estão vinculados à fruição estética, isto é, desfrutam de uma criação artística ímpar, que tem também o caráter de atribuição identitária ao grupo indígena criador”. (SILVA; COSTA, 2018, p. 56).

As pesquisas bibliográficas citadas apontam que as famílias Guató eram consideradas patrilineares, sendo permitida a poligamia, pois os homens poderiam ter várias mulheres para compor sua família. Geralmente, eles tinham de duas ou três mulheres e para ter este direito, passavam por um ritual de passagem da adolescência para a vida adulta. Nesse ritual, os homens

eram obrigados a caçar onças. A cada onça caçada, dava o direito de ter uma esposa, e ser um indicativo de coragem que inspirava prestígio e respeito perante aquela sociedade.

As representações através de desenhos e os relatos feitos pelos viajantes, demonstravam que os Guató eram exímios canoieiros, descritos como indígenas que passavam boa parte do tempo em cima de uma canoa, faziam quase tudo dentro dela, inclusive dormir. Detalhes deste cotidiano que foi ilustrado por Florence no desenho acima, com uma família Guató em uma canoa navegando nas águas do Pantanal.

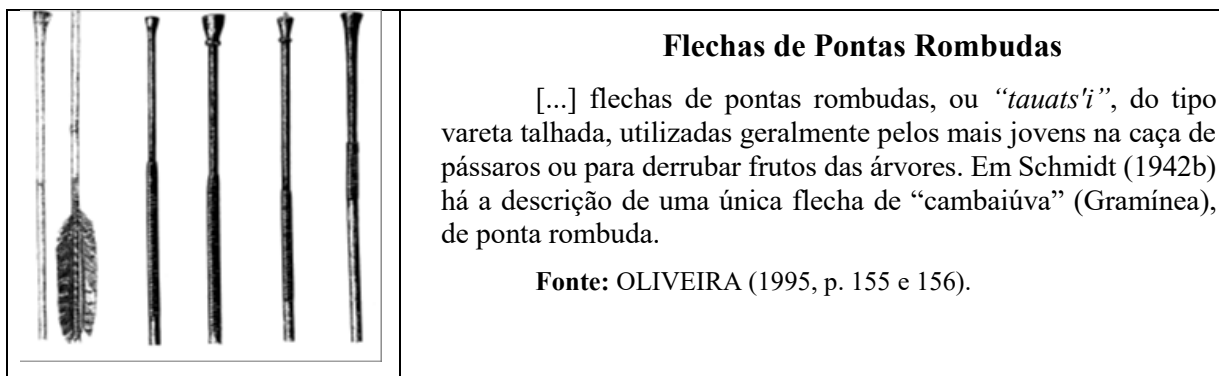
Oliveira (1995) estudou os Guató, baseando-se nas anotações e registros feitos por viajantes como Hercule Florence. Sendo assim, o autor afirma que:

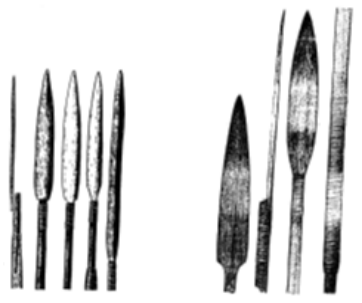
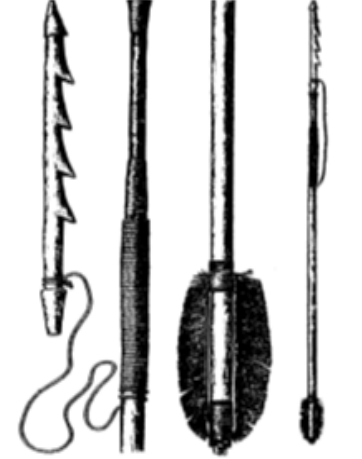
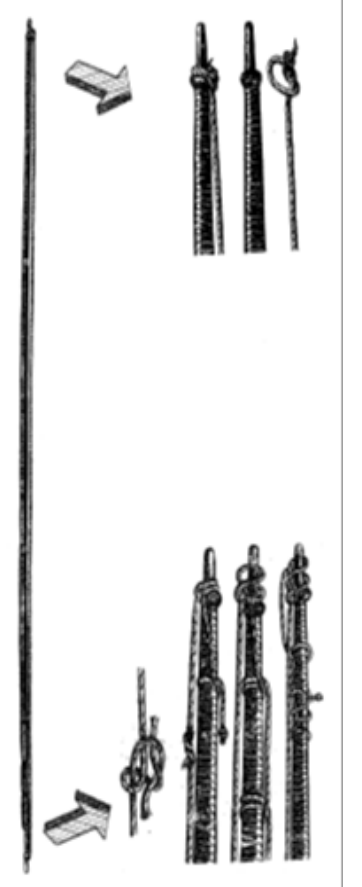
A canoa monóxila ou *manum* é o principal meio de transporte para os Guató, principalmente na cheia, a tal ponto que as pernas dos homens são pouco desenvolvidas e arqueadas para dentro, enquanto o tronco permanece notadamente mais desenvolvido por causa da atividade de remar. (OLIVEIRA, 1995, p. 165).

Constata-se que, desde as primeiras notícias dos Guató, eles estão relacionados à canoa e ressaltam sua habilidade de conduzi-la nas águas do Pantanal. Por isso, os colonizadores quando necessitavam de remadores ou guias frequentemente recorriam aos Guató, considerados notáveis navegadores. Não somente para serem guias em viagens pelo Pantanal, mas também faziam encomendas e compravam canoas fabricadas por esses indígenas que eram consideradas eficientes para o transporte de pessoas e de mercadorias na época das cheias do Pantanal.

Em síntese, apresentamos como era a confecção do arco e algumas flechas dos Guató, através dos estudos Oliveira (1995) publicado em sua dissertação de - *Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Mato-grossense*:

Quadro 02: Flechas utilizadas pelos Guató



	Flechas de Pontas Lanceoladas de Taquara [...] flechas de pontas lanceoladas de taquara, com encaixe, geralmente sulcadas e com ombros, chamadas de “<i>mandauts'i</i>”. Destinam-se à caça de grandes animais como onça-pintada (<i>Panthera onca</i>) e cervo-do-pantanal (<i>Blastocerus dichotmus</i>). Fonte: OLIVEIRA (1995, p. 156 e 157).
	Fecha “<i>mats'áabaga</i>” [...] compreende flechas com pontas de arpão em osso ou “<i>mats'áabaga</i>”, especialmente destinadas à pesca. A ponta é presa numa espiga com várias farpas que é encaixada frouxamente na parte superior da vareta, e ligada à haste por uma corda de fibras de <i>magueto</i> (<i>Bactris glaucescens</i>), chamada “<i>eits'áegeri</i>”. Ao atingir o peixe a ponta se desprende da vareta, permanecendo presa apenas na haste que funciona como um flutuador. Segundo os relatos orais, as pontas ósseas eram trabalhadas com pequenos alisadores de arenito, que poderiam ser facilmente transportados nas viagens. Fonte: OLIVEIRA (1995, p. 159 e 160).
	Arco Guató O arco Guató ou <i>magatcha</i>, muito bem descrito por Schmidt (1942b), é utilizado nas atividades de caça e pesca, também em guerras. Pode ser classificado, segundo o corte transversal, como “arco circular”, isto é, arco “<i>cuja secção reta transversal na altura da empunhadura apresenta forma circular</i>” (Ribeiro, 1988, p. 216). É feito exclusivamente da madeira da palmeira carandá. (<i>Copernicia alba</i>), como bem diz o Guató Pedro Gomes da Silva ou <i>Gatu</i>: “<i>Nós, os Guató, só de carandá</i>”. Em regra, o tamanho do arco é superior ao de seu dono, geralmente medindo de 2 m a 2,25 m de comprimento e 3,5 cm de largura, conforme as informações de Figuêiredo (1939), Leverger (1862a), Koslowsky (1895) e Schmidt (1942b). [...] Em tempos mais remotos deveria ser confeccionado com outros materiais, inclusive, líticos. Após o acabamento da madeira o arco é lubrificado com resina de jatobá (<i>Hymenaea</i> spp.) ou cera de abelha, e depois revestido com tiras de imbê (<i>Philodendron imbe</i>) para evitar rachaduras, permanecendo descoberto apenas os ombros. [...] De acordo com os relatos orais e com os dados disponíveis em Castelnau (1949), Koslowsky (1895) e Schmidt (1942b), a corda é feita com fibras longas de tucum (<i>Bactris glaucescens</i>). Menos freqüentemente pode ser feita de fibra de raiz de figueira (<i>Ficus</i> spp.) ou tripa de bugio (<i>Alouattacaraya</i>). As cordas poderiam ser enceradas com cera de abelha. Fonte: OLIVEIRA (1995, p. 150 e 152).

Este quadro mostra um pouco a variedades de flechas utilizadas pelos Guató no seu cotidiano, cada uma delas tinha uma função específica para as atividades de caça de animais terrestres, aves e peixes no Pantanal. Assim, estas ferramentas fabricadas pelos Guató, eram fundamentais para sua sobrevivência. Conforme Melatti (1972, p.54) descreve “Para eles, a caça constitui trabalho, já que não poderiam deixar de fazê-la, se quiser ter alimentos ricos em proteínas”. Ao mesmo tempo demonstra as especificidades deste povo indígena referente aos outros povos indígenas da região do Pantanal.

Em relação à Bacia do Alto Paraguai, pontualmente Cáceres (antiga Vila Maria/ São Luiz), a pesquisadora Costa (2015, p. 205) afirma que existem fortes vestígios que indicam que havia um núcleo do povo indígena Guató. Sugere que o caso precisa de pesquisas mais detalhadas para uma regularização fundiária futura.

Destaca que “[...] a depender de estudos de identificação territorial, acha-se o terceiro núcleo, na região de Cáceres” (COSTA, 2015, p. 205). Esperamos que o nosso trabalho desperte o interesse de professores e alunos das escolas de Cáceres (MT) em pesquisar o “terceiro núcleo” Guató, citado por Costa (2015), para subsidiar o ensino da temática indígena na escola.

2.4 Povo Indígena Guaná

Em destaque, o povo indígena Guaná inicialmente, remete-nos à pesquisa do antropólogo Cardoso de Oliveira, na obra *Do Índio ao Bugre* (1976) para compreender a história do povo Guaná.

Para Cardoso de Oliveira (1976)²⁹, a classificação dos Guaná deve considerar os subgrupos: Terena, Layâna, Exoaladi e Kinikináu. E, sua localização antes dos primeiros contatos com os espanhóis. Classificou-os como povo indígena da família linguística Aruak. Ainda, segundo o pesquisador, antes da chegada dos espanhóis, os Guaná viviam na região do Chaco, região que hoje pertence ao Paraguai, que faz fronteira com o Brasil.

O contato dos indígenas Guaná e os não indígenas, representado pela chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis, no início e decorrer do século XVIII, segundo Cardoso de Oliveira (1976, p. 26) ocasionou uma forte migração dos Guaná e seus subgrupos para o lado lusitano, “[...] atravessando o rio Paraguai, passando para suas margens orientais [...]”, onde hoje, se reconhece como a região do Pantanal, no sul de Mato Grosso.

²⁹ Optamos por referenciar o nome do autor Roberto Cardoso de Oliveira, como Cardoso de Oliveira, para facilitar o acesso do leitor aos estudos sobre os Guaná, haja vista, que no mesmo capítulo temos outro autor com sobrenome Oliveira, que realizou um importante trabalho sobre os Guató, Jorge Eremites de Oliveira.

As autoras Circe Bittencourt e Elisa Ladeira publicaram a obra *A história do povo Terena* (2000) a partir de uma pesquisa com um dos subgrupos Guaná, os Terena, afirmando que: “Atualmente todas estas nações que compunham os Guaná estão agrupadas sob a denominação de Terena (Efeienoe), apesar de muitos dos velhos saberem se são descendentes dos Layana ou Kinikinaua (*Equiniquinao*).” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.36).

Essa informação de que os Terena seriam um dos últimos subgrupos dos Guaná, que sobreviveram ao contato com os conquistadores, também foi destacada por Cardoso de Oliveira em estudos na década de 1970. Por outro lado, esse autor destaca uma situação muito interessante, apesar do contato entre os Guaná e colonizadores ter quase extinguido esses indígenas “[...] vem tendo sua população sensivelmente aumentada” (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 21). Isso nos lembra da ponderação de Monteiro (1995) sobre o crescimento das populações indígenas no Brasil, apesar dos contatos conflituosos com os colonizadores.

Cardoso de Oliveira (1976) também argumenta que o povo Guaná era um grupo com grandes habilidades em atividades produtivas, dentre elas, pastoreio. Desenvolviam esta atividade porque aprenderam pela convivência com os Mbayá-Guaicuru, que criavam cavalos. O cultivo de lavouras de milho, feijão, batata, cana, mamão, banana, abóbora, melancia e outros de sua tradição Aruak, permitiu o crescimento populacional deste subgrupo.

A habilidade de cultivar plantas, os Guaná trazem de sua tradição Aruak, que data ao período anterior à chegada do europeu em terras na América do Sul. Segundo Cardoso de Oliveira (1976), as primeiras informações historiográficas, em meados do século XVI, registrados através do relato do conquistador espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca que definiu os Guaná “[...] índios possuidores de uma agricultura bem desenvolvida [...]”. E afirmou que cultivavam a terra durante o ano inteiro, tendo bons resultados (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 31).

Essa análise sobre os Guaná no período pré-colonial também foi o tema de pesquisa de Iara Quelho de Castro (2011), com título *De Chané-Guaná a Kinikinau: da Construção da Etnia ao Embate entre o Desaparecimento e a Persistência*. Nela menciona-se que antes dos colonizadores chegarem os Guaná praticavam a captura, principalmente, de mulheres e crianças que “[...] eram incorporados na camada social dos “comuns” (*wahere*), respondendo a ambição dos seus caciques de organizar grandes aldeias produtivas, reunindo o maior número de pessoas” (CASTRO, 2011, p. 118). O objetivo era ter mão de obra para o cultivo de roças e tecelagem, porque também praticavam o comércio. A autora também destaca que “[...] Os viajantes Chané-Guaná, portanto, percorriam grandes extensões territoriais para realizarem suas trocas.” (CASTRO, 2011, p. 82).

É importante destacar também, a ligação que havia entre os Guaná e Mbayá-Guaikurú, que coexistiam na região do Chaco (hoje, Paraguai), indicada por Cardoso de Oliveira (1976, p.31) ao trazer o testemunho de Ulrico Schmidl, sobre a relação de submissão dos Guaná aos Mbayá- Guaikurú.

Entretanto, Bittencourt e Ladeira (2000, p. 36), referem-se a esta relação como de aliança. “A história das duas nações mostra que as alianças feitas entre elas foram muito importantes nas lutas contra tribos inimigas e contra espanhóis e portugueses”. Esta convivência foi possível, segundo as autoras, justamente pelo fato de terem um modo de vida diferente: os Guaná eram hábeis agricultores e os Mbayá-Guaikurú além de controlarem um vasto território, suas atividades em busca de alimento eram relacionadas à caça e pesca. Esta ligação perdurou mesmo quando os Guaná migraram para a região pantaneira de Mato Grosso.

As autoras Bittencourt e Ladeira (2000, p. 37) indicam que estas alianças se corporificavam por meio de trocas de alimentos cultiváveis, roupas de algodão e outros produtos, em contrapartida, os Mbayá-Guaikurú forneciam ferramentas (facas e machados de ferro) para utilizarem na plantação. Além de fazer a segurança dos Guaná contra seus inimigos. Essa relação de aliança, baseada nas trocas de produtos e de segurança foi alvo de pesquisa de Verone Cristina Silva (2001) em sua dissertação: *Missão, Aldeamento e Cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. A autora aponta outras práticas sociais entre os Guaná e Mbayá-Guaikurú como “[...] as relações de casamento, a presença de filhos nascidos da união entre Guaná e Guaikurú e ainda crianças Guaná criadas entre os Guaikurú, com comportamentos e práticas culturais semelhantes aos deles.” (SILVA, 2001, p. 25). Da mesma forma, Silva aponta que entre os Guaná e Mbayá-Guaikurú também houve conflitos de interesses em alguns momentos dessa relação.

Bittencourt e Ladeira (2000) explicaram que os Mbayá-Guaikurú eram considerados um povo guerreiro que, desde os tempos primordiais enfrentaram e lutaram com outros povos indígenas e os colonizadores. Mesmo quando se deslocaram através do rio Paraguai no Pantanal para imediações de Corumbá, mantiveram a fama de aguerridos guerreiros. Continuaram utilizando as mesmas estratégias de antes para se impor aos demais povos indígenas e desafiar os colonizadores na região. Esta relação entre indígenas se configurava e reconfigurava em alianças e conflitos.

As autoras apontam uma situação interessante que indica a relação de aliança e conflito entre os indígenas, conforme o interesse de cada povo. O exemplo foi o acordo celebrado entre Mbayá-Guaikurú e portugueses em 1791. Asseguraram um tratado que os transformou em súditos de Portugal. A partir deste acordo:

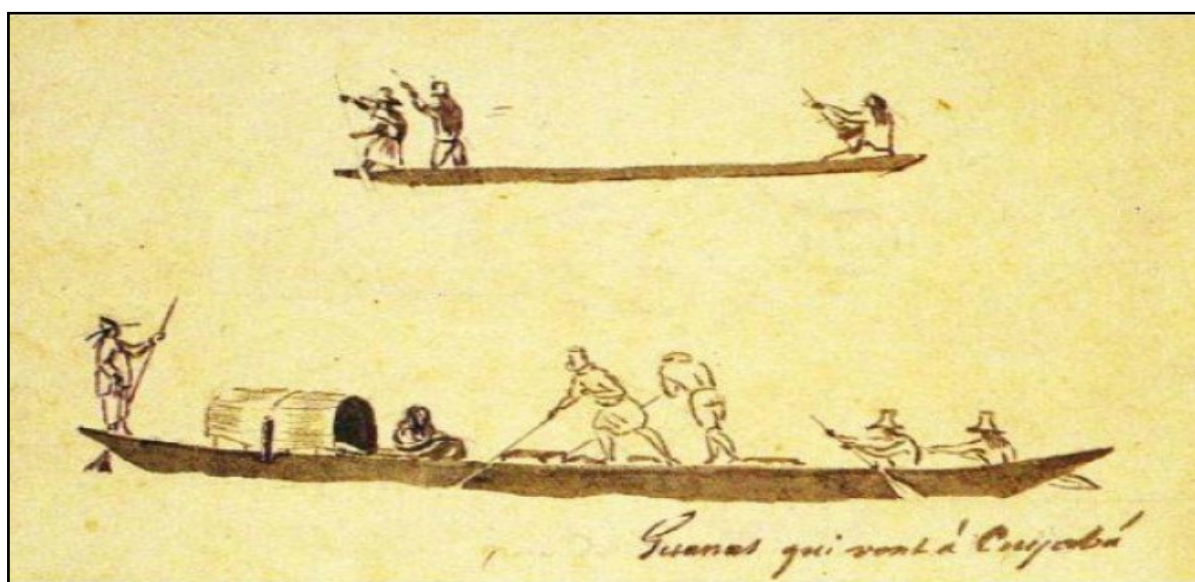
[...] a aliança entre os Guaicuru e os Guaná começou a se enfraquecer. Os Guaná não necessitavam mais da "proteção" dos Guaicuru e ampliaram o contato com os brancos, principalmente depois da independência do Brasil em relação a Portugal. (1822) (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.42).

Este contato dos Guaná com os não indígenas foi reforçado com um comércio intenso com os brasileiros e ampliaram sua produção de alimentos cultivando mais roçados. Francis Castelnau registrou na expedição pelas *Regiões Centrais da América do Sul*, no ano de 1845, as novas práticas econômicas introduzidas a partir do contato com o colonizador:

Os Guanás são trabalhadores e ocupavam-se da agricultura; plantam cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, feijão, banana, milho, cará e batata doce; constroem engenhocas para moer cana, fabricam rapadura e destilam aguardente em alambique de barro, com um cano de espingarda servindo de pescoço. Fabricam também vasilhas de barro. (CASTELNAU, 1949, p. 247).

Assim como, retratou o viajante Hercule Florence em sua expedição entre os anos 1825 a 1829, quando teve contato com os Guaná, ele registrou através do desenho duas canoas desse povo rumo à Cuiabá, demonstrando o comércio que era realizado pelos indígenas Guaná em contato com os colonizadores.

Figura 08: Duas pirogas dos Guaná que vão à Cuiabá



Fonte: Hércule Florence (1977, p. 105).

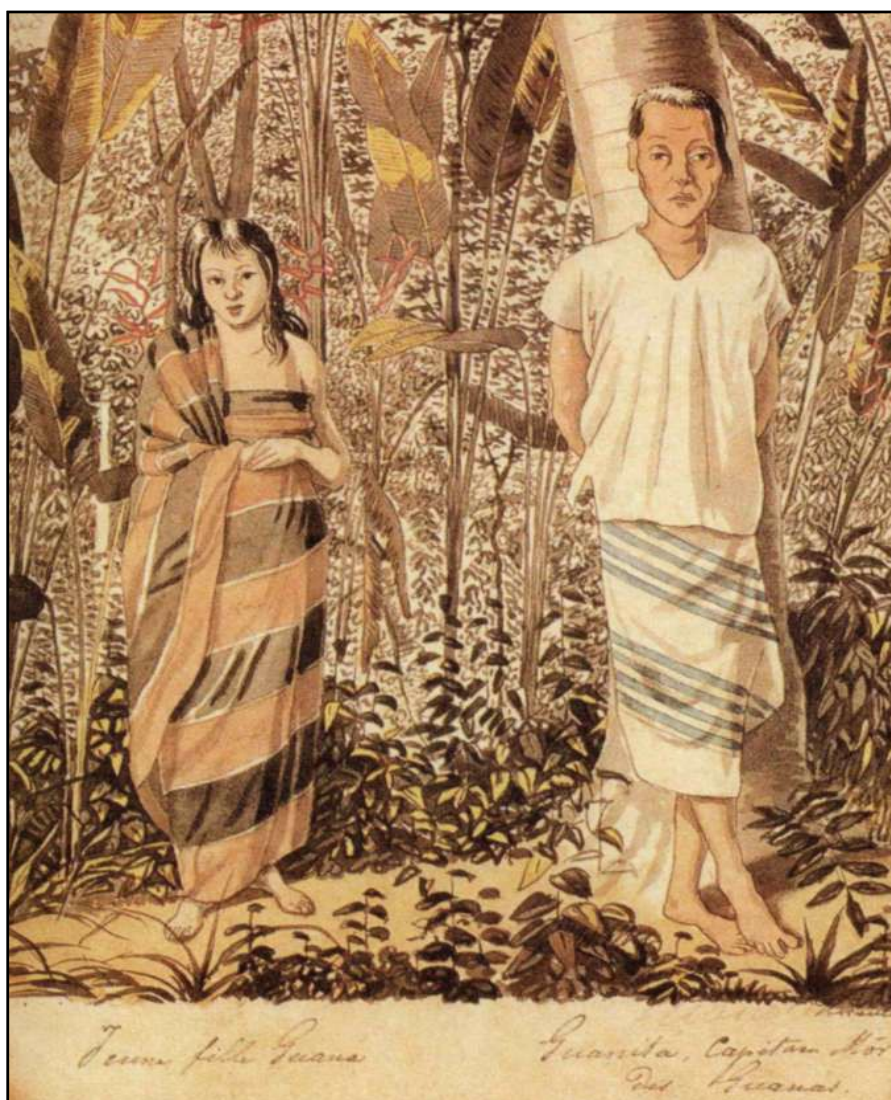
A narrativa de Castelnau, como outros viajantes, elogiavam os Guaná pelas suas vestimentas. Desde os primeiros contatos admiraram sua grande habilidade em fabricar e tingir tecidos. Relataram que estas atividades eram desenvolvidas pelas mulheres Guaná. Silva (2001)

aborda a narrativa do Barão de Langsdorff e mostra o interesse e a curiosidade dos Guaná e exalta a qualidade dos tecidos produzidos pelas mulheres:

[...] Os panões dos Guaná e observou que além de belos e resistentes, eram impermeáveis à chuva, tendo servido muitas vezes para cobrir os acampamentos da expedição. Para o viajante era uma mercadoria de grande valor econômico. (SILVA, 2001, p. 38).

O expedicionário russo via estes tecidos como mercadoria de grande valor pelas suas qualidades de beleza, resistência e impermeabilidade. Na imagem da figura 09, trata-se de uma ilustração de Hercule Florence (1825-1829), que acompanhou a Expedição Langsdorff. O artista viajante detalha as roupas produzidas e usadas pelas mulheres Guaná.

Figura 09: Moça Guaná e Guanité, chefe dos Guaná e vestimentas



Fonte: BITTENCOURT; LADEIRA (2000, p. 43)

Outra característica dos Guaná que podemos destacar são suas moradias fixas em lugares em que podiam realizar o cultivo dos roçados. Ao contrário dos Guató e Guaicuru, suas aldeias eram grandes e reuniam uma população numerosa, pois, pela produção agrícola complementada com a caça, pesca e extrativismo asseguravam a sua subsistência no local com a produção de excedentes para as trocas.

Silva (2001) fala que as habitações dos Guaná foram descritas pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira entre os anos 1783 e 1792. Este referia-se ao formato de suas habitações como casa oval nas proximidades do presídio de Nova Coimbra. Eis suas palavras:

O naturalista lembra que os Guaikurú não construíam habitações fixas como os Guaná, mas aldeias temporárias, abrigando-se em “esteiras de piri-piri” horizontalmente estendidas; todos dormiam no chão sobre couros de boi ou peles de onça, de veado, de porcos do mato e de ariranhas, cobertos cada um, por um grande cobertor de algodão listrado de branco, vermelho e negro. (SILVA, 2001, p. 23).

Na citação de Silva (2001), indiretamente, constata-se que os Guaná construíam casas fixas e permanentes ao contrário de seus aliados Guaicuru. Essas moradias sofreram mudanças ao longo do tempo, sendo influenciadas pelo *Regulamento acerca das Missões de Catequese e civilizações dos Índios*, lei governamental criada para indígenas em 1845. Silva (2001) refere-se as descrições das casas dos Guaná, do naturalista francês Castelnau, da metade do século XIX, quando cita que as casas eram “[...] dispostas em forma quadrangular” (SILVA, 2001, p. 23).

Não significa que todas as moradias do povo Guaná, a partir deste período, foram construídas no padrão do regulamento imposto pelas autoridades. Silva (2001) analisou outras fontes do mesmo período e encontrou um desenho de moradias dos Guaná do cronista e engenheiro militar Alfredo d'Escagnolle Taunay, em 1864, durante a Guerra do Paraguai, na Serra de Maracaju, com o mesmo formato tradicional, como foi registrado por Alexandre Rodrigues Ferreira.

Entre os anos de 1843 e 1844, os estudos de Silva (2001, p. 93) apontam que iniciou uma migração dos Guaná de Albuquerque (hoje, Corumbá/MS) para Cuiabá (MT). Ocuparam a margem direita do rio Cuiabá, local que foi concedido pelo Presidente da Província de Mato Grosso. Porém, antes desta migração para Cuiabá, os Guaná cogitaram em migrarem e se fixarem em Vila Maria.

Essa decisão mostra que os indígenas também souberam impor seus interesses perante os colonizadores. Esta questão Almeida (2003) abordou no artigo *Identidades Étnicas e Culturais: Novas Perspectivas para a História Indígena*:

Os povos indígenas não estavam na América à disposição dos colonizadores, nem com eles colaboraram por ingenuidade ou tolice. Ao contrário, responderam ao contato de acordo com suas próprias motivações, ligadas à dinâmica de suas organizações sociais, que igualmente se modificam no decorrer do processo histórico. (ALMEIDA, 2003, p. 29).

Os Guaná, no momento de se fixar em Cuiabá, consideraram suas motivações e interesses. Queriam romper com os Mbayá-Guaikurú com quem tiveram uma aliança de longa duração. Firmaram este acordo com os Guaicuru quando seus interesses, no Chaco paraguaio, estiveram ameaçados por outros povos inimigos.

Outro motivo que podemos citar nessa decisão dos Guaná, seria o interesse em expandir o comércio, como possibilidades de ampliarem as diversas atividades econômicas que exerciam. Dados descritos por Silva (2001) contemplam seus interesses ao firmar alianças com autoridades de Mato Grosso:

[...] as terras concedidas pelo Presidente da Província, localizadas na margem direita do rio Cuiabá, em frente ao Porto Geral, passando a interagir diretamente com o cotidiano da cidade. Trabalhavam como remadores de embarcações que faziam o trajeto de Cuiabá a Corumbá, chegando mesmo até a Província de São Paulo; e também como comerciantes, carregadores, coletores da poaia, trilhadores de estradas, entre outras atividades. (SILVA, 2001, p. 6).

Para finalizar, os Guaná souberam impor interesses e fazer sua própria história. Foram integrados à colonização como aliados sem deixar de ser índios Guaná. Silva (2001, p131), demonstrou que os Guaná e seus descendentes ainda estão na cidade de Cuiabá e nos arredores socializando-se e fazendo sua história. Continuam lutando pelo seu espaço e vivenciando a nova realidade que experimentaram com o passar do tempo.

2.5 Dinâmica da Cultura

Destacaremos algumas singularidades dos povos indígenas em questão, considerando a diversidade linguística de cada etnia, justamente para confrontar uma ideia que ainda persistente como: “[...] não é raro encontrar pessoas que acreditam que todos os índios do Brasil falam língua Tupi” (MELATTI, 1972, p. 41). Além de diferentes hábitos e costumes.

Entretanto Laraia (2001) nos alerta que a cultura não é estática, e sim, é dinâmica, portanto os hábitos e costumes sofrem alterações “interna” que segundo Laraia são mudanças que acontecem mais lentamente e quando existe o contato com o “outro” a mudança acontece de maneira mais rápida e até mesmo bruscamente.

Logo, os contatos dos indígenas com os não indígenas, sejam através de alianças ou conflitos, provocaram mudanças em seus costumes e ao mesmo tempo, adaptações a uma nova realidade imposta pelo projeto do colonizador português. Assim como, os não indígenas tiveram que lançar uso de muitas técnicas oriundas dos nativos e a força de trabalho dos indígenas para conseguir seus objetivos.

Compreender as histórias e culturas dos povos indígenas, permitem ao professor trabalhar a temática indígena em sala de aula com mais clareza, e destacar a singularidade dos povos indígenas para eliminar estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas, conforme Silva e Costa (2018) destacam:

[...] é fundamental aos professores indicar a diversidade bastante significativa que há entre as sociedades indígenas localizadas no Brasil (e em outros lugares das Américas), em termos de adaptação ecológica a diferentes ambientes e em termos sociais, políticos, econômicos, culturais e linguísticos. (SILVA; COSTA, 2018, p. 29).

Em síntese, estudar os povos indígenas exige do professor, um estudo sobre a cultura material e imaterial, com destaque dos saberes indígenas. Dentre estes, arcos, flechas, remos, moradias, canoas e outros artefatos utilizados por cada um dos povos indígenas significa conhecer as especificidades destes povos conforme explica Silva e Costa (2018, p. 29) “A funcionalidade artesanal proporciona inúmeros saberes que estão inseridos em todos os aspectos da vida na aldeia”.

Assim, encerramos este capítulo, no qual analisamos parte da história dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, mostrando sua procedência, características e algumas especificidades culturais. Por meio dos dados da história e das culturas dos povos indígenas anteriores a fundação de Vila Maria, permitem compreender que o povoamento e a consolidação deste povoado colonial português e, depois a freguesia de São Luiz, representa uma importante referência na ocupação e consolidação da fronteira provincial de Mato Grosso, e respectivamente do império brasileiro.

CAPÍTULO III

OS CHIQUITANO, BORORO, GUATÓ E GUANÁ NA VILA MARIA DO PARAGUAI (1778) E SÃO LUIZ DE CÁCERES (1874)

Neste capítulo, apresentamos parte da história e das culturas dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, em Vila Maria até a elevação de São Luiz de Cáceres à freguesia, entre os anos de 1778 a 1874. Analisamos a presença desses indígenas no contexto do povoamento e do espaço de colonização portuguesa e luso-brasileira, visibilizando suas relações socioculturais e econômicas com não indígenas.

Expomos as principais contribuições dos indígenas para a formação dessa espacialidade na configuração colonial da capitania de Mato Grosso e, também como província imperial. A partir da análise de fragmentos dessas histórias e manifestações culturais desses indígenas desenvolvemos esta narrativa historiográfica e, uma proposta de ensino da temática indígena para professores através do *Site Didático: A Presença de povos indígenas em Vila Maria do Paraguai (1778) e em São Luiz de Cáceres (1874)*.

A história de contato dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná com os não-indígenas, como apontamos no primeiro capítulo, embasa-se teoricamente na História Indígena que reconhece a participação e o protagonismo dos povos indígenas na História do Brasil. Assim, indicamos a importância da presença desses indígenas no povoamento de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, quando analisamos a participação dessas sociedades em várias atividades cotidianas que envolviam práticas sociais, culturais e econômicas.

Em termos de leitura das manifestações culturais desses indígenas, tomamos de empréstimo, o conceito de cultura do antropólogo Roque Laraia (2001), ao afirmar que a cultura não é estática, mas dinâmica. Nas relações culturais as mudanças podem ocorrer de forma interna e externa.

Segundo o autor, as mudanças que ocorrem internamente são consideradas mais lentas, porque acontecem entre os membros de um mesmo grupo, com suas próprias experiências. As externas seriam “[...] o resultado do contato de um sistema cultural com um outro” (LARAIA, 2001, p. 96). No entanto, a segunda podem ser mudanças de forma rápida, brusca e traumática ou de forma lenta e menos radical. Laraia também pontua que até meados do século XX, antropólogos e historiadores acreditavam que estas mudanças culturais internas e externas, levariam a aculturação dos povos indígenas provocando o seu desaparecimento.

Contudo, o conceito de aculturação como domínio de uma cultura sob outra passou a ser contestado por teóricos como John Manuel Monteiro (1995), João Pacheco de Oliveira (2006) e outros. Maria Regina C. de Almeida (2010, p. 25) afirma que, “percebe-se que os movimentos indígenas da atualidade somados aos novos pressupostos teóricos da história e da antropologia conduzem ao abandono de antigas concepções que contribuíram para excluir os índios de nossa história”.

Repensar os contatos entre os povos indígenas e os colonizadores, a partir de impactos na cultura dos povos indígenas tornou-se um desafio para a história indígena, ou seja, a inclusão destes na História do Brasil e das Américas. Partimos do princípio de que estes povos se reorganizaram perante o projeto de conquista e colonização de portugueses e espanhóis.

João Pacheco Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire (2006) argumentam que os povos indígenas se movimentavam geograficamente para sua sobrevivência e os colonizadores e viajantes não compreendiam as táticas utilizadas pelos povos indígenas. Afirmam que os conquistadores europeus “[...] pouco compreendiam como os índios se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português.” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 22).

O contexto histórico da fundação e do povoamento de Vila Maria em 1778, representava uma disputa entre os impérios coloniais ibéricos pelo território e a demarcação dos limites fronteiriços de seus domínios, habitados por dezenas de povos indígenas.

Nesta situação não se pode separar a conquista do domínio territorial da conquista das populações que nele viviam, pois invocou o direito internacional do *uti possidetis*³⁰, princípio que estabelece que aquele que ocupa um território é seu proprietário através do Tratado de Madri assinado entre as coroas baseava-se no domínio efetivo da ocupação e uso da terra. De maneira expansionista, as coroas transformavam também os povos originários em parte desse domínio.

3.1 Expansão portuguesa em Mato Grosso

Entender o processo global para pensar o ensino de História é fundamental para o aluno compreender o seu contexto histórico, considerando tudo que ocorre no local tem influência de fora e vice-versa. O historiador Michel de Certeau (1982) em sua obra *A Escrita da história*, chama a atenção para uma tendência da Historiografia Contemporânea, que considera que: “[...]”

³⁰ *Uti possidetis* - Princípio de direito internacional, segundo o qual os que de fato ocupam um espaço de determinado território possuem direito sobre o mesmo.

o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global, e sim a história que trabalha nas zonas silenciosas, nas margens” (CERTEAU, 1982, p. 87).

Circe Bittencourt insere-se nessa discussão de abordagem historiográfica, no artigo *Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História* (2012), ao indicar que o professor não deve abdicar da história global/total para trabalhar com o aluno em sala de aula, pois a História Local está ligada ao mundo. Portanto, excluí-la não é recomendado. Em suas palavras, observamos a importância da História Global, pois:

O estudo da sociedade de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do “outro”, de uma “outra sociedade”, “outros valores e mitos”, de diferentes momentos históricos. (BITTENCOURT, 2012, p. 27).

A partir dessas perspectivas escolhemos as nossas leituras historiográficas para desenvolver esta dissertação, articulando o global à experiência local do aluno, em seu imaginário. Na aula de abertura do conteúdo: *As Grandes Navegações Marítimas* na Idade Moderna apresentamos um roteiro para se chegar na história local de Vila Maria em 1778, com foco nos povos indígenas. Iniciamos o conteúdo sobre a colonização da América por portugueses e espanhóis para que os alunos conheçam a relação entre a história global e a história local. Assim, estudamos a presença de indígenas em Vila Maria e São Luiz de Cáceres no processo de colonização.

No início do século XV, Portugal e Espanha, investiram capital nas grandes navegações direcionadas principalmente para o oceano Atlântico. O objetivo desta expansão marítima era conquistar terras, riquezas e mão de obra para seus fortalecimentos econômicos e de suas elites. Essas coroas travaram intensas disputas por terras da América, África e Ásia, para explorar suas riquezas naturais e sua gente.

Tais disputas e conflitos territoriais relacionados à conquista colonial levaram à assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, selando um primeiro acordo entre os dois países Ibéricos, que previa uma linha imaginária a 370 léguas a oeste de Cabo Verde e serviria de referência para a divisão das terras entre Portugal (terras a leste) e Espanha (terras ao oeste).

As Coroas Portuguesa e Espanhola protagonizaram a sua expansão marítima a partir do século XV, que segundo Boris Fausto (1995) correspondia aos interesses de setores que compunham a sociedade portuguesa:

Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei a

oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres é motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando “povos bárbaros” resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir, nos estreitos quadros da Metrópole, para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões.(FAUSTO, 1995, p. 23).

Os interesses econômicos, políticos e religiosos eram muitos, no continente americano que foram intensificados ao longo dos anos, fazendo-se presentes na América e ao mesmo tempo, explorando os recursos naturais. Conforme enfatiza Fausto (1995) ao descrever os diversos interesses da sociedade portuguesa na colonização da América.

No Tratado de Tordesilhas, as terras que hoje fazem parte de Mato Grosso pertenciam aos espanhóis, mas a partir dos meados do século XVI, e no decorrer do século XVII e XVIII, os portugueses foram ultrapassando os limites indicados pela linha imaginária, alargando domínios e construindo fronteiras estabelecidas em tratados. Os portugueses alargaram as fronteiras dos seus domínios ao adentrarem em terras não ocupados pelos colonos espanhóis, na América do Sul.

Nesta disputa pela região central da América do Sul, as ações se intensificaram nos séculos XVI e XVII, originando relatórios e cartografias produzidas por expedições e viajantes a serviço das coroas ibéricas. Costa (1999) destaca que as primeiras notícias sobre o rio Paraguai (bacia do Alto Paraguai), que margeia Vila Maria, e forma o que se denomina, Pantanal, foi anunciada pelos conquistadores espanhóis “[...] Cabeza de Vaca - Pedro Hernández, Hernando de Ribera e Ulrico Schmidt” (COSTA, 1999, p.18).

Esses conquistadores encontraram “Xarayes, lugar de grandes águas entrecortadas por muitos rios e habitado por milhares de indígenas” (COSTA, 1999, p. 17-18). Ainda, segundo Costa (1999, p. 19), “[...] em meados do século XVIII, a mesma região passou a ser o Pantanal. A denominação foi dada pelos portugueses del Brasil, os monçoeiros”.

As atividades monçoeiras realizadas pelos portugueses no século XVIII através das bandeiras, conforme relata Siqueira (2002) saíam do rio Tietê, na Capitania de São Vicente, avançando sobre as terras espanholas. As bandeiras lideradas por paulistas adentraram na bacia do Paraná/Paraguai e ao se embrenharem buscavam nestas terras “desejosos índios, mão-de-obra importante para capitanias que não adotaram plantio da cana-de-açúcar como atividade produtiva” (SIQUEIRA, 2002, p. 26).

Siqueira (2002) destaca que a descoberta do ouro no Cuiabá, propiciou o processo de colonização de Mato Grosso. Surgindo o primeiro povoado que recebeu o nome de Vila Real

do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no ano de 1727. Depois surgiram outras vilas e arraiais banhados por rios que fazem parte da bacia do rio Paraguai e da Amazônia.

Ao mesmo tempo, os reis de Portugal e Espanha costuravam um novo acordo que foi intitulado de Tratado de Madri, assinado no ano de 1750. Nesse tratado fundamentou-se o princípio do direito internacional que reconhecia o *uti possidetis* substituindo o Tratado de Tordesilhas, de 1494. Durante o processo de negociação desse tratado, o governo português usou da estratégia de povoar os territórios que pretendia como seu domínio no Pantanal.

Nesse contexto, o governo português criou a Capitania de Mato Grosso, no ano de 1748. Seguindo as instruções da Coroa Portuguesa, Dom Antônio Rolim de Moura escolheu no “[...] vale do Guaporé, o local onde fundou no ano de 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital mato-grossense”. (SIQUEIRA, 2002, p.45). E, na segunda metade do século XVIII, entre os anos 1775 e 1778, os portugueses intensificaram a colonização, construindo o forte de Coimbra, no rio Paraguai e a Fortaleza do Príncipe da Beira, no rio Guaporé, para a defesa da fronteira Oeste³¹.

Estas pretensões portuguesas também foram fortalecidas pela fundação de novas povoações que foram intensificadas ao longo do século XVIII, com a fundação de duas povoações em 1778, Albuquerque (atualmente, Corumbá/MS) e Vila Maria (atualmente, Cáceres/MT), entre Cuiabá e Vila Bela, capital da Capitania Mato Grosso. Outrossim, também foram fundadas São Pedro Del Rei em 1781 (atual Poconé/MT) e Casalvasco em 1785, próxima da então, Capital Vila Bela.

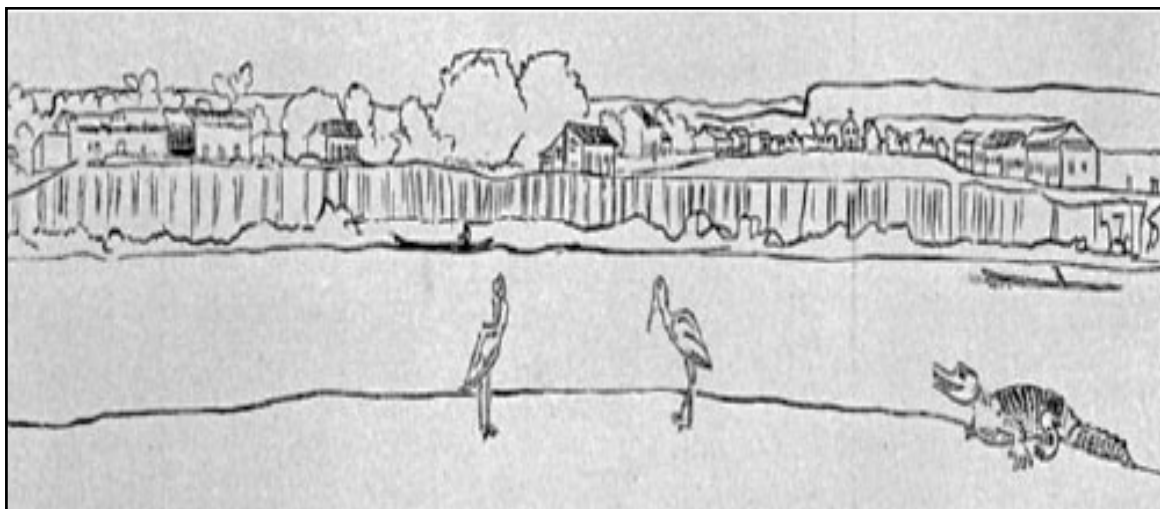
3.2 História Local da Vila Maria do Paraguai (1778-1874)

O francês Hercule Florence, integrante da expedição russa chefiada pelo Barão G.H. Von Langsdorff, que visitou o império brasileiro entre os anos de 1822 a 1829, esteve em Vila Maria no ano de 1827 e, traçou uma panorâmica da povoação. Antes se hospedou na fazenda Jacobina, onde conheceu a propriedade de João Pereira Leite, que lhe causou grande admiração a extensão territorial e, cuja população de escravos e agregados era superior a de Vila Maria.

A partir da ilustração panorâmica feita de Vila Maria por Florence, aliada ao estudo de Natalino Ferreira Mendes (2009), nos ajuda pensar a criação de Vila Maria e sua introdução no contexto da colonização europeia.

³¹ Nesta pesquisa consideramos o termo Fronteira Oeste para além da denominação geográfica de disputa territorial da América do Sul pelas Coroas Ibéricas, sobretudo como um lugar de relações étnicas.

Figura 10: Desenho de Vila Maria do Paraguai em 1827



Fonte: Hercule Florence, 1827³²

No contexto global de colonização portuguesa da parte sul do continente americano surge a Vila Maria (atual Cáceres), para constituir-se parte da fronteira Oeste com as colônias espanholas na capitania de Mato Grosso. O professor Natalino Ferreira Mendes (2009) em sua obra *História de Cáceres: História da Administração Municipal*, relata:

No dia 6 de outubro de 1778, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres faz fundar a povoação que se denominou Vila Maria do Paraguai, em homenagem à rainha reinante, D. Maria I, situada na margem oriental do rio Paraguai, sete Léguas ao norte da foz do Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, no caminho de Vila-Bela para Cuiabá [...]. (MENDES, 2009, p. 27).

A localização da vila, foi indicada pela Coroa portuguesa para ser efetuada num lugar estratégico para os interesses geopolítico, econômico e social. Sendo um entreposto entre a Capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. A historiografia sobre o período colonial indica que a fundação de vilas, como Vila Maria, tinha o objetivo de defender os interesses da coroa portuguesa diante dos espanhóis, baseando-se no princípio do *uti possidetis*.

Nesta teia de interesses portugueses comandada pelo capitão-general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a vila que já existia, foi oficializada em 06 de outubro de 1778, conforme registra o Termo de Fundação. Nesse documento oficial da Coroa portuguesa foram registradas as presenças de diversos indígenas oriundos de Missões da província de Chiquitos. Num trecho do Termo de Fundação escrita em 1778 por Domingos

³²Disponível em <http://www.folhadomeio.com.br/fma_nova/noticia.php?id=3651> Acesso em: 05/09/2019.

Ferreira Costa, posteriormente publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1865, estava escrito:

[...] para com effeito fundar, erigir e consolidar uma povoação civilisada, aonde se congregassem todo o maior numero de moradores possivel, comprehendidos todos os casaes de indios castelhanos proximamente desertados para este domínios portuguezes da provincia de chiquitos [...]. (REVISTA TRIMENSAL - IHGB, 1865, p.112).³³

Nas correspondências trocadas entre as autoridades lusas, anotaram que a presença de indígenas das missões de jesuítas da província de Chiquitos nas proximidades da fronteira Oeste era uma situação constante. Esse flagrante foi descrito pelo Tenente de Dragões Antônio Pinto Rego e Carvalho, quando escreveu do Registro de Jauru, no dia 21 de julho de 1778, para o capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres sobre as fugas de indígenas das missões espanholas de São João, São Rafael e Coração de Jesus. Populações e Missões que serão citadas na Ata Fundação de Vila Maria alguns meses depois. Segundo o tenente:

[...] Cinco Indios de Castella dois [da] Missaó de Saó Joaó, três de Saó Rafael [digo Missaó] do Coração de Iezus [...]. (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA, 2013, p. 105. Grifos do autor).

No mesmo documento, o remetente registrou que havia mais indígenas dessas missões chegando à Vila Maria, fugindo dos maus tratos que vinham sofrendo das autoridades espanholas. Um relato de Antônio Carvalho, três dias após a primeira data de chegada (24 de junho de 1778), mais indígenas chegaram à Vila Maria:

[...] chegaraó aeste destacamento trinta e tres [Indio] vindos daMissaó deSaó de [Crastos] Como de[ec]laraó dizendo serem as [causas] de sua [f]lugida as mesmas dos muitos aSoutes que[declararaó os[dimaís] que os dias passados [chedaraó] de que cientamente toma Parada que daqui [remete] dar parte aVossa[E]xcelencia. (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA 2013, p. 109. Grifo do autor).

Este documento evidencia que as autoridades portuguesas observavam com bons olhos o deslocamento desses indígenas para a fronteira Oeste, conforme relatou o Tenente Carvalho ao governador Capitão General Luiz de Albuquerque. Este enviou alimentos para alguns indígenas desse mesmo grupo, pois, haviam ficado para trás devido à precariedade e fome, na região de salinas. Escreve: “[...] lhe mandei hum pouco de [sentero] de farinha para [lheacudir] a dita fome que trazió [...]” (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA, 2013, p. 109). Além

³³Nesta dissertação usamos a grafia original dos documentos manuscritos ou impressos dos séculos XVIII e XIX.

de informar a necessidade de carne de gado bovino para todo o “lote”. Palavra usada pelo tenente para se referir aos indígenas.

Outro fator que chama atenção nesse documento que foi conselho do tenente Carvalho ao governador Luiz de Albuquerque sobre a fuga dos indígenas das missões espanholas para formar uma povoação:

[...] em quanto Vossa Excellencia não determinar para [ahonde devem [(hir)] não há mais remédio que hir lhes acodindo, e depois [de] se ajuntarem ton[d]os fazem huma boa [aldeia] Se eu soubese a [adev]inhar [se] Vossa Excellencia não queria eu resti[tu]ia [a todos] iam amanhã os Leuaua Comigo para o Paraguay porque seisso houver deser a sua habitaçáo La seachauaó se para cuyaba mais perto estavam mas emduvida não odeuo [fazer]. (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA, 2013, p. 111- 113. Grifo do autor).

Em outra correspondência enviada para Luiz de Albuquerque, datada em 12 de julho de 1778 (19 dias depois do documento manuscrito citado acima), Carvalho comunica que estão trabalhando na construção de novas casas e fazendo alguns reparos em outras casas no Registro do rio Paraguai. Expondo a escassez de ferramentas para realizarem os trabalhos de construções:

[...] e depois deconstruirem estas [Cazas] for sereuido que fação húa ou mais, da [que] atendendo a que o Concerto dasque ficão pell[as] Carestia dobreue pregos importara [tan]to como huma nova sefarão por[que] dizem que aqui perto nabeira do Rio da[ó] suficientes (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA, 2013, p.115 Grifo do autor).

Nota-se que as autoridades estavam construindo um local estratégico para abrigarem os indígenas que vieram fugidos das missões espanholas, pois naquele local poderia ser “fazem huma boa [aldeã]”, conforme citou Antônio Carvalho (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA, 2013, p. 111), ou uma vila para povoar. Acatando as ordens que havia recebido da Coroa portuguesa para defender as terras e manter longe, aos espanhóis.

A propósito da política de povoamento da Capitania de Mato Grosso, o autor Jovam Vilela da Silva (1995, p. 12) destaca a intenção da política de Povoamento e População com “[...] procedimentos legais denominadas Instruções Régias que determinaram o rumo político-social e estratégico de deslocamento populacional, povoamento e posse”.

O historiador Carlos Gomes de Carvalho (2005) anotou em sua obra, *Viagens ao Extremo Oeste: Desbravadores, Aventureiros e Cientistas nos Caminhos de Mato Grosso* ao transcrever um trecho do diário do Governador Luiz de Albuquerque escrito no ano de 1772, quando estava a caminho para assumir a capitania de Mato Grosso, em Vila Bela da Santíssima Trindade: “[...] O rio Paraguai que aqui corre já é bastante grande; acha-se aqui situada um

registro, aonde reside um pequeno destacamento, há fazenda de gado bastante povoada” (CÁCERES, Luiz [1772], *apud* CARVALHO, 2005, p. 101).

Esta fonte indica que no local onde foi oficializada a Vila Maria já havia um aglomerado humano composto certamente pelos militares portugueses do destacamento referido, alguns negros escravizados e indígenas que viviam ou circulavam pelo posto do Registro.³⁴

A historiadora Maria de Fátima Moraes (2003), na dissertação *Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste (1778-1801)* aborda o caráter de planejamento dos portugueses para consolidar seu poder na fronteira Oeste ao construir Vila Maria. Fala sobre o Registro do rio Paraguai, foi fundado pelo capitão general Luiz Pinto de Sousa Coutinho, fiscalizar o comércio e a passagem de pessoas:

No lugar onde seria edificada Vila Maria, já existia um sítio no ano de 1772, o antecessor de Luiz de Albuquerque, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, havia fundado um Registro no ponto em que a estrada de Cuiabá e Vila Bela atravessava o Paraguai, a fim de contabilizar o ouro que por ali passava e evitar defraudações do meio quinto, de que estavam isentos os moradores de Vila Bela, sediando no local um pequeno destacamento militar e uma fazenda de gado bastante povoada. (MORAES, 2003, p. 34).

A análise de Moraes (2003) mostra a estratégia portuguesa na ocupação do território, considerado pela Coroa espanhola como domínio seu. A criação de povoados portugueses fundando Arraiais e Vilas valeram-lhes na demarcação dos limites acertados no Tratado de Madri, de 1750. Costa (1999) estudou a demarcação das fronteiras nas terras do Alto Paraguai, considerando que os portugueses obtiveram o domínio das terras aonde fundaram Vila Maria, povoados e fortes militares.

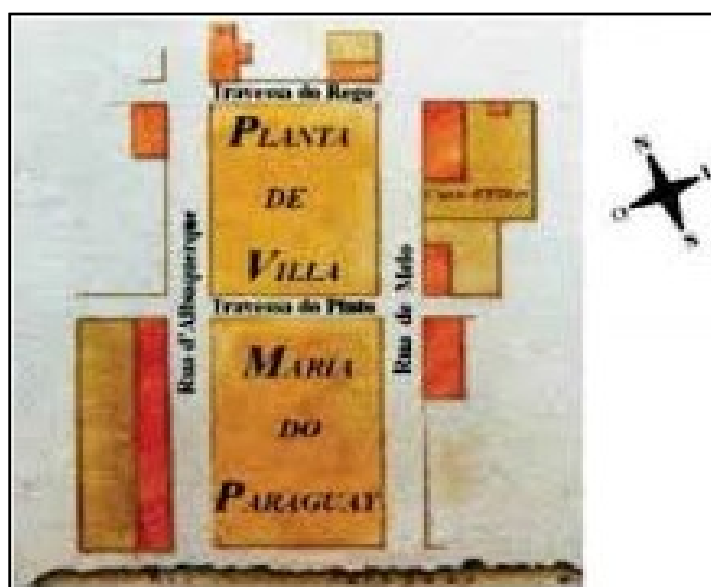
Neste local, na bacia do Alto Paraguai foi edificada a Vila Maria, às margens esquerdas do rio Paraguai, por ordem de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Moraes (2003, p.34) menciona que “[...] para a sua edificação, era plana, apresentando solos arenosos, mas cheios de pastagens. Seus recursos hídricos eram abundantes, tendo como referencial maior o rio Paraguai e seus afluentes”. Era um local com abundância de recursos naturais para atrair pessoas e garantir sua permanência. O carpinteiro João Martins Dias foi designado para demarcar as ruas e travessas.

Moraes (2003) argumenta que o projeto da planta urbana indicava que deveria seguir novos alinhamentos. A delimitação dos terrenos para ter um padrão que contava com duas ruas.

³⁴ Notadamente, conforme o Termo de Fundação de Vila Maria do Paraguai, o Registro em questão era denominado Registro do Rio Paraguai, que servia de posto de controle do acesso a Estrada Geral, seguindo pela Fazenda Real Caiçara (Ver também: **Annes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719 – 1830**).

Ao Norte, *Rua D'Albuquerque* e ao sul, *Rua de Mello*, e entre as ruas, foram estabelecidos dois espaços. O primeiro, próximo à margem esquerda do rio Paraguai foi destinada à construção da praça e da igreja. No segundo, deveria ser construído o corpo administrativo do povoado, sem construção de residências. Esse também deveria ficar livre para construção “do conselho e cadeia” (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* MORAES, 2003, p.70). Entre os espaços norte e sul, ficariam as duas travessas: *Pinto* e *Rego*. Conforme podemos observar na Figura 11, na planta de Vila Maria:

Figura 11 - Planta de Vila Maria do Paraguay – Ruas e Travessas 1785



Fonte: Autor não identificado. Acervo de Luis Albuquerque. Casa da Ínsua, Portugal. (NDIHR/UFMT, Microficha, 273).³⁵

Em análise, a planta arquitetônica de Vila Maria (Figura 11), o Termo de Fundação (Em anexo, págs. 127-130) e o desenho anterior (Figura 10, p.86) produzido Hercule Florence (1827), percebe-se que a preocupação inicial dos colonizadores portugueses era garantir primeiro a construção de casas de moradia em espaço delimitado, definindo padrões para a construção das casas e ruas, além das que foram reformadas para se enquadrarem na arquitetura colonial portuguesa como símbolos civilizatórios da modernidade.

No entanto, verifica-se que o corpo administrativo não foi construído logo após sua fundação. Moraes (2003) analisou duas aquarelas denominadas, *Prospecto de Vila Maria de São Luís do Paraguai* (1790) e *Vila Maria do Paraguai* (1798) e um desenho de Hercule

³⁵ Figura 10 – Desenho da Planta de Vila Maria do Paraguai de 1785. Disponível em <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60399.pdf> Acesso em: 05/09/2019

Florence de Vila Maria (1827) pintados por expedicionários que estiveram em Vila Maria. Ela destacou que “[...] permitem verificar que não foram construídas, nas primeiras décadas, algumas das edificações descritas no “Termo”, tais como a casa do conselho, a cadeia, e até mesmo a igreja foi erigida de forma precária” (MORAES, 2003, p. 73).

Ainda, conforme Moraes (2003) o processo de construção da vila foi lento, levando alguns anos para incorporar os edifícios públicos. Apesar do status de vila, não havia estrutura na prática que justificasse a denominação. O que se pode constatar era o esforço das autoridades para estimular o povoado, pela sua posição geográfica e estratégica aos interesses lusitanos na fronteira.

No Termo de Fundação de Vila Maria, uma das primeiras construções a ser erguida, além de casas para abrigarem os indígenas vindos de Chiquitos, deveria ser uma Igreja na praça. Esta igreja teve uma edificação bem modesta, tanto que foi alvo de vários pedidos de reformas e de reconstrução para atender a um número maior de pessoas na época.

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon (2006) em sua dissertação *O Governo Local na Fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)* observou nas atas da câmara que edifício da igreja sempre fora precário:

A respeito da reforma da igreja matriz são freqüentes as referências nas atas a respeito do estado de ruína em que se encontrava. Os vereadores explicavam sobre a vila e para tanto, se fazia necessário uma outra capela capaz de acolher aos fiéis, pois a existente havia encontrava-se em perigo de desabar (CASTRILLON, 2006, p. 100).

A representação física do prédio da Igreja Católica e a presença dos membros eclesiásticos eram essenciais para a manutenção da ordem e dos bons costumes cristãos na colônia e em Vila Maria. O contexto que levou à instalação da Freguesia de São Luiz desde o início da fundação de Vila Maria, conforme Moraes (2003) era “[...] uma população constituída predominantemente de índios castelhanos “cristãos” [...] havia um grande interesse por parte da metrópole em torná-los súditos e, seguramente, que continuassem professando a fé” (MORAES, 2003, p. 37).

Mesmo com a política implementada por Marquês de Pombal de expulsão dos jesuítas da colônia em 1759, a influência da Igreja Católica e dos padres não diminuiu e continuou, sendo imprescindíveis aos interesses dos colonizadores para garantir a fixação das pessoas em povoações. A igreja católica assumiu a missão de catequizar e ensinar a língua portuguesa, bem como ensinar os bons costumes de um cristão civilizado aos povos indígenas.

Caio Prado Júnior (1994) em *Formação do Brasil Contemporâneo* – refere que a legislação pombalina:

Adotou mesmo as linhas-mestras da organização jesuítica: concentração dos índios em povoações sujeitas a um administrador que devia zelar pela sua educação e pelos seus interesses; bem como medidas de resguardo contra os colonos. Mas do outro lado, não separou da comunhão colonial, e não só impunha o emprego da língua portuguesa e permitia a utilização do índio como trabalhador assalariado (tese dos colonos), mas permitia, e fomentava mesmo o maior intercâmbio possível entre as duas categorias da população. Procurava-se assim preparar o índio para a vida civilizada (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 93).

A importância do papel da Igreja Católica pode ser exemplificada quando, no início do ano de 1779, o capelão José Correa Leitão reivindicou a mudança de categoria de Vila Maria para Freguesia. Essa solicitação foi registrada na câmara de Cuiabá “[...] Villa Maria do Paragoay = cuida logo em solicitar com a mayor brevidade a effectiva criação da nova Freguezia com o titulo de São Luis na sobre dita Villa” (ANNAES DO SENNADO, 1779, p. 116). A solicitação do religioso foi rápida e devidamente aprovada no mesmo ano, pelo então governo da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque.

O governante delimitou uma vasta área de abrangência da nova Freguesia de São Luiz, situada entre a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, registrou-se a seguinte mensagem:

Sua Excellencia Reverendissima a aprovação, e confirmação, erijo em Villa Maria do Paragoay huma nova Freguezia com o titulo de São Luis, a qual terá por limites, e rayas pella parte desta Freguezia da Cuyabá o Sangrador grande chamado do Mello, e pela parte de Villa Bella o rio Jaurú, e lhe assigno por Freguezes todos os habitantes, que ora são, e para o futuro houverem em todo o territorio, que fica dentro dos assignados Limites, e mando que se passe Provizam de criação da nova Freguezia indicada como titulo declarado de Sam Luis de Villa Maria do Paragoay com os lemites, e Territorio destinados com a clausula porem de ser aprovada, e confirmada por sua Excellencia Reverendissima. Cuyabá 16 de julho de 1779 = Jozé Correya Leitão” = Isto asim feito foi provido por Vigario da nova Freguezia o Reverendo Jozé Ponce Dinis [...] (Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830, 2007, p.117).

Na conformidade da solicitação do capelão José Correia Leitão, Luiz de Albuquerque, no ano de 1779, criou-se a Freguesia de São Luiz de Vila Maria. E, logo após a intermediação do governo da Capitania negociou junto ao Prelado de Cuiabá e a Diocese do Rio de Janeiro, garantido recursos (provisão) e um vigário que seria pago pelo governo, para o povoado que se estendia “[...] ao Norte, o rio Jauru; a Leste, o Sangrador do Melo ao Sul localizamos Albuquerque [hoje, Corumbá], faltando identificar o Oeste” (MORAES, 2003, p.41).

A presença de um vigário era necessária para desenvolver as medidas de conversão dos indígenas, sugeridas pelo governo colonial. Os padres deveriam transformá-los em fiéis pela catequese e os sacramentos e em súditos portugueses, conforme a legislação indigenista brasileira entre os séculos XVI ao XIX³⁶. A catequização dos indígenas, de acordo com análise de Cunha (1998) continuou no Brasil imperial e republicano como herança colonial. Em suas palavras:

Debate-se muito a partir do século XVIII e até meados do século XIX, se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões - solução em geral - propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política- solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra”. [...] Este debate, cujas conseqüências práticas não deixam dúvidas, trava-se frequentemente de forma toda teórica, em termos da humanidade ou animalidade dos índios. (CUNHA, 1998, p.134).

O debate de civilizar o indígena também deve ter chegado em Vila Maria, doravante denominada Freguesia São Luiz de Vila Maria do Paraguai. Já que a presença dos indígenas e sua catequização foi delineada pelo marco da política indigenista da capitania e província de Mato Grosso que defendia a inserção dos Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná na economia, sociedade e Igreja local.

A preocupação de suprir com catequese, devia-se a necessidade eliminar “maus costumes” dos indígenas e, foi um campo de colaboração fundamental entre a Igreja e o Estado. Além de catequizar as crianças e jovens e ensinar a língua portuguesa, também era importante para realizar casamentos e batizados, tornando-se uma ponte importante entre os ditos “selvagens” e cristãos, tementes a Deus e a Sua Majestade, o rei.

A organização religiosa da Freguesia de Vila Maria do Paraguai, assim como em outras partes da Capitania, somava-se aos órgãos administrativos e estabelecimentos comerciais que faziam parte da política de povoamento desenvolvida por Portugal.

Jovan Silva (1995) considera a regulamentação das relações matrimoniais e da família, como instrumentos importantes da política demográfica:

[...] uma política de população, entre outras coisas, pode pretender atingir objetivos demográficos implícitos e explícitos de uma certa sociedade. [...] atuar legislativamente nas questões de construção de família, dos casamentos, contracepção, aborto, relação étnica e inter-étnica. (SILVA, 1995, p.11).

³⁶ O Regimento de Missões de 1845 delegava às Assembleias Legislativas, a deliberação sobre a catequese dos indígenas.

Essas características da política colonial de povoamento e populações foram perceptíveis na Capitania de Mato Grosso. Sousa (2013) analisa documentos de autoridades da Capitania mato-grossense, em que destaca algumas características no povoado da Freguesia de Vila Maria do Paraguai similares a um “aldeamento”³⁷ e/ou “missão”³⁸.

Sousa (2013) ao transcrever uma resposta de João Almeida Pereira para Manoel Rabelo Leite sobre a concessão de terras para Domingos Machado e Antônio Correia destacou a denominação missão:

O motivo que me obrigou aconce der aoSupplicante Domingos Machado aque fizese no Lugar chamado a-passagem velha hum corral, onde podesse criar humás vacas que possuia, naó foi mas doque a Compaixaó, e por meparecer que nisso – adequeria povoadores aesto Lugar. eaSupplicante Antonio Correa foi-porque, Cazando-se com húa Povoadeira das principais famílias desta Missaó, adequerio direito as terras rezervadas aesta Povoação. Conforme o Alvará eDirectorio que se acha neste Lugar [...] (PEREIRA, João [1797], *apud* SOUSA, 2013, p. 235).

O “Alvará e Directorio” refere-se ao documento Alvará Régio assinado por D. José I, em abril de 1755, que incentiva o casamento entre portugueses e indígenas, pois um dado relevante neste documento refere que o militar Antônio Correa era casado com uma indígena [*desta Missão*].

Em resposta, João Almeida Pereira deixa transparecer que Vila Maria para muitos seria uma espécie de “Missão” ou simplesmente estavam se referindo aos indígenas da “Missão” próxima à Vila Maria do Paraguai frequentada pelo subgrupo Chiquitano (Saraveka) que migraram das reduções de Chiquitos. Conforme indica Jovam Silva (1995), no ano de 1778, Luiz de Albuquerque funda Vila Maria do Paraguai e “[...] foram utilizados os índios Saraveka, imigrados das aldeias missionárias de Chiquitos.” (SILVA, 1995, p. 72)

Inclusive Sousa (2013) cita uma das características da política indigenista desempenhada pelo governo colonial, ou seja, “[...] ao conceder a dois moradores um pedaço de terras na Passagem Velha, referindo-se a um “Alvará e Directorio” que davam direitos às “terras reservadas” no perímetro da povoação” (SOUSA, 2013, p. 27), esta lei incentivava misturar a população indígena e os colonos. O Alvará Régio de 1680 determinava o direito à

³⁷ Concordamos com o conceito de aldeamentos utilizado por Almeida (2003, p. 80): “os aldeamentos foram palco privilegiado para inserir as populações indígenas na ordem colonial”.

³⁸ Assumimos o conceito de Missão utilizado por Ione Aparecida Martins Castilho Pereira (2008, p. 6): “[...] evidenciando, sobretudo, que este processo não foi apenas ação dos colonizadores, mas sim, da ação de vários grupos indígenas que colaboram de igual maneira na produção deste espaço”.

terra às principais famílias e reconhecimento do direito dos povos indígenas às terras para garantir o seu sustento e de sua família.

Assim, como destaca Sousa (2013); Moraes (2003, p. 114) também chama atenção para este fato, mas o usa o termo *povoação* ao mencionar “[...] um aspecto curioso a ser considerado sobre Vila Maria é que mesmo fundada com o título de vila, a documentação consultada, em diversas ocasiões, a identifica como uma Povoação”.

Cabe citar o estudo de Nauk Maria de Jesus (2011) *O Governo Local na Fronteira Oeste: A Rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII* que comenta o título de vila no ato de fundação de Vila Maria, apesar de não ter Câmara³⁹:

[...] foram fundados nesse período, como Albuquerque (1778), Vila Maria (1778) e Casalvasco (1783). Albuquerque era uma povoação, Vila Maria, embora sem câmara, teve o título de vila em acordo com o Diretório dos Índios, sendo fundamentalmente constituída por famílias e indivíduos indígenas oriundos de missões hispânicas.(JESUS, 2011, p. 142).

Vila Maria obteve o status de vila a partir da aprovação de Lei, publicada no dia 28 de maio de 1859, e assinado por Joaquim Raimundo de Lamare, presidente da província de Mato Grosso. Lamare determinou que: “Fica elevada à categoria de Vila a Freguesia de Vila Maria, com a mesma dimensão que ora tem. Artigo 2º: Como Vila conservará os limites que tinha quando freguesia” (LAMARE, Joaquim [1859], *apud* MORAES, 2003, p. 40).

Lamare descreve em seu relatório, de 03 de maio de 1859, que seria injusto se não desse a atenção merecida à Vila Maria, ao referir-se: “Decretareis nesta Sessão, e collocareis Villa Maria na posição a que tem incontestavel direito, para poder tomar parte no progresso que huma nova era parece ter aberto à Provincia” (LAMARE, 1859, p.7). O reconhecimento de Vila pelas autoridades só ocorreu 81 anos depois de sua fundação, quando o Brasil já era um Império.

Em estudo desenvolvido por Domingos Sávio da Cunha Garcia (2013), após ter sido elevada à categoria de vila, foi implantada a Câmara Municipal de Vila Maria e o “progresso” começou ser alavancado, pela abertura da navegação do rio Paraguai:

[...] o acontecimento decisivo que iria mudar as perspectivas dessa província localizada na fronteira oeste do Império, foi a abertura da navegação pelo rio Paraguai, ocorrida efetivamente em 1858, após o tratado de 1856 ser ratificado por Carlos Lopes, então governante do Paraguai. (GARCIA, 2013, p. 12).

³⁹ Nauk Maria de Jesus (2011, p. 50) em outro trabalho Intitulado – Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial - explica que no período colonial na Capitania de Mato Grosso, pelas regras da época colonial “Todas as vilas e cidades possuíam uma câmara municipal, portanto existiram duas câmaras: uma localizada em Vila Real do Cuiabá e a outro em Vila Bela”.

A navegação pelo rio Paraguai contribuiu para impulsionar a economia da província de Mato Grosso através do comércio de produtos de importação e exportação impulsionada pelas riquezas naturais e navegação pelo rio.

Essas informações encontram ressonância nas pesquisas do professor Natalino Ferreira Mendes (2009) que exalta este momento econômico quando recebe o tão sonhado título e “diminuído a intensidade da corrida do ouro, inicia-se a exploração das matas do Alto Paraguai. Descobre-se a ipecacuanha, ouro-negro da floresta. Colhe-se a borracha e os caçadores intrometem-se pela selva em busca de peles”. (MENDES, 2009, p. 35).

Alguns anos antes da proclamação da República, Vila Maria foi elevada à categoria de cidade como escreveu Mendes (2009, p. 50) “No ano de 1874 chega à alvissareira notícia: Vila Maria foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres, topônimo que continha, ao mesmo tempo, os nomes do Santo Padroeiro e do ilustre fundador da cidade”.

A partir de sua elevação à categoria de cidade, nota-se que houve um aumento da população São Luiz de Cáceres (atualmente, Cáceres/MT). Diferentemente das décadas iniciais de sua fundação, um número maior de brancos morava na parte urbana. Garcia (2013) analisou a transição de vila à cidade por causa dos impactos da abertura da navegação do rio Paraguai, nesta povoação da fronteira Oeste, demonstrando que houve um significativo aumento da população, diversificando-a com populações sul americanas, europeias, orientais e de outras partes do Brasil. Mas, os documentos que oficializaram a criação da cidade não fazem referência aos indígenas que vieram da província de Chiquitos ou aqueles que já viviam nesta Vila.

Foram as fontes como os relatos de viajantes, que citaram e descreveram vários povos indígenas na Vila Maria, Freguesia e na cidade de São Luiz de Cáceres. Assim, são os relatos de Hercule Florence (1827) e Francis Castelnau (1845) que ajudaram a identificar e problematizar a presença indígena nesse espaço de fronteiras geopolítica e étnica.

O viajante Francis Castelnau tinha origem inglesa, mas esteve no Brasil a serviço do governo francês, chefiando uma expedição científica naturalista nas regiões centrais da América do Sul entre os anos de 1843 a 1847. A expedição chegou à Vila Maria, em 1845, ou seja, 29 anos antes de se tornar cidade. Ao descrever cenas cotidianas, o viajante indicava um número expressivo de indígenas e descendentes de províncias da Bolívia, com as seguintes palavras: “Conta-se entre os habitantes uns seiscentos índios, descendentes, diz-se, dos Chiquitos da Bolívia” (CASTELNAU, 1949, p. 337).

A visibilidade dos indígenas nesse espaço citadino, em atividades da economia local e, também na utilização de seus símbolos culturais fazem parte do conteúdo que se constituiu

como material didático, o *Site Didático* para o ensino da temática indígena. Esta abordagem no ensino de História, ainda é pouco tratada, por isso propomos o *Site Didático* mostrando como se pode ensinar a Temática Indígena na Escola, dentro da História Local. Segundo a historiadora Guimarães:

Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re)construção das identidades individuais e coletivas, a meu ver, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no meio em que vivem como cidadãos críticos. (GUIMARÃES, 2012, p. 240)

3.3 Presença de Indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres

Ao iniciar a pesquisa bibliográfica nas dissertações de mestrados, teses de doutorado, artigos acadêmicos e obras publicadas que versam sobre eventos históricos de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, para o desenvolvimento desta dissertação do ProfHistória, percebemos a existência de vários registros da presença de indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná na configuração colonial e imperial do referido espaço.

Nesse sentido, as interpretações dessas produções acadêmicas foram analisadas à luz da História Indígena, como enfatizamos ao longo deste estudo. Esse referencial foi reforçado por Monteiro (1995), ao mencionar a reviravolta da historiografia indígena brasileira, pois “[...] a antropologia histórica buscava qualificar a ação consciente – *agency*, em inglês - dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e dominação”. (MONTEIRO, 1995, p. 226).

Num dos primeiros registros documentais da conquista da fronteira Oeste por Portugal Ata de Fundação de Vila Maria, que por ordem do capitão-general Luiz de Albuquerque, foi redigido por Domingos Ferreira da Costa, cuja a redação desse documento oficial indicava a presença de 78 indígenas provenientes de Chiquitos, além de algumas outras pessoas da sociedade local, mas somente algumas pessoas assinaram o Termo de Fundação.

Entre os que assinaram destacamos o proprietário da Fazenda Jacobina, Leonardo Soares de Souza. Segundo Mendes (2009, p. 31), “[...] a Jacobina é contemporânea da fundação

de Cáceres [...] Vila Maria do Paraguai”.⁴⁰ Além dele também assinou o Soldado Dragão Manoel Gonçalves Ferreira, que aparece citado em outro documento escrito por Antônio Pinto do Rêgo e Carvalho e datado do dia 08 de março de 1779, transcrito por Sousa (2013, p.127). Carvalho também informa que o soldado Manoel Gonçalves Ferreira estava casado com uma índia do povoado, sem informar a etnia.

A Partir da Ata de Fundação, cujo documento manuscrito foi produzido na data que corresponde a 06 de outubro de 1778 e, que simboliza oficialmente a fundação do novo povoamento denominado Vila Maria do Paraguay. Podemos considerar nesta pesquisa, que esse é um registro importantíssimo, pois proporcionou a visibilidade dos **povos indígenas Chiquitano** citados com ênfase no documento, sendo originários da Província de Chiquitos e, outras correspondência destacam que os primeiros Chiquitano seriam provavelmente das Missões espanholas São João, São Rafael e Coração de Jesus, que foram recebidos anteriormente (21 de junho de 1778) no Registro de Jauru. E como foi citado no capítulo anterior, Roberto Tomichá Charupá (2002, p. 239) informa que “existían numerosas naciones indígenas agrupadas bajo el denominativo común de “Indios Chiquitos”⁴¹ ou simplesmente “Chiquito”. Por isso, é importante identificar de quais Missões vieram para a região da fronteira que estava se consolidando naquele momento.

Bortoletto da Silva (2007) classificou os Chiquitano em subgrupos, destacando aqueles que os espanhóis chamavam Chiquitos que pertenciam a vários grupos étnicos do planalto de Chiquitos. Destaca que os “[...] Chiquitano compunham um conjunto de povos indígenas remanescentes dos outrora chamados Zamucos, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Kuravé, Koraveka, Tapiis, Korakaneka, Paunaka, etc. Além dos grupos Chiquitano propriamente ditos” (SILVA, 2007, p. 15).

Entre os indígenas que viveram em Vila Maria e São Luiz, os Chiquitano foram os que as autoridades e colonizadores portugueses mais registraram nos primeiros anos de Vila Maria. Referem-se a eles, como indígenas fugidos de missões da província de Chiquitos, após os espanhóis expulsaram os padres jesuítas de suas colônias na América. Os novos administradores das reduções provocaram a fuga de muitos indígenas dessa província para o lado lusitano da fronteira entre os dois domínios. Aos Chiquitano fugidos encontraram-se um

⁴⁰ A fazenda Jacobina foi fundada em 1769, por Leonardo Soares de Sousa que se estabeleceu em terras da fronteira Oeste à margem esquerda do rio Paraguai, a 40 km do local aonde foi fundada a Vila Maria do Paraguai.

⁴¹ **Tradução:** “Existiam numerosas nações indígenas agrupadas sob a denominação comum de “Índios Chiquitos”. (CHARUPÁ, 2002, p. 239, tradução nossa).

novo local para os abrigar, e por outro lado, os portugueses buscaram inseri-los e incorporá-los como mão de obra para a produção na economia local.

A presença de povos indígenas na composição do povoamento de Vila Maria, ainda continuou sendo registrada em outros documentos oficiais; como por exemplo, numa correspondência datada de 20 de novembro de 1778, do então governador Luiz de Albuquerque, na qual solicitava ao Rei que enviasse colonos lusos para compor a população das vilas, pois segundo o governador era *notória falta de habitantes*. O documento foi publicado na Revista Trimensal do IHGB (1865):

Pelo que tudo, se Sua majestade fosse servida de mandar um certo conduzir um número, que parecesse, de familiares brancas pela via do Pará, ou aliás do Rio de Janeiro em direitura aos rios de S. Paulo, [...] que se fizer na civilização e prestimos d'estes indios selvagens, quasi sempre inconstantíssimos, ferozes e indomaveis, ou d'uma indolência e preguiça sem exemplo [...]. (CÁCERES, Luíz de Albuquerque [1778], 1865, p.111).

De acordo com as correspondências entre as autoridades, a presença portuguesa era ainda escassa para consolidar os domínios lusitanos. Os governantes em nome da Coroa Portuguesa precisavam de pessoas brancas para povoar a Vila de Maria e, de maneira efetiva civilizar os indígenas, ensinando-lhes os serviços, extraíndo-os da indolência, preguiça, inconstância, ferocidade e selvageria indomável.

Por este motivo, os portugueses almejavam a presença dos indígenas da província de Chiquitos, que eram considerados indígenas cristãos e habilitados nas missões jesuíticas espanholas, para tanto merecedores do refúgio provisório ou definitivo dos portugueses. Estes indígenas refugiados já haviam adquirido alguns costumes europeus, como no trabalho em profissões úteis à vida urbana voltada para a produção e comercialização de produtos agrícolas e artesanais.

A propósito dos Indígenas Bororo, as pesquisas acadêmicas de Almeida (2002), Rocha (2016) e de Sousa (2013), apresentam as relações de conflitos, convivência e a presença dos **indígenas Bororo** em Vila Maria nos espaços rurais e urbano. Haja vista, que os registros informam, principalmente sobre os momentos de conflitos entre os colonizadores e os indígenas Bororo, que foram alvos de diversas bandeiras de repreensão e capturas.

Ao analisar as demais pesquisas acadêmicas que apresentam o contexto histórico do povoamento de Vila Maria, a partir da ocupação da região Oeste da província Mato Grosso, dentre elas, as produções de Almeida (2002), Rocha (2016) e de Sousa (2013), encontramos em documentos transcritos e/ou analisados informações sobre a existência dos povos indígenas Bororo em Vila Maria. Em documentos analisados são citados nos espaços rurais (Fazendas

Reais Caiçara, Caetés, Pau-Seco e Pantanal) na lida com rebanhos, artesanatos e serviços gerais e no urbano atuando como servos. Os registros ocorrem principalmente em momentos de conflitos com colonizadores ou de interação com os mesmos.

Um dos momentos conflituosos entre os Bororo Cabaçal⁴² e os colonizadores foi narrado e registrado pelo Comandante Antônio Pinto Rego e Carvalho por meio de carta enviada ao governador Luiz de Albuquerque, no dia 12 de julho de 1778. O mesmo informou ao mandatário em sua carta sobre um ataque feito por índios Bororo que ocorreu no Registro do rio Paraguai contra Francisco José. Relatada assim: “[...] noticia que [os Bo|rorós Sairam a Francisco Ioze logo para la [e] o mais não tiueraó tempo defazer [mais do] que o chumbo Chouece em Simadelles, [esca|pando] a caminho de Senão poder tra[nzitar]. [...]” (CARVALHO, Antônio [1778], *apud* SOUSA, 2013, p. 115).

Contrariando essa visão selvática dos Bororo, Hercule Florence (1977) descreve outro comportamento, quando ficou hospedado na fazenda Jacobina, em 1827. O viajante destaca a riqueza da fazenda e a relação interétnica entre indígenas, negros e o proprietário da fazenda, João Pereira Leite:

Duzentos escravos de trabalho dos dois sexos e sessenta crianças formavam toda a escravatura desse estabelecimento; mas havia quase igual número de gente forro entre agregados, crioulos, mulatos e índios, que trabalhavam mais ou menos para si, ou pagos pelo proprietário. (FLORENCE, [1827], 1977, p. 182).

No decorrer de seus registros, Florence descreve de maneira pormenorizada, a presença de um seguimento de indígenas Bororo na Fazenda Jacobina, que realizaram uma encenação de seus rituais e atividades festivas na recepção aos viajantes a convite do proprietário. Assim detalhou este momento:

Consistem estes em formar um grande círculo, no qual conservam-se afastados uns dos outros. A princípio não fazem mais do que levantar um pé e depois outro, seguindo uma toada lenta que marcam batendo com as mãos, e acompanhada de um canto rouquenho, baixo e demorado como o compasso”. (FLORENCE, [1827], 1977, p. 190).

Florence também menciona a distinção de tratamento reservado a outro seguimento desse povo indígena, ou seja, aos Bororo Cabaçal, que eram menos receptivos em relação ao contato e coexistência com os colonos (fazendeiros) que os Bororo de Campanha. Estes últimos

⁴² Almeida (2002) e Rocha (2009) informam que os indígenas Bororo, contatados pelos bandeirantes no século XVIII no Cuiabá (rio), subdividiram-se em Bororo Orientais (Coroados) e Ocidentais (Cabaçal e Campanha). Parte dos Bororo que atravessaram esse rio, em direção à região Oeste da capitania de Mato Grosso, foram denominados de Ocidentais. Os que permaneceram no Leste, foram denominados de Orientais.

ajudavam os proprietários nas “boas-vindas” em troca de “presentes”, enquanto os Bororo Cabaçal, continuavam arredios e aprisionados em diversas expedições.

Segundo Florence (1977), a resistência dos Bororo Cabaçal, resultou numa guerra à esses indígenas, devidamente autorizada por Dom João VI. “O coronel fez-lhes uma guerra que durou seis anos, durante a qual sua gente matou 45 bororós e agarrou 50 prisioneiros que mais ou menos se sujeitaram aos trabalhos da fazenda, principalmente costeiro dos gados”. (FLORENCE, [1827], 1977, p. 197).

Esta informação de Florence, e estudos acadêmicos sobre a história de contato entre os povos indígenas e os colonizadores, indicam que os Bororo Coroado e Cabaçal ofereciam mais resistência ao contato com os portugueses e/ou luso-brasileiros, pois não aceitavam pacificamente a perda de seu território para a constituição da sociedade mato-grossense.

Apesar de Florence relatar a quase total extinção dos Bororo Cabaçal, no início do século XIX, o viajante também narra a convivência dos Bororo no perímetro urbano de Vila Maria: “Seis ou sete homens brancos, trezentos Caburés descendentes de índios aldeados no tempo D. Maria I, mulatos e negros, eis toda a população da Vila. Muitos homens e mulheres andam nus da cintura para cima” (FLORENCE, [1827]1977, p. 200). Ao postar-se na barranca do rio Paraguai à espera de uma canoa que levaria os integrantes da expedição Langsdorff à embocadura do rio Jauru e o Marco do Jauru, Florence descreve um reencontro com os Bororo:

De repente anunciou-nos o som da corneta a chegada dos Bororós: era o cacique João Pereira Leite e sua gente, mais em maior número, principalmente quanto a mulheres e crianças, do que víamos na Jacobina poucos dias atrás. Consigo traziam uns vinte cães. (FLORENCE, [1827], 1977, p. 201).

Esse registro de Florence remete a um estudo de Sousa (2013) que transcreveu uma carta do dia 27 de julho de 1781, de Manoel Rebello Leite ao governador Luiz de Albuquerque. Na carta, o remetente pedia para seu subalterno fazer uma relação de índios que vieram do lado castelhano, em separados dos portugueses:

Fico certo defazer extrahir a relação dos moradores[res] de Vila Maria, quevossa Excellencia me determina por carta do Tenente Joáo Sousro de Almeida, notados os seus sexos, id[ad]es, eseparados os indios castelhanos dos portugueses. (LEITE, Manuel [1781], *apud* SOUSA, 2013, p. 151).

A carta de Manoel Rebello Leite não registra com clareza se a solicitação serviria para identificar em separado os portugueses (brancos) dos indígenas, ou indígenas que não fossem oriundos de Chiquitos. Nos documentos, muitas vezes, faltam a identificação dos indígenas que habitavam ou frequentavam Vila Maria e regiões circunvizinhas.

Nos relatos de Florence ([1827], 1977, p. 200) identificam-se as pessoas pela cor ou etnia, “*seis ou sete brancos e os trezentos Caburés descendentes de índios aldeados*”. Estes registros podem indicar que além dos provenientes de Chiquitos, havia outros grupos étnicos indígenas e, inclusive africanos entre a população de Vila Maria, principalmente, alguns representantes ou descendentes dos Bororo.

A exemplo da política de aldeamento proposta pelos portugueses aos indígenas fugidos da Província de Chiquitos e/ou Chiquitano que migraram de missões jesuíticas espanholas para Vila Maria, o estudo de Almeida (2002, p. 37), também faz referência à proposta do presidente da província Antônio Corrêa da Costa, ao padre José da Silva Fraga de Vila Maria, para aldear os índios Cabaçal em sua fazenda, às margens do rio Jauru, no ano de 1842. Deveria inseri-los no trabalho de criação de gado. Essa iniciativa não obteve sucesso, devido as constantes evasões desses indígenas do aldeamento.

Almeida (2003) defende que os registros documentais oficiais indicam a política de aldeamento para inserir os indígenas no trabalho capitalista. No entanto, eles relutavam para manter suas identidades, liberdade e autonomia.

Os documentos históricos sobre as aldeias coloniais [...], evidenciam que, longe de terem desaparecido, os índios integrados à colônia transformaram-se e misturaram-se, porém continuaram a se considerar e a serem considerados índios até o final do século XIX, quando ainda lutavam para garantir os direitos que a legislação lhes dera séculos antes na condição de aldeados. Isto aponta para a possibilidade de recriação de suas identidades, culturas e histórias no interior das aldeias coloniais, a partir das novas necessidades vivenciadas na experiência cotidiana das relações com vários grupos étnicos e sociais. (ALMEIDA, 2003, p. 28).

Não podíamos falar de Vila Maria e São Luiz de Cáceres sem mencionar os povos indígenas Bororo e suas resistências aos interesses do colonizador e sua existência cotidiana no povoado não desapareceu. Valer frisar que diante das incorporações forçadas do aldeamento dos mesmos. Contudo, parte deles foram capazes de se rearticular socialmente e culturalmente. Outra parte e/ou descendentes inclusive misturando-se com outros grupos na sociedade em que viviam.

A respeito dos indígenas **Guató** e **Guaná**, estes também foram descritos nos relatos de viajantes de expedições científicas vindas à região da fronteira Oeste. Esses indígenas começaram a aparecer em relatos e escritos documentais em Vila Maria, a partir da segunda metade do século XIX. Lembramos que os povos indígenas eram tratados pelos colonizadores de maneira genérica. Na maioria dos documentos oficiais, os indígenas eram denominados como: *índios, índios aldeados ou índios Castellanos*. Apesar disso, não podemos deixar de

abordar a história e a presença dos Guató e Guaná em Vila Maria e São Luiz de Cáceres. Já que identificamos nos registros de viajantes nacionais e estrangeiros, na primeira metade do século XVIII, cuja presença dos Guató e Guaná é registrada na região do Baixo Paraguai⁴³, mas também chegavam ao Alto Paraguai através de movimentações provocadas pelas cheias do Pantanal.

Os **indígenas Guató** são descritos como exímios canoeiros que conheciam os cursos das águas do Pantanal e, por isso, serviram de guias para os colonizadores e viajantes. Conforme afirma Costa (2015, p. 204) os indígenas Guató foram descritos por olhares estrangeiros, ou seja, do colonizador, como “Povo das Águas, desde o século XVI”. Os viajantes pelo Pantanal quase sempre eram acompanhados por alguns indígenas Guató.

Florence relata que quando foram conhecer o Baixo Paraguai, no retorno para Cuiabá, tendo que subir o rio São Lourenço: “O Sr. Consul propôs aos Guató irem até Cuiabá e num ápice, a família, acedendo ao convite, embarcou-se, não deixando em terra senão a Palhoça. Tudo coube na canoinha” (FLORENCE, [1825 a 1829] 1977, p. 124). Este comportamento demonstra que os Guató não tinham um local fixo para morar ou de fixação permanente. O Pantanal era o seu habitat e se deslocavam com facilidade e agilidade que impressionava os viajantes.

Outro viajante, Castelnau (1949, p. 318) também menciona os serviços dos Guató, reconhecendo-os como guias experientes para a navegação em águas do Pantanal: “Sabendo que só os índios Guató seriam capazes de nos indicar a boa trilha, mandei tocar busina e dar tiros de espingarda. Mas toda a redondeza se manteve no silêncio mais profundo. [...] a fim de tudo fazer com que eles viessem servir-nos de pilotos”.

Foi Castelnau (1949, p. 321) que fez observações importantes sobre os Guató. Em suas palavras: “Um povo sem nenhum liame nacional e que nunca se concentra em povoado; cada família leva vida isolada e constrói a sua moradia nos lugares mais inacessíveis”. Essa informação corrobora com outros relatos e estudos, que indicam as constantes mudanças dos Guató pela região pantaneira, constantemente em pequenos grupos.

Florence, quando se desloca para explorar a embocadura do Jauru, com objetivo de conhecer o Marco do Tratado de Madri, ao adentrar em Vila Maria, em 1827, encontra um grupo de Guató na *Passagem Velha*:

Alcançaram-nos umas canoas de Guató. Tornei a ver esses índios com o

⁴³ Verone Cristina Silva (2001:06) explica: A denominação de Baixo Paraguai era utilizada para localizar a região ao sul da capitania e província de Mato Grosso (Albuquerque, hoje Corumbá, e demais localidades).

prazer com que, o frescor de uma bela tarde, avistam-se amigos de antiga data. Nunca vira estes, pois são da grande baía Guaíba, que tem duas léguas de fundo, na confluência do Paraguai e do São Lourenço, mas embora, pertenciam à tribo dos Guatós, dentre todas a mais estimável. [...] Tinham vindo, poucos dias antes, em maior número de Guaíba e de São Lourenço para venderem peles de onças e de outros animais a um engenheiro, morador umas quatro léguas daí. Uns haviam voltado logo; esses ficado para construírem uma piroga [canoa]. (FLORENCE, [1827], 1977, p. 206).

Em suas narrativas, Florence demonstra apreço aos indígenas Guató, fornecendo-nos algumas pistas interessantes sobre a utilização da mão de obra desses indígenas nas atividades econômicas de Vila Maria. Segundo seu relato além de acompanhar e servirem como guias para viajantes, também realizavam comércio em Vila Maria, “[...] Tinham vindo, poucos dias antes, em maior número de Guaíba e de São Lourenço para venderem peles de onça e de outros animais a um engenheiro [...]” (FLORENCE, [1827], 1977, p. 206). Portanto, os Guató contribuíam de alguma forma para o fortalecimento do povoado, erigido no alto Pantanal.

A respeito dos **indígenas Guaná** encontramos poucas referências da sua presença em Vila Maria e na cidade de São Luiz de Cáceres. Contudo, excluí-los seria um erro historiográfico, porque possuem descendentes na atual cidade de São Luiz de Cáceres. Inclusive, supomos que muitos são alunos da escola na qual sou professora de História.

Desse modo, preliminarmente destaco uma possível presença dos Guaná em Vila Maria, conforme a dissertação de Silva (2001), que se refere à habilidade dos Guaná na extração da Poaia⁴⁴:

[...] as diferentes modalidades desenvolvidas: o manejo e técnicas de cultivo, a tecelagem, a industrialização do açúcar - engenho – as vestimentas muito elogiadas pela sua beleza e qualidade do tecido, além do bom relacionamento com diferentes povos indígenas e brasileiros; as atividades comerciais, que envolviam alimentos, panos, suspensórios, bolsas, fabricados por eles próprios e transportados até Cuiabá; a extração da poaia - produto de exportação da Província-, além de serem bons falantes da língua portuguesa. (SILVA, 2001, p. 16).

De acordo com os dados da citação sobre os Guaná, que nos leva a Vila Maria, depois a cidade São Luiz de Cáceres – “a extração da poaia”, pois foi restritamente nas matas desta região que se encontrava a ipecacuanha, conhecida também por *poaia*.

A despeito disso, Castelnau também fornece um riquíssimo relato de Vila Maria, ao indicar a localização dessa planta:

O principal, para não dizer o único comércio do lugar, é a da ipecacuanha,

⁴⁴A Poaia ou ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) era uma planta nativa da região pantaneira.

planta que cresce em abundância nas margens do Alto Paraguai, de Vermelho, do [rio] Sepotuba e do [rio] Cabaçal. A colheita desta planta é praticada geralmente durante os meses de seca, ou seja, desde Março até Setembro [...] As canoas que saem de Cuiabá, descem o rio do mesmo nome e sobem o Paraguai. (CASTELNAU, [1845], 1949, p. 338).

O mesmo Castelnau presenciara no porto de Albuquerque (atual Corumbá/MS), no baixo Paraguai, local com forte presença dos Guaná que, estavam se preparando para ir à Vila Maria:

Nesta ocasião, estavam de saída três grandes canoas cheias de índios Guanás, que iam em busca de ipecacuanha. As embarcações sobem o Paraguai até Vila Maria, seguindo daí para os rios em cujas margens cresce a referida planta. [...] Empregamos todos os esforços para arranjar uma equipagem para subir o rio. Mas, como a maioria dos índios Guanás estavam ocupados na extracção da ipecacunha, nada pudemos conseguir. (CASTELNAU, [1845], 1949, p. 284 e 285).

Diante destes relatos, então podemos afirmar que os povos indígenas Guaná, em muitos momentos do século XIX, estiveram presentes no Alto Paraguai, na região da fronteira Oeste, mais propriamente nas mediações de Vila Maria. Silva (2001, p. 105), também salienta que: “Embora este relato faça referência aos Guaná de Albuquerque, é possível que os índios que viviam em Cuiabá também fizessem incursões até Vila Maria para extrair a poaia, especialmente pela sua importância econômica na Província”.

A possível presença dos Guaná em Vila Maria também foi registrada por Roselli Aparecida Cavalcante (2015), quando dissertou sobre a *Fundação de Vila Maria com a presença chiquitana: os povoadores da fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso (1778 - 1827)*, ao destacar o registro do engenheiro e demarcador de limites da Capitania de Mato Grosso, Ricardo Almeida Serra, sobre o conflito interétnico existente entre os Guaná e os Guaicuru. Por muitos anos, os Guaicuru dominaram os Guaná, chegando à situação dos Guaná desejarem migrar de Albuquerque para Vila Maria.

Conforme a escrita de Ricardo Almeida Serra:

[...] porém, vendo os Guaicuru que no dito ano foram dois Guana a Vila-Bela falar a V. ex. e o capitão Ayres Pinto e outro Guaná à Vila Maria, para onde presumiam queriam se mudar os Guana, desde essa época mudaram os Guaicuru de modos e estilos, chamando os Guana de amigos e parentes, convidando-os para suas festas, e mesmo para minha mesa, temendo esta mudança; porque nela perdiam mulheres, parte de seu sustento e suas forças, pelos convidarem sempre para suas expedições bélicas; com o que, e com este novo e mais igual modo de tratamento se tem conformado mais os Guana com os seus antigos e ainda atuais opressores, que de vez em quando lhes não deixam de fazer suas violências, e de os chamar sempre seus cativos. (SERRA, Almeida [1845], *apud*, FERREIRA, 2009, p. 113)

Corroboramos com a análise de Silva (2001), quando aponta a história de resistência e interação dos indígenas Guaná, no momento em que se dava o esfacelamento dos povos indígenas através dos aldeamentos administrados pela Diretoria Geral dos Índios, das expedições punitivas aos índios selvagens e/ou não-aldeados e da apropriação das terras indígenas. Naquele momento, destacaram-se os indígenas Guaná que souberam lidar com os poderes constituídos, negociando, fugindo, trocando, migrando. E, nesse movimento, reinventaram saberes e práticas, tecendo, a partir das próprias experiências, a sua história.

Apontamos que as atitudes dos indígenas Guaná, apresentadas pela pesquisadora, a exemplo das pesquisas e relatos de viajantes sobre as ações dos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató, fizeram frente a política portuguesa e luso-brasileira de colonização, esses indígenas contribuíram para a fundação, povoamento e desenvolvimento econômico de Vila Maria e da cidade de São Luiz de Cáceres.

Essas posturas e ações indígenas registradas em diferentes e diversas fontes devem ser inseridas no currículo escolar da Educação Básica, conforme determina a Lei n.º 11.645/08, para evitar preconceito advindo do desconhecimento da história local (colonial e imperial) que impede o reconhecimento da diversidade étnico-racial existente na atualidade cacerense.

3.4 Trabalho dos “Indolentes” para o “Projeto de Colonização” de Vila Maria e São Luiz de Cáceres

Os registros de viajantes nacionais e estrangeiros demonstram que povos indígenas já habitavam o território da Capitania de Mato Grosso com todas as suas diversidades étnicas, linguísticas, culturais e sociais, muito antes da chegada e do processo de ocupação do colonizador em nome da Coroa Portuguesa e, posteriormente em nome do Imperador brasileiro em terras de domínio dos povos indígenas que, atualmente compreendem parte do estado de Mato Grosso. Essas fontes permitem que o historiador analise o processo de formação do povoamento e como foi feita a utilização de mão-de-obra de grupos indígenas pelos portugueses no processo de colonização.

A partir dos resultados desta pesquisa, podemos verificar que a atual cidade de Cáceres registra em sua história a presença de quatro povos indígenas: Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, principalmente durante o período compreendido entre 1778-1874, que foram retratados por diversas fontes da historiografia mato-grossense, nacional e internacional na qual verificamos participação ativa nas atividades econômicas em que aparecem os referidos povos.

A colonização do continente americano pelos europeus mostra a necessidade de vasta mão de obra para trabalhar as terras produzindo para o mercado e gerar lucros para os seus colonizadores. Almeida (2010) afirma que no projeto português de colonização na América do Sul os nativos dessas terras eram considerados fundamentais para o sucesso da implantação:

A Política de aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deveriam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais. As novas aldeias que se criaram próximas aos núcleos portugueses foram, do século XVI ao XIX, o espaço privilegiado para a inserção desses índios na ordem colonial. Desempenharam importantes funções. [...]. (ALMEIDA, 2010 p.71. Grifos nosso).

Essa relação de povoamento, de aldeamento e da composição do trabalho com mão de obra indígena contribui para desconstruir o pensamento capitalista que os indígenas eram e/ou são preguiçosos e indolentes.

No tocante a temática do trabalho indígena, o antropólogo Júlio Cezar Melatti (1972), destaca:

É muito comum se ouvir dizer que os índios são indolentes. Mas como se pode acusar os indígenas de ociosidade se dedicaram grande parte de seu tempo às tarefas destinadas a garantir seu alimento? Além de caçar, pescar, coletar, plantar, criar animais, os índios têm também de fabricar os instrumentos que servem para produzir, transportar, guardar ou conservar os alimentos: armas de caça, armadilhas, canoas, cestas, potes etc. Graças a seu próprio trabalho é que os indígenas têm sobrevivido até hoje. (MELATTI, 1972, p. 54).

O conceito de indolente ainda persiste para uma parcela da sociedade brasileira em pleno século XXI. Por isso, entendemos que o país ainda tem uma dívida em relação os povos indígenas, por não reconhecer, desrespeitar e desvalorizar a diversidade cultural como riqueza. O preconceito persiste na sociedade e nas escolas quando se referem a eles como povos primitivos, selvagens ou preguiçosos. É a ideia ou concepção do europeu colonial que justificava sua escravização ou morte e virou estereótipo na cultura e, continua justificando as atrocidades praticadas contra os indígenas contemporâneos.

A historiografia de Mato Grosso, nos últimos anos direcionou algumas pesquisas com articulação teórico-metodológica entre a História e a Antropologia, chamada de História Indígena, questionando o papel da historiografia brasileira que contribuiu para divulgar o preconceito de indolentes, primitivos e selvagens.

Por isso, a História Indígena rompe paradigmas, como observou Monteiro (1995, p. 227) ao afirmar que “[...] cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente”.

O historiador em Mato Grosso que analisa documentos manuscritos e relatos de viajantes do período colonial e imperial, percebe uma contradição. Os autores destes relatos chamam os índios de indolentes, mas na implantação do projeto de colonização portuguesa para assegurar as conquistas, dependiam do trabalho indígena.

Almeida (2013, p. 2018), estudiosa da temática indígena em – *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* – destacou o papel dos povos indígenas naquela capitania do Rio de Janeiro “[...] a mão de obra indígena foi fundamental nos primeiros séculos de colonização [...]”, o que se aplica também na capitania de Mato Grosso.

A historiografia mato-grossense evidencia a utilização dos indígenas para compor e desenvolver novos povoados no projeto de colonização. Nas disputas entre portugueses e espanhóis para demarcar fronteiras, os **indígenas Chiquitano** foram atraídos pelos lusitanos.

Giovani José da Silva (200, p. 15) fala que os índios da Chiquitania, antes mesmo dos colonizadores e jesuítas chegarem já praticavam atividades agrícolas e “[...] viviam em grandes aldeias cultivando milho, mandioca, tabaco, diversos tipos de abóboras e outros produtos com um sistema de roça e queima, complementando a dieta alimentar com carne de caça, peixes e vegetais silvestres”. Estas práticas agrícolas dos indígenas atraíram e contribuíram com jesuítas na formação das reduções espanholas. Os portugueses perceberam a importância dos Chiquitano para povoar as terras da fronteira Oeste em formação.

Uma vez que consideravam estes povos indígenas reduzidos já estavam habituados com alguns costumes dos europeus, por isso analisou Jovam Vilela Silva (1995, p. 307) em *Mistura de cores* afirma que “[...]Atrair povoadores indígenas com, conhecimento dos brancos, fáceis de serem removidos e assentados em locais estrategicamente escolhidos, foi bem mais interessante que atrair “índios silvestres.”

Tais costumes relacionavam-se com a concepção de trabalho e de alimentação praticadas pelos Chiquitano. Por isso, após fundar Vila Maria no ano de 1778, o governo português também – fundou a Fazenda Real Caiçara em 1789, nas proximidades do povoado recém-criado, com a justificativa de criar gado bovino para alimentar os Chiquitos que lá foram assentados.

A criação extensiva de gado *vacum* ofertaria carne bovina, alimento rico em proteínas e considerado importante para assegurar a permanência dos Chiquitos em Vila Maria. A Fazenda

Real Caiçara também mantinha uma importante criação cavalos, essenciais para o transporte de mercadorias, pessoas e tropas de militares na defesa da fronteira lusitana.

Por outro lado, poderiam fomentar o comércio na região, conforme aponta documentos transcritos por Sousa (2013, p. 37) quando o então governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres determina a criação da fazenda real caiçara “[...] para garantir o sustento dos índios povoadores, com a criação de gado *vacum*, além das roças de milho e algodão”. Assim como, outras terras foram destinadas pelo governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para a criação da Fazenda Real Caéte e, no governo de João Carlos Augusto de Oynhasem duas outras fazendas régias foram criadas de Pau-seco e Pantanal, todas com as mesmas funções.

No projeto de colonização, a Coroa Portuguesa para manter a posse de terra na América do Sul, utilizou-se de estratégias como criar povoados e fortalezas militares na fronteira em disputa como os espanhóis. Precisava incentivar a produção de alimentos para ser viável e sustentável o projeto, inclusive também para garantir a permanência de indígenas que foram atraídos pelos lusitanos, mas também do não indígena.

Em Vila Maria, o número de pessoas brancas era insuficiente para fundar e manter o povoado. A alternativa adotada foi atrair indígenas concedendo-lhes terra e trabalho de que precisavam. Poderiam exercer várias atividades econômicas conforme aponta Cavalcante:

No caso de Vila Maria, de acordo com a documentação e do olhar de Hercules de Florence nessa vila, os Chiquitano formaram por muito tempo o grosso da população e, juntamente com outros índios integrados como os Bororo, desempenharam inúmeras atividades braçais como serviços de carpintaria, vacaria, pedreiros, oleiros entre outros, como veremos, pagos de diversas maneiras, na vila ou nas fazendas reais e particulares. Nessas fazendas, como a Jacobina, a Caiçara, e a Casalvasco, havia grande criação de gado destinado à produção do charque para a exportação nos séculos XVIII e XIX. (CAVALCANTE, 2015, p. 17)

Os Chiquitano era o povo indígena de mais número na Vila Maria e produziam boa parte de seus alimentos, pois praticavam o cultivo de roçados em suas comunidades e nas missões os jesuítas introduziram outros alimentos que aprenderam a cultivar. Segundo Charupá (2002, p. 301), os próprios Jesuítas elogiaram principalmente os indígenas de língua Chiquita e não nômades, porque os “[...] chiquitos ocupaban la mitad de la jornada laboral en actividades agrícolas”.⁴⁵

⁴⁵ **Tradução:** “[...] chiquitos ocupavam a metade da jornada de trabalho em atividades agrícolas” (CHARUPÁ 2002, p. 301, tradução nossa)

Começaram também, similarmente a adotar outras técnicas de produções e ferramentas introduzidas pelo colonizador, além de aprenderem a lidar com a criação de bovinos e cavalo. Estas atividades desenvolvidas pelos Chiquitano provocaram um interesse ainda maior dos portugueses em mantê-los em seus domínios.

Muitas pesquisas historiográficas da região fronteira Oeste, nas quais tematizaram Vila Maria, em vários artigos, dissertações e teses acadêmicas citam registros manuscritos e relatos de viajantes sobre os povos indígenas de Chiquitos realizando diversos serviços relacionadas a criação de gado e cavalos (*vacum* e *cavalar*), cultivavam roçados, e exerciam atividades econômicas como: tecelões, pedreiros, carpinteiros e entre outras atividades em Vila Maria ou nas imediações.

Destacamos também os **povos indígenas Bororo**, os Ocidentais que habitavam nas proximidades do rio Paraguai e foram subdivididos em Bororo Cabaçal e Bororo da Campanha, como destacamos no segundo capítulo, viviam nesta região de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, porém eram considerados indígenas silvestres e indolentes.

Moraes (2003) aponta que os documentos manuscritos existentes deste período de fundação de Vila Maria e nos primeiros anos já denominada São Luiz de Cáceres, as autoridades demonstravam que preferiam os povos indígenas Chiquitano que migraram das Missões Jesuítas de São Rafael, São João, Santa Ana e Coração de Jesus da Província de Chiquitos aos nativos (Bororo) que viviam nesta região e não aceitaram pacificamente as invasões do seu território:

Vale observar, ainda, a ênfase da população proveniente das missões castelhanas em detrimento ao grande contingente de nações indígenas na região, notadamente Bororo. A documentação consultada, aqui e ali, traz referências sobre a resistência dos aborígenes e as posturas dos Bororo diante da perda do seu território, revidando com ataques frequentes à Vila, incendiando casas, roças e matando os animais com flechas. (MORAES, 2003, p.17).

Por resistirem os Bororo foram considerados pelos colonizadores como arredios e preguiçosos, adjetivos utilizados pelo governador da Capitania de Mato Grosso em 1778 “[...] selvagens quase sempre inconstatissimos, ferozes, indomáveis ou de huma indolência e preguiça sem exemplo que vagando pelos matos por efeito da própria iclinação e natureza com total desprezo de honras” (CÁCERES. Luiz Albuquerque [1778], *apud* MORAES, 2003, p. 97).

Como explicamos no capítulo anterior, nesta região havia dois sub-grupos dos Bororo que eram denominados como Campanha e Cabaçal. O sub-grupo da Campanha, suas terras ficavam próxima do vale do rio Paraguai com afluente do rio Jauru, com terras propícias para

a criação de gado, por isso, houve muitos conflitos e perdas de seu território para grandes fazendas que foram ao longo dos anos sendo instaladas na região, como é o caso da fazenda Jacobina.

Os documentos e relatos de viajantes descrevem que os Bororo da Campanha integravam e interagiam com maior intensidade com os fazendeiros e o povoado de Vila Maria. Conforme Almeida (2013) destaca em sua tese que:

Os Bororo da Campanha foram introduzidos como trabalhadores regulares e profissionais com base nos parâmetros adotados pela Diretoria Geral de Índios [...] Da fazenda Jacobina às outras sesmarias, como a Cambará e Descalvados, esses índios foram introduzidos em várias atividades econômicas, trabalhando na pecuária, na agricultura e até no ofício de trilheiros. (ALMEIDA, 2013, p.144).

O sub-grupo Bororo Cabaçal estava localizado na região entre o rio Cabaçal e o Jauru na margem direita do rio Paraguai. Foram considerados os mais arredios e menos receptivos aos contatos ao ponto de muitos serem mortos ou aprisionados em diversas expedições. Estas expedições, explica Rocha (2016) aconteciam porque o interesse dos colonizadores era apropriar-se das terras aonde viviam os Bororo Cabaçal:

[...] esses Bororo ocupavam a melhor parte dos campos dessa Fazenda Nacional, causando prejuízo por não darem lugar a que se aproveitassem as “*belas pastagens*” ali existentes, e ainda, faziam o grande mal do “*desproveito*” das minas de ouro, poaia, e outros produtos naturais que eram ali tão abundantes. (ROCHA, 2016, p. 124).

Almeida (2013, p. 144) encontrou vários relatos que podem comprovar que os Bororo Cabaçal também desenvolveram atividades agrícolas. Cita “[...] as constantes remessas de ferramentas de trabalho, como enxadas, foices, entre outras, que chegavam aos aldeamentos vinculadas ao missionário ou ao fazendeiro Pereira Leite [...]”. Estas ferramentas eram repassadas pela Diretoria Geral dos Índios para incentivar a produção agrícola no aldeamento.

Apesar disso, ao longo dos anos, foram realizadas diversas bandeiras para capturar os Bororo da Campanha e Cabaçal, considerados hostis. As autoridades criaram aldeamentos para a redução dos Bororo a fim de levar os costumes dos civilizados e controlar suas terras e sua mão de obra. A justificativa era a guerra justa porque não davam paz ao branco intruso em sua terra. As pesquisas apontam que os Bororo “[...] eram guerreiros que não se deixavam dominar facilmente, ainda mais quando provocados” (ROCHA, p. 124).

Florence ([1827], 1977, p. 198) da expedição Langsdorff, em sua passagem por Vila Maria na fazenda Jacobina, fez uma observação sobre as mulheres Bororo ao descrever “Mais facilmente acostumam-se as mulheres nas fazendas, porque em sua tribo são escravas e

infelizes. Têm força de trabalho, gostam de se vestir decentemente e ufanam-se de ser cristãs, não querendo mais passar por caboclas”.

Estes relatos demonstram que mesmo sendo considerados índios indolentes, os colonizadores exploraram as suas forças de trabalho. Esse processo ocorreu por meio de diversas bandeiras no intuito de aprisioná-los. Muitos morreriam, enquanto os sobreviventes eram submetidos ao trabalho braçal ou de lida com gado. Lisandra Zago (2005) em sua dissertação *Etnoistória bororo: contatos, alianças e conflitos (século XVIII e XIX)* quando descreve as guerras contra os Bororo do Ocidente, registrou:

Houve muitos conflitos com os fazendeiros que tomaram posse de campos situados à margem direita do Rio Paraguai, principalmente com o comandante militar do distrito e membro de uma das suas principais famílias, João Carlos Pereira Leite, dono da fazenda Jacobina. As guerras contra os Bororo Ocidentais na década de 1820, mataram muitos índios e os fizeram prisioneiros, submetidos a trabalhar ao seu mando. (ZAGO, 2005, p. 43. Grifos nosso).

Foram sucessivas bandeiras de capturas nas imediações de Vila Maria contra os Bororo, considerados como um obstáculo para o desenvolvimento da região e, que gradualmente foram eliminados, deslocados ou reduzidos aos aldeamentos. As denominadas “guerras justas” e as epidemias que vitimaram muitos indígenas e os que sobreviveram foram utilizados como mão de obra principalmente nas fazendas ou foram se misturando e interagiram conforme relata ROCHA (2016, p. 155) “[...] passaram a *viver sobre si* – com seus próprios meios de subsistências – e se dispersaram, devido aos casamentos interétnicos ou indo trabalhar para os fazendeiros da região”.

Além dos indígenas Chiquitano e Bororo, também vivia nesta região o **povo indígena Guató**, principalmente se movimentando pelas águas do Pantanal. Ótimos navegadores e conhecedores do Pantanal. Prestavam inúmeros serviços aos colonizadores e viajantes.

Vários viajantes tiveram contato com os Guató ao navegar pelo Pantanal, Vila Maria e suas imediações. Estes indígenas foram descritos como nômades por Joaquim Ferreira Moutinho (1869, p. 179) em sua obra - *Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo* - dizendo que [...] “Nas margens dos rios S. Lourenço e Paraguay, continuam a habitar os índios guatós, na sua vida nomada, sem que se queirão sujeitar a formar uma aldeia”. Também observou a agilidade com que navegam os rios, em suas canoas. Narrou um encontro com um grupo de Guató no Pantanal.

Logo que conseguem abordar ao vapor, pedem tudo que vêem, e fazem troca de peles de onça, veado, lontra, uririnha e outros animais; de arcos e frêchas;

de grande variedade de passaros, por aguardente, fumo, facas e outros pequenos objetos. (MOUTINHO, 1869 p. 180. Grifos nosso).

Este povo nômade vivia de trocas e intercâmbios. Realizavam escambo (comércio) com o branco na base da troca. Seus produtos são oriundos da caça e da pesca que praticavam no dia a dia. Caçavam animais para obter carne, peles e ornamentos. Destaca-se as peles de onças, valiosas nas relações de troca por objetos desejados pelos Guató, como facas, enxadas, e outras ferramentas utilizadas pelo não índio.

A historiadora Costa (2015, p. 203) pontua uma das principais características dos Guató, referindo-se à sua capacidade de mobilidade espacial. As habilidades dos Guató tornaram-se uma referência para os viajantes e lhes renderam muitos contratos de serviços. Foram guias em viagens pela extensa planície pantaneira, pois viviam em relação íntima com o ambiente, nos seus períodos regulares de cheia ou de seca.

Castelnau (1845) quando estava a caminho de Vila Maria subindo o rio Paraguai, em determinado momento da viagem se perdeu. Não reencontrando a rota para retomar a navegação ordenou que alguns expedicionários buscassem os índios Guató que viram no dia anterior. Seu relato diz “[...] Partimos à tardinha, concordando os Guató em nos guiar até o lago Guaíba, em troca de algumas facas. Disseram-nos que aí procurariam outros guias para nos conduzirem adiante” (CASTELNAU [1845] 1949, p. 319).

Estas narrativas mostram o comércio entre o branco e os Guató e o recrutamento de guias. Eles recebiam algo em troca pelos serviços prestados. Florence (1977, p. 206) quando se deslocava para explorar a embocadura do Jauru relata que encontrou um grupo de Guató na Passagem Velha. Uns estavam nesta região para negociar peles de animais com o branco e outro para construir canoas. Tudo indica que foi uma encomenda de canoas, pois era uma das especialidades dos Guató a construção de embarcações. Por causa dessas habilidades eram requisitados constantemente por colonos.

Nos registros de Florence (1827), Castelnau (1845) e Moutinho (1869) coincidem as características atribuídas aos Guató: praticavam trocas com os colonos (comércio); eram senhores das águas do Pantanal que conheciam e dominavam com suas pirogas. Os Guató souberam se impor perante o colonizador mesmo em situações adversas porque não disputavam terras, mas nos seus deslocamentos constantes buscavam recursos do ambiente.

Os **indígenas Guaná** também circulavam pela região pantaneira, principalmente no baixo Pantanal. Os Guaná eram admirados pelas suas habilidades na agricultura. Souberam, em determinados momentos, lidar com o comércio de seus produtos e prestar serviços ao não indígena.

Os Guaná, com o tempo desenvolveram alianças com o colonizador no Baixo Pantanal, da então Albuquerque. Aliados dos Guaicuru realizavam várias atividades econômicas. Assim, quando foram aldeados pelos padres capuchinos em Albuquerque desenvolveram um importante papel no comércio da capitania de Mato Grosso.

Almeida (2013, p. 166), situa-os “[...] Nas primeiras décadas dos Oitocentos, os indígenas Guaná apareciam nos relatos dos viajantes praticando diversos tipos de trabalhos”. Moutinho (1869) afirmou:

Os índios aprendião varias officios e trabalhavão em olarias. Perfeitos remeiros e pilotos, empregavão-se e prestavão auxilio não só ao commercio, como camaradas das canôas que transportavão generos de Corumbá a Cuaybá; como ainda nas fazendas de cultura e criação, onde seus serviços erão apreciados. (MOUTINHO, 1869, p. 137).

Os indígenas Guaná foram muito elogiados pelos viajantes e autoridades da época, se compararmos com outros povos indígenas. Este reconhecimento vinha da relação amistosa e dos diversos trabalhos que realizavam na região. Silva (2001) diz que sabiam negociar e obter benefícios para desenvolver seus trabalhos ao exigir brindes⁴⁶ das autoridades da província de Mato Grosso:

Alguns Presidentes questionavam os pedidos realizados pelos índios, alegando que estes recebiam alta remuneração pelos seus serviços com a extração da poaia e com a navegação fluvial, porém não deixavam de conceder os “brindes”, provavelmente pelo temor de lhes desagradar. (SILVA, 2001, p. 66).

Em Vila Maria e depois, a cidade São Luiz de Cáceres atividades dos Guaná foram registradas indiretamente por Castelnau (1845) quando esteve em Albuquerque. Ele encontrou alguns Guaná que se preparavam para subir o Alto Paraguai, com destino a região de Vila Maria. Na descrição de Castelnau havia “[...] três grandes canoas cheias de índios Guanás, em busca de ipecacuanha. As embarcações sobem o Paraguai até Vila Maria, seguindo daí para os rios em cujas margens cresce a referida planta.” (CASTELNAU, 1945, 284).

Os Guaná frequentavam a região do Alto Paraguai, também foi indicado por Silva Andrey Cordeiro Ferreira (2009) que do relatório de Ricardo Almeida Serra destaca que em meados do século XIX, cogitou-se em um grupo de Guaná, a criação de um aldeamento nas proximidades de Vila Maria: “[...] foram dois Guaná a Vila-Bela falar a V. ex. e o capitão Ayres

⁴⁶ Brindes um termo utilizado pela Diretoria Geral para designar os objetos e serviços oferecidos aos índios como propósito de estimulá-los ao trabalho e torná-los dependentes das autoridades. A foice, o machado, o facão e a enxada eram os brindes mais distribuídos e estavam contidos numa cota anual da *rubrica* catequese que garantida junto à Tesouraria da Província (SILVA, 2001, p. 64).

Pinto e outro Guaná à Vila Maria, para onde presumiam queriam se mudar os Guana [...]” (SERRA, Almeida [1845] *apud* FERREIRA, 2009, p. 113).

Contudo, estabeleceram-se em Cuiabá, a capital da província de Mato Grosso, fixando-se próximo ao Porto do rio Cuiabá. Silva (2001, p. 18) informa que essa migração ocorreu principalmente entre os anos de 1843 e 1844, porque as autoridades concederam terras aos Guaná, na localidade.

Apesar de se estabelecerem na Capital de Mato Grosso, as atividades econômicas desenvolvidas pelos Guaná contribuíram para o comércio através da mão de obra para exploração da poaia e suas habilidades como navegadores e remadores para transportarem não só a poaia, como outros produtos que em determinados momentos ajudaram no desenvolvimento econômico de Vila Maria e São Luiz de Cáceres.

A colonização portuguesa que viabilizou a fundação de Vila Maria e São Luiz de Cáceres, utilizou-se de mão de obra dos diferentes povos indígenas, como destacaram os estudiosos de História Indígena. Nesse aspecto, corroboramos com Almeida (2013, p. 2018) na afirmativa que “[...] os povos indígenas não estavam à disposição dos europeus e sua incorporação ao mercado de trabalho na capitania (e província) como aldeados ou escravos fez-se através da legislação e de muitas disputas cotidianas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou a reflexão acerca da temática indígena na Educação Básica através da análise de fontes historiográficas – teses, dissertações, artigos e obras publicadas, referentes aos povos indígenas em Mato Grosso, mais especificamente os indígenas habitantes da fronteira Oeste. As fontes selecionadas abordaram e identificaram de alguma forma a presença dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria e São Luiz de Cáceres entre o período de 1778-1874, da atualmente denominada, Cáceres – MT.

Tais análises, permitiram-nos repensar o ensino de História com foco nas relações cotidianas da população em Vila Maria, capturando relações étnicas, socioculturais, políticas e econômicas entre indígenas e colonizadores (governantes, proprietários de terras, clero, comerciantes) na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX, atendendo abordagens pedagógicas necessárias do século XXI.

Tendo em vista que, o ensino da Temática Indígena na Escola é uma das abordagens necessárias nas áreas de Linguagem e de Ciências Humanas, em disciplinas como História,

Geografia, e Língua Portuguesa, etc., a partir da Lei n.º 11.645/08, que obrigou o ensino da História da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica, alterando a Lei n.º 10.639/03, que por sua vez, alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A partir do estudo e escrita da história e culturas dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná, percebemos que o conhecimento historiográfico pode impedir que o ensino continue propagando os preconceitos e discriminações em relação aos indígenas e os seus descendentes presentes nas escolas, casas, ruas, universidades.

Essas situações também repercutem significativamente na sociedade, persistindo posições de não-reconhecimento, desvalorização e desrespeito à diversidade étnica e cultural de povos indígenas, principalmente de Mato Grosso. Nesse aspecto, tentam invisibilizar suas riquezas ancestrais, cosmológicas e suas contribuições para a composição étnica do povo brasileiro. Muitas vezes vigoram preconceitos por ausência ou omissão quanto aos conhecimentos oriundos de saberes escolares.

Consideramos que esses desconhecimentos podem ser atenuados pela inserção da História Indígena do Brasil no currículo da disciplina de História (do Ensino Fundamental e Médio), além da interdisciplinaridade com outras disciplinas das áreas de Linguagem e Ciências Humanas, conforme determina a Lei n.º 11.645/08.

Atualmente, existem inúmeras publicações referentes aos povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso, mas a maioria destas produções acadêmicas não chega na ponta, isto é, na Educação Básica. O professor continua utilizando somente como base o livro didático, ou seja como única fonte para abordar a temática indígena e não consegue tratar as especificidades da história Local, pois esta não está representada no referido livro.

Diante desse cenário, pensando nas dificuldades de acesso às informações construímos um *Site Didático: A Presença de Povos Indígenas em Vila Maria (1778) e São Luiz de Cáceres (1874)* – com acesso através do Link - <http://www.vilamariadoparaguai.com.br> - para o professor trabalhar com a Temática Indígena na Escola pesquisando a história dos povos indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria atual Cáceres-MT.

Assim, o objetivo destes dados levantados é contribuir com o ensino a Temática Indígena em sala de aula e uma discussão que o professor pode e deve fazer com seus alunos a partir de um suporte acessível com materiais didáticos (*Site Didático*) direcionado a ambos. A história dos indígenas que habitavam e ainda estão na região e sejam analisados como sujeitos históricos que contribuíram e compõem esta sociedade.

Nesse *Site Didático*, o professor encontrará a história e as características da cultura de cada povo indígena pesquisado. Também terá acesso através de *Links* a um vasto material

acadêmico – obras, teses, dissertações, artigos – além do Termo de fundação de Vila Maria e sua transcrição, fontes historiográficas que foram utilizadas ou contribuíram nesta dissertação (direta ou indiretamente).

Propomos também algumas atividades pedagógicas baseadas em Bittencourt (2018), que apresenta propostas curriculares ao ensino da *História Temática*, nas quais o docente pode realizar as atividades com seus alunos.

Sugerimos ainda algumas fontes historiográficas da Temática Indígena na Educação Básica com *Links* para que o docente possa fazer uma leitura e contribuir com sua formação referente à Temática.

Além disso, o *Site Didático* hospedado na *Oul Host* sob o link – <http://www.vilamariadoparaguai.com.br> - pode ser utilizado pelos alunos para realizarem suas pesquisas referentes à História Indígena, orientados pelos professores.

Por fim, esta dissertação vincula-se ao **Programa de Mestrado Profissional – ProfHistória** – que, na verdade é um recomeço da minha docência, o trabalho não termina nesta produção dissertativa. O *Site Didático* será constantemente atualizado, com novos desafios da Temática Indígena na Educação Básica, pois o momento que vivemos ainda existem preconceitos e conflitos em relação ao modo de vida dos Povos Indígenas no Brasil.

A Lei n.º 11.645/08 provoca os professores a enfrentarem ao longo do século XXI, as barreiras que estão sendo levantadas. A educação escolar pode contribuir para um país mais justo para todos, inclusive aos povos indígenas e seus descendentes que habitam cidades e o seus entornos ou em Terras Indígenas distantes que lhes restaram.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719 – 1830 [Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

CÁCERES, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. **Fundação de Villa Maria do Paraguay e providencias para o seu engrandecimento**. Revista Trimestral. Instituto Historico Geographico e Ethographico do Brasil. Tomo XXVIII, 1865. p. 110-117.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim Raimundo de Lamare. 1859. APMT.

Revista de Antropologia. **Convenção para Grafia de Nomes tribais**. São Paulo, nº. 2, 1954, p. 154.

2. LEIS E REGIMENTOS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

LEI NO 10.639, DE 9 de JANEIRO DE 2003. Diário Oficial da União – Seção 1 de 10/01/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm Acesso em 12 de maio de 2019.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm Acesso em 12 de maio de 2019.

O Alvará Régio de 4 de abril de 1755, de D. José I. Disponível em: https://www.nacaomestica.org/alvara_regio_04_abril_1755_cabouclos.htm Acesso em 03 de julho de 2019.

3. FONTES HISTORIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marli Auxiliadora. **Cibáe Modojobádo: A Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroados (1845 – 1887)**. Cuiabá, MT. 2002. Dissertação (Mestrado em História), UFMG.

_____. **“Índios Fronteiriços”: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)**. Porto Alegre, RS. 2013. Tese (Doutorado em História), UFRS

CASTELNAU, Francis. **Expedição às Regiões Centrais da América do Sul**. Trad. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949, 2 vls.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **O Governo Local na Fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)**. Cuiabá, MT. 2006. Dissertação (Mestrado em História), UFMT.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá, R. **La Primera Evangelización en Las reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)**: protagonistas y metodología misional. Cochabamba: Verbo Divino, 2002.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Guató: Povo das Águas**. In____; CHAMORRO, Graciela e COMBÈS, Isabelle. (Org) Povos Indígenas em Mato grosso do sul - História, cultura e transformações sociais. Dourado Dourados, Ed. UFGD, 2015.

FLORENCE, Hércules. **Viagem do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Trad. Editora Cultrix, Universidade de São Paulo, 1977.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste 1778 -1801**. Cuiabá, MT. 2003. Dissertação (Mestrado em História), UFMT.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida D'um Roteiro da Viagem da sua capital a' São Paulo**. São Paulo, Typographia de Henrique Schoreder, 1869.

OLIVEIRA, Eloir Inácio (2016). **O Jorubo e o Meriri Ikureu Oiagodu Rogu – Encontro Intercultural e Poder entre os Bororo da Aldeia Meriri**. São Paulo, SP. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia), CSPUC PEC SP.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. **Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense**. Porto Alegre, RS. 1995. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena**. 2º edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. **Bái, a casa Bóe: Bái, a casa Bororo: uma história da morada dos índios Bororo**. Cuiabá, MT. 2001. Dissertação (Mestrado em História), ICHS-UFMT.

ROCHA, Lecy Figueiredo. **Guerreiros Cabaçais: A Luta deste Povo Bororo Pela Sobrevivência na Região do Guaporé**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Renata Bortoletto. **Os Chiquitano de Mato Grosso: um estudo das classificações sociais em um grupo indígena de fronteira Brasil – Bolívia**. São Paulo, SP. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo – USP.

SILVA, Verone Cristina. **Missão, Aldeamento e Cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá**. Cuiabá, MT, 2001. Dissertação (Mestrado em História), ICHS – UMFT.

SOUSA, José Maria. **Manuscritos de Vila Maria: edições fac-similar e semidiplomática**. Cuiabá, MT. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), UFMT

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

_____. **Identidades Étnicas e Culturais: novas perspectivas para história indígena**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.) *Ensino de História Conceitos, Temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho. **Condicionantes Étnicos na Criação das Missões de Chiquitos: alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)**. Porto Alegre, 2011. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História**. In: _____. (Org.) *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Circe Maria; LADEIRA, Elisa Maria. **A História do Povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

CARVALHO. Carlos Gomes. **Viagens ao Extremo Oeste: Desbravadores, Aventureiros e Cientistas nos Caminhos de Mato Grosso**. Cuiabá: Verde Pantanal, 2005.

CASTRILLON, Luiz César; RIBEIRO, Renilson Rosa. **Os embaraços da Civilização Indígena nos Manuais de História do Brasil Adotados no Colégio Pedro II (1838 – 1898) e a Persistência da Tra(d)ição Didática no Tempo Presente**. In: SILVA, Giovani José;

MEIRELES, Marinelma Costa. (Org.) **A Lei 11.645/2008: Uma Década de Avanços, Impasses, Limites e Possibilidades**. Curitiba, Appris, 2019.

CASTRO, Iara Quelho. **De Chané-Guaná a Kinikinau: da Construção da Etnia ao Embate entre o Desaparecimento e a Persistência**. Campinas, SP. Tese (Doutorado antropologia), IFCH/UNICAMP. 2010.

CAVALCANTE, Roselli Aparecida. **Fundação de Vila Maria com a Presença Chiquitana: Os Povoadores da Fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)**. Porto Alegre, RS. 2015. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: Implementação e impactos Formação, Saberes e Práticas de Professores de História Iniciais (Mato Grosso, Brasil)**. Uberlândia, MG. Tese (Doutorado em Educação), UFU. 2015.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um País Inexistente: Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

CRUZ, Paulo Divino Ribeiro. **A Colonização Agroindustrial do Cerrado em Mato Grosso (1970 – 2000)**. Assis, SP. 2014. Tese (Doutorado em História). UNESP.

CUNHA, Manuela da. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

_____. Política Indigenista no Século XIX. In _____. **História dos índios do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Schwarcz, 1998.

_____. **Antropologia no Brasil: Mito, História, Etnicidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2º ed. São Paulo. Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FEEST, Christian. **Bororo: A Joia da Coroa para Antropologia**. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262011040_Bororo_A_Joia_da_Coroa_para_Antr_opologia> Acesso em 10/05/2020.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Conquista Colonial, Resistência Indígena e a Formação do Estado Nacional: os índios Guaicuru e Guaná no Mato Grosso dos Séculos XVIII e XIX**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2009, V. 52 Nº 1.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **De vila a Cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste**. In ANPUH – XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Natal, 2013.

GOMES, Dhiogo Rezende. **Mêixujarênh – Ausência, Presença e Busca: o Ensino de História na Escola Indígena Tekator do povo Panhî - Apinajé**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Tocantins – ProfHistória. Araguaína, TO, 2016.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. **As cores da desigualdade**. Retratos: a revista do IBGE, n.º 11, p. 14-19, mai. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf > Acesso em 1 de Abril de 2020.

GONTIJO, Rebeca. **Identidade Nacional e Ensino de História: A Diversidade como “Patrimônio Sociocultural”**. In: ABREU, Martha e SOIHIT, Rachel (Org.) Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Livros Didáticos de Informações Sobre as Sociedades Indígenas no Brasil**. In: SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. 13 ed. Campinas: Papirus, 2012.

JESUS, Nauk Maria. **O Governo Local na Fronteira Oeste: A Rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no Século XVIII**. Dourados: UFGD, 2011.

_____. Câmara. In: _____. (Org.) **Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial**. Cuiabá: Carlini e Carniato, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINS, Deborah Pimenta. **Revisitando a Cuiabá e a vila de Guimarães nos Cantos e Encantos de Hercule Florence (1827)**. Cuiabá, MT. 2018. Dissertação (Mestrado em História) UFMT.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. Brasília: 2º ed. Editora de Brasília Ltda, 1972.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: História da Administração Municipal**. 2º edição. Cáceres, MT: Unemat, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MORAES, Benone da Silva Lopes; COSTA, Maria de Fátima; SILVA, Arthur Santos da. **O Pantanal nos Caminhos Planejados por Francis de Castelnau (séc. XIX)**. Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal. São José dos Campos/ Brasília/ Cáceres: INPE/ Embrapa/ UNEMAT, p. 944-954, 2014. Disponível em <https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2014/cd/p151.pdf>: Acesso em: 14 de Maio de 2020.

MOREIRA, Vania Losada. **Terras Indígenas no Espírito Santo Sob Regime Territorial de 1850**. Revista Brasileira de História. Volume 22, n.º 43. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100009>. Data de acesso: 06 julho. 2020.

MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa Tombini. **O Equilíbrio de Histórias: Experiências no Ensino de História por Meio de Narrativas Africanas e Indígenas**. In: SILVA, Giovani, José; MEIRELES, Marinelma Costa. A Lei 11.645/2008: (Org.) Uma Década de Avanços, Impasses, Limites e Possibilidades. Curitiba, Appris, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista - discurso do confronto velho e novo mundo**. Campinas: Cortez e Editora da Unicamp, 1990.

PACINI, Aloir. **As identidades Chiquitanas em Perigo nas Fronteiras**. Cadernos IHU ideias São Leopoldo, RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019 V. 17 nº 292. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/292cadernosihuideias.pdf>> Acesso em 03 de junho de 2020.

_____. **Identidade Étnica e Território Chiquitano na Fronteira (Brasil-Bolívia)**. Porto Alegre. RG.2012. Tese (Doutorado em Antropologia) IFCH/UFRGS.

PEREIRA, Danielle Krislaine; MIOTO Luis Henrique; NODA Marisa. **Dialogando com os Indígenas Sobre a Lacuna da Fala Indígena nos Livros Didáticos**. Revista História Hoje, v. 7, nº 14, p. 41-62 – 2018. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/495>>. Data de acesso: 06 julho. 2020.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Condicionantes Étnicos na Criação das Missões de Chiquitos: Alianças e Conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)**. Porto Alegre, RS. 2014. Tese (Doutorado em História), PUCRS.

_____. **Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma Missão num Espaço de Fronteira (1743-1769)** – Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado), PUCRS.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Schwarcz, 1998.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Mariana. **O Sagrado na Dança Ritual Indígena Brasileira: Bororo, um Estudo de Caso**. São Bernardo do Campo, SP. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Política indigenista no Brasil Imperial**. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial (1808- 1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, PP. 175-206, 2009.

SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Benzi Donisete. **A Temática indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 213-223 – 2012.

SILVA, Giovani José; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. **Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____. **A Presença *Camba-Chiquitano* na Fronteira Brasil-Bolívia (1938 – 1987): Identidades, Migrações e Práticas Culturais**. Goiânia, GO. 2009. Tese (Doutorado em História), UFG.

_____; MEIRELES, Marinelma Costa. **Razão e Sensibilidade no Ensino de História: Reflexões sobre Currículos, Formação Docente e Livros Didáticos à Luz da Lei nº 11645/08**. In: SILVA, Giovani, José; MEIRELES, Marinelma Costa. *A Lei 11.645/2008: (Org.) Uma Década de Avanços, Impasses, Limites e Possibilidades*. Curitiba, Appris, 2019.

SILVA, Jovam Vilela. **Mistura de Cores: Política de Povoamento na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII**. Cuiabá: UFMT, 1995.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no Século XXI: Em busca do Tempo Entediado**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVA, Verone Cristina **Carnaval: Alegria dos Imortais – Rituais, Pessoa e Cosmologia entre Chiquitano no Brasil**. São Paulo, SP. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá, MT: Editora entrelinhas, 2002.

SOUZA, Alda Lúcia Monteiro. **A História dos Chiquitanos: (re)configurações sociais e territoriais**. Brasília, DF. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UNB.

TELLES, Norma. **A Imagem do Índio no Livro Didático: equivocada, enganadora**. In: LOPES DA SILVA, Aracy (org.) - *A questão indígena na sala de aula - Subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 73 - 89.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **A Antropologia e Mundo Contemporâneo: Cultura e diversidade**. In: SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

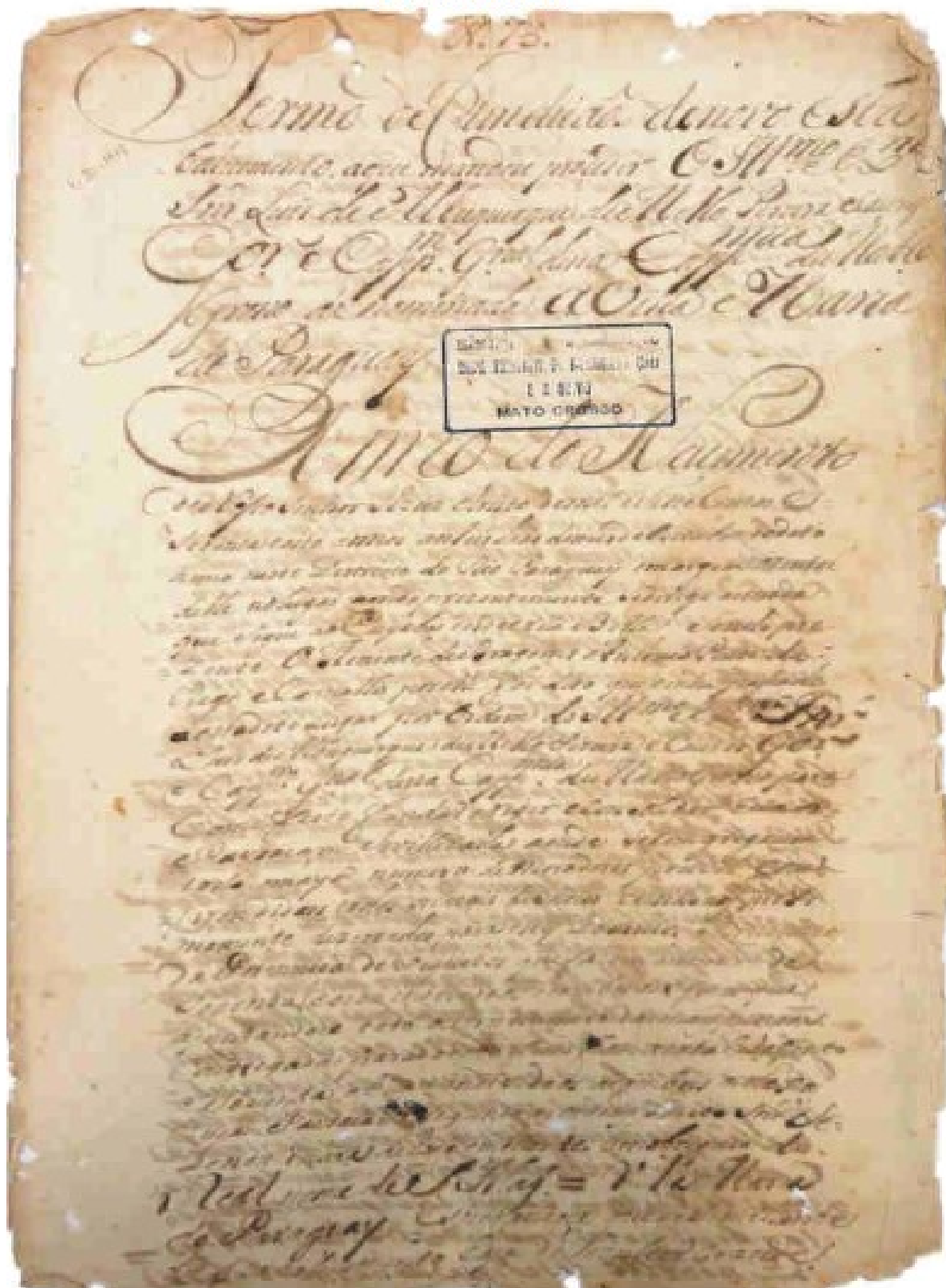
URBAN, Gred. **A História da Cultura Brasileira, Segundo as Linguas Nativas**. In: Cunha, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 87 – 102.

ZAGO, Lisandra. **Etnoistória Bororo: Contatos, Alianças e Conflitos (Século XVIII e XIX)**. Dourados, MS. 2005. Dissertação (Mestrado em História), UFMS/UFGD.

ANEXOS

ATA DE DE FUNDAÇÃO DE VILA MARIA DO PARAGUAI
ED. FACSIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA FEITA POR J. MARIA DE SOUSA
ARQ. PUBLICO DE MT/APMT - BR MTAPMT. SG. TE. 0634 CAIXA N.º 013

Ms 10 – Fólio 1r



[illegible]

Fólio 2r

[illegible]

**ATA DE FUNDAÇÃO DE VILA MARIA DO PARAGUAY
POR ORDEM DE LUIZ DE ALBUQUERQUE DE M. PEREIRA E CÁCERES
EM 06/10/1778**

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1778, aos 6 dias do mês de Outubro do dito anno, n'este districto do rio Paraguay e margem oriental d'elle, no lugar onde presentemente se dirige a estrada que se seguia à Cuyabá desde Villa Bella, sendo presente o Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por elle foi dito que tinha passado este lugar por ordem do Ilmo. Snr. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General d'esta Capitania de Mato Grosso, para com effeito fundar, erigir e consolidar uma povoação civilizada, aonde se congregasse todo o maior número de moradores possível, comprehendidos todos os 31 casaes de índios castelhanos proximamente desertados para estes Domínios Portuguezes da Província de Chiquitos, que fazem o numero de 78 individuos de ambos os sexos, a que juntando-se todo o numero mais das pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 indivíduos de ambos os sexos; cuja povoação, segundo as ordens do dito, se denominará de hoje em diante, em obsequio do real nome de Sua Majestade — Villa Maria do Paraguay, —esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao real serviço e commodidade publica; e porque supposto o plano do terreno para a dita villa se acha com alguma disposição para continuar a fundar-se com regularidade; contudo, como alguns dos alinhamentos não estão conformes ao projecto da boa policia, como deveria ser, determinou elle dito Tenente, a todos os moradores, em nome de S. Ex.; que deixando de fazer mais algum beneficio a varias cabanas existentes só n'ellas assistem em quanto se fabricavam casas em novo arruamento que lhes fica prescripto, e balizado por ele, Tenente com marcos sólidos de páo de lei, sendo obrigados a não excederem nem diminuir a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casas que se levantarem e 24 palmos de altura no cume; outrossim, determinou que precisamente chamariam para regular os ditos pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta d'este outro, algum inteligente no officio, afim de conservar sem discrepancia, segundo o risco, a largura de 60 palmos de ruas que estão assinadas por elle Tenente; cujas actualmente demarcadas e abalizadas terão os seguintes nomes, a saber: a primeira, contando do norte, rua d'Albuquerque, a immediata, para o sul, rua de Mello, as quais ambas vão desembocar na praça e cada uma d'ellas faz face a mesma do norte e do sul, assim como também as travessas de 30 palmos, que dividem os quartéis das ditas ruas, e se denominarão estas travessas, a primeira, contando do poente para o nascente, travessa do Pinto, e a que se segue, contando também para o nascente: Travessa do Rego e no alto da praça da mesma banda do nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas ditas com 360 palmos, cujo numero tem também as mais quadras, poderão os moradores erigir a sua igreja por ficar a porta principal d'ella para o poente, como o determinam os rituaes; e o mais terreno d'esta frente da praça por agora se não occuparia em casas, deixando-o livre para as do conselho e cadeia, quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos povoadores não terá mais do que 100 palmos de comprimento para quintal, que lhes ficam determinados para o centro de cada um dos quartéis. O que tudo assim executado pelo dito Tenente de Dragões na presença de todos os moradores, mandou a mim Domingos Ferreira da Costa, Fiel d'ste registro, que, servindo de escrivão fizesse este termo para constar do referido, o qual assinou com as testemunhas seguintes: Leonardo Soares de Souza, homem de negócio; Ignácio de Almeida Lara; João Marques d'Avilla; Ignácio José Pinto, soldado Dragões; e Antonio Pereira de Mattos; Antonio da Costa Rodrigues Braga; José Francisco; Agostinho Fernandes; Antonio Xavier de Moura; Antonio Teixeira Coelho. E eu, Domingos Ferreira da Costa, Fiel d'este registro, que o escrevi. — O Tenente de Dragões, Comandante Antonio Pinto do Rego e Carvalho; Leonardo Soares de Souza; Ignácio de Almeida Lara; João Marques d'Ávila; Ignácio José Pinto; Manoel Gonçalo Ferreira; Antonio Pereira de Mattos; José Francisco; Antonio da Costa Rodrigues Braga; Agostinho Fernandes; Antonio Xavier de Moura; Antonio Teixeira Coelho.